



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE ARQUITETURA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO**

THAIS DE MIRANDA REBOUÇAS

**COSTURANDO ESCALAS: 7ª ETAPA DE RECUPERAÇÃO DO CENTRO
HISTÓRICO DE SALVADOR, PROGRAMA MONUMENTA E BID.**

Salvador
2012

THAIS DE MIRANDA REBOUÇAS

**COSTURANDO ESCALAS: 7ª ETAPA DE RECUPERAÇÃO DO CENTRO
HISTÓRICO DE SALVADOR, PROGRAMA MONUMENTA E BID.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Urbanismo.

Orientadora: Ana Fernandes

Salvador
2012

Faculdade de Arquitetura da UFBA - Biblioteca

R292 Rebouças, Thais de Miranda.

Costurando escalas: 7ª etapa de recuperação do Centro Histórico de Salvador, Programa Monumenta e BID / Thais de Miranda Rebouças. 2012.

186 f. : il.

Orientador: Profa. Dra. Ana Fernandes.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Arquitetura, 2012.

TERMO DE APROVAÇÃO

THAIS DE MIRANDA REBOUÇAS

**COSTURANDO ESCALAS: 7ª ETAPA DE RECUPERAÇÃO DO CENTRO
HISTÓRICO DE SALVADOR, PROGRAMA MONUMENTA E BID.**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, pela seguinte banca examinadora:

Ana Fernandes – Orientadora

Doutora em Aménagement et Environnement pela Université de Paris XII
Universidade Federal da Bahia (UFBa)

Ângela Maria Gordilho Souza

Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (USP)
Universidade Federal da Bahia (UFBa)

Márcia Sant'Anna

Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia (UFBa)
Universidade Federal da Bahia (UFBa)

Salvador, 2012

Agradecimentos

Aos que me forneceram os subsídios para dar substância a este trabalho: Laila Mourad, ex-chefe e sempre amiga, Pró Cida da AMACH, Luiz Fernando Almeida, Érica Diogo, Robson Almeida, Marco Antônio Galvão, do IPHAN e do Monumenta, Jurema Machado, da UNESCO, Benvindo Belluco, do Ministério do Orçamento, Planejamento e Gestão, Ana Lúcia Dezolt, do BID,

Aos que colaboraram emocional/afetivamente no processo de feitura deste trabalho: Glória Ceci, Mari Ribas, Clara Pa, Camila Chu, Lena, Thai Portela, Laila, Nelson, Minha Terra, Bel Barros, Lului, Tt, Manuel preto, Tutu Miranda, Gabi, Ziu Kauark, Beth Raquel, Paulinha, Vitor Momoso, Maria Clara, Mari Siq, Bruno Vestermani, Imão, Imãozinho, Cla, Nívia,

Aos que, além do apoio emocional/afetivo, aqui meteram mão: Clara Pi, Mari minhavéia, Marcianos Priscila e Gabriel, Pablo, AnaF,

A Márcia Sant'Anna e Ângela Gordilho, pelas contribuições qualificantes,

A todos mais que me ofereceram suporte, das mais variadas formas, durante todo o processo de pesquisa e desenvolvimento das atividades acadêmicas,

A todos os amigos queridos, que me suportaram nesse momento desgastante e de instabilidade de humor e de rotina,

Aos meus pais amados,

À minha orientadora,

Muito obrigada.

O que os intelectuais descobriram recentemente é que as massas não necessitam deles para saber; elas sabem perfeitamente, claramente e muito melhor do que eles; e elas o dizem muito bem. Mas existe um sistema de poder que barra, proíbe, invalida esse discurso e esse saber. Poder que não se encontra somente nas instâncias superiores da censura, mas que penetra muito profundamente, muito sutilmente em toda a trama da sociedade. Os próprios intelectuais fazem parte desse sistema de poder, a idéia de que eles são agentes da 'consciência' e do discurso também faz parte desse sistema. O papel do intelectual não é mais o de se colocar 'um pouco na frente ou um pouco ao lado' para dizer a muda verdade de todos; é antes o de lutar contra as formas de poder exatamente onde ele é, ao mesmo tempo, o objeto e o instrumento: na ordem do saber, da 'verdade', da 'consciência', do discurso. (FOUCAULT, 2008, p. 71)

Resumo

A análise de um processo complexo e conflituoso como o do projeto da 7ª Etapa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador, se pretendida a compreensão da sua totalidade, está atrelada ao esforço de compreensão das suas distintas temporalidades e espacialidades. Esta análise implica, necessariamente, na sua relação com os eventos relacionados no mundo e nas suas demais escalas intermediárias. Nesse sentido, são objeto de análise, junto com a 7ª Etapa, o Programa Monumenta e o BID, respectivamente o programa elaborado e desenvolvido pelo Ministério da Cultura e pelo IPHAN – agente financiador do projeto do qual a 7ª Etapa faz parte. É a partir da busca do entendimento dessa interrelação entre escalas e eventos que esse trabalho se estrutura.

Palavras-chave: 7ª Etapa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador - Programa Monumenta - Banco Interamericano de Desenvolvimento – escalas - temporalidades.

Abstract

The analysis of a complex and conflictuous project as the 7th Step Recovery of the Historic Center of Salvador, if one wants to understand the whole process, is linked to the effort of understanding its different temporalities and spatialities. This analysis necessarily implies in the relation to the events in a global scale and in other intermediate ones. In this sense, they are subject to review, along with 7th Step, the Monumenta Program and the IDB respectively the program designed and developed by the Ministry of Culture and by the IPHAN, funder of the project and in which the Step 7th takes. It is from this understanding, of the interrelationship between scales and events, that this work is structured.

Keywords: 7th Step Recovery of the Historic Center of Salvador - Monumenta Program - Inter-American Development – scales - temporalities.

Lista de Mapas

Mapa 1 – Perímetro de Tombamento do Centro Histórico de Salvador

Mapa 2 – Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador

Mapa 3 – 7ª Etapa do Programa de Recuperação do CHS – Área do Projeto

Mapa 4 - Deslocamento dos moradores da 7ª Etapa de Recuperação do CH, para Municípios da RMS e Bairros do Município de Salvador (2000/2003)

Mapa 5 – 7ª Etapa do Programa de Recuperação do CHS – Caracterização da Área do Projeto

Mapa 6 – PROGRAMA MONUMENTA. 7ª Etapa de Recuperação do CHS

Lista de Gráficos e Quadros e Tabela

Gráfico 1 – Recursos contratados com o BIRD e o BID (1995-2010)

Gráfico 2 – Percentual dos recursos contratados do BID pelo Brasil em 2010.

Gráfico 3 – Cartas Consulta enviadas ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para contratação de empréstimo junto ao BID nos temas Desenvolvimento Urbano e Habitação (1995-2010)

Quadro 1 – Comparativo entre o PPA 2000-2003 e o Documento de País do BID para o mesmo período

Quadro 2 – Comparativo entre o PPA 2004-2007 e o Documento de País do BID para o mesmo período

Quadro 3 – Resumo das solicitações de empréstimo ao BID na área de Desenvolvimento Urbano e Habitação (1995-2010).

Tabela 1 – Contratos assinados como BID nos temas Desenvolvimento Urbano e Habitação (1995-2010)

Lista de Siglas

AMACH - Associação de Moradores e Amigos do Centro Histórico

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

BNB - Banco do Nordeste do Brasil

CAS - Centro Antigo de Salvador

CDRU - Concessão de Direito Real de Uso

CEAS - Centro de Estudos e Ação Social

CEF – Caixa Econômica Federal

CHS – Centro Histórico de Salvador

COFIEEX – Comissão de Financiamento Externo

CONDER - Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

ERCAS - Escritório de Referência do Centro Antigo de Salvador

FPACBa - Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia

FUNDOCENTRO – Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural

IPAC - Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Mcidades – Ministério das Cidades

MinC – Ministério da Cultura

OEA - Organização de Estados Americanos

PAC - Programa de Aceleração do Crescimento

PHIS - Programa de Habitação de Interesse Social

PMS – Prefeitura Municipal de Salvador

Prodetur - Programa Integrado de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste

PROHABIT - Programa Habitacional do Servidor Público

SEAIN – Secretaria de Assuntos Internacionais

SECULT - Secretaria da Cultura do Estado da Bahia

SEDUR – Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia

SIRCHAL - Seminário Internacional para a Revitalização de Centros Históricos na América Latina e Caribe

SPHAN - Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

TAC – Termo de Ajustamento de Conduta

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

	Apresentação	03
	Introdução	06
1	A recuperação do Centro Histórico de Salvador	12
1.1.	Projetos e intervenções públicas no CHS	15
1.2.	Os alfaiates – da irreversibilidade da ação humana	24
1.3.	Ação na 7ª Etapa de recuperação do CHS	28
2	O Programa Monumenta	49
2.1.	Histórico do Programa	50
2.2.	A reconfiguração do Programa	55
2.2.1	<i>Os Regulamentos Operativos</i>	60
2.3.	A 7ª Etapa do CHS no Programa Monumenta	67
3	O BID	72
	Sobre o BID	74
3.1.	As relações Brasil-BID	76
3.1.1	O BID no Brasil: análise dos Documentos de País e dos PPAs	79
3.1.2	O Brasil no BID: a influência do governo brasileiro no BID	83
3.1.2.1	<i>1995-2002</i>	85
3.1.2.2	<i>2003-2010.</i>	89
3.2.	O BID no campo do desenvolvimento urbano brasileiro	95
	Conclusões	105
	Referências	112

	Anexos	124
ANEXO A	– Mapa de localização: Centro Antigo, Iguatemi, CAB	125
ANEXO B	– Cronologia das gestões Federal e Estadual (1996-2010)	126
ANEXO C	– Cidades integrantes do Programa Monumenta e Projetos	127
ANEXO D	– Quadro de investimentos do BID na área de Patrimônio Histórico (1961-2012).	130
	ANEXO E	138
	– Informações sobre o BID.	
	ANEXO F	139
	– Poder de voto dos países membros do BID.	
ANEXO G	– Quadro Comparativo dos Discursos dos Representantes do Brasil no BID (1995-2010)	141
	ANEXO H	143
	– Recursos contratados do BID pelo Brasil em 2010.	
ANEXO I	– Cartas Consulta enviadas ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para contratação de empréstimo junto ao BID nos temas Desenvolvimento Urbano e Habitação (1995-2010)	144
ANEXO J	– Discursos dos Representantes do Brasil no BID (1995-2010)	157

Apresentação

O percurso de elaboração desta dissertação partiu da percepção dos conflitos presentes na elaboração e implementação do Projeto da 7ª Etapa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador, durante minha experiência como urbanista no ano de 2008, quando trabalhei na gestão da Unidade Executora desse Projeto. Também nesse momento, vivenciava minhas primeiras experimentações no mestrado e os conflitos acirravam-se a cada semana, tanto no cotidiano da implementação do Projeto, como no intenso confronto entre a prática profissional (e o peso do real) e as discussões e descobertas teóricas e conceituais.

Foi necessário um ano e meio para que configurássemos o projeto de pesquisa que muito pouco tem do trabalho aqui apresentado. O primeiro projeto partia da crença em uma lógica ortodoxa e unitária de dependência neoliberal que já não se aplicava à realidade do país (ao menos não nos moldes formulados na década de 1990) e da qual muitos nunca se convenceram. Mas foi um começo. Muito tempo levamos para desconstruir essa lógica – e aqui peço licença para o uso da primeira pessoa, já que essa era unilateralmente por mim defendida – da qual fui me libertando com a ajuda das orientações (da banca e em especial da orientadora) e à medida em que ia me apropriando da literatura utilizada, dos dados de pesquisa e das entrevistas realizadas.

A estrutura do trabalho aqui apresentada é fruto de diversas discussões e da constatação de que, embora o Estudo de caso da 7ª Etapa fosse primordial, ela não estaria completa caso fosse analisada a partir apenas de si mesma. Os estudos e pesquisas aqui realizados foram, aos poucos, revelando que a compreensão da

realidade, na sua complexidade dialética, precisa admitir o mundo como uma totalidade, tal como nos falava Milton Santos, e o lugar inserido na totalidade do mundo. Os instrumentos para os alinhavos do desenrolar do texto (a agulha e a linha?) também foram emprestados de Milton Santos – as horizontalidades e as verticalidades.

Iniciou-se dessa maneira um trabalho de costura entre as escalas e seus acontecimentos, num projeto e num programa de governo com níveis de complexidade certamente não imaginados na sua formulação. Aqui peço licença para as limitações dessa costureira de primeira viagem que tentou, com afinco, se apropriar desses acontecimentos na sua totalidade ou na totalidade permitida pelo acesso às informações e pelas limitações de suas análises de urbanista. A costura encontra-se ainda em processo, mas reúne aqui todo o esforço e técnica desenvolvidos nesses quase quatro anos de pesquisa e 12 de formação profissional.

Introdução

A análise de um acontecimento nos dias de hoje implica necessariamente na sua relação com os eventos relacionados no mundo e nas suas demais escalas intermediárias. Santos já alertava para a necessidade de se considerar as escalas superiores à do lugar como fundamental à compreensão do que nele se passa. “Entre o lugar e o mundo, as outras escalas são regionais, supra-regionais, nacionais, continentais. Tal superposição faz com que a explicação do que se passa dentro de cada área deva obrigatoriamente incluir as escalas superiores” (SANTOS, 2004, p. 287). Assim, é a partir desse entendimento, da interrelação entre escalas e eventos, que esse trabalho se estrutura.

Um processo complexo e conflituoso como o do Projeto da 7ª Etapa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador, para ser compreendido na sua totalidade, necessita ser estudado num esforço de análise da suas distintas temporalidades e espacialidades. Acreditamos, pois, que “no micro, é possível reconhecer diferentes manifestações do macro: decisões relativas à aplicação dos recursos públicos, influências institucionais, orientações culturais, interesses econômicos e políticos (RIBEIRO, 2005, p. 2). Portanto, os eventos desencadeados no âmbito local podem ser melhor elucidados se estudados a partir de dois recortes metodologicamente propostos por Santos (2004), que são as horizontalidades e as verticalidades. Para o autor, as verticalidades são “pontos no espaço, separados uns dos outros” que “asseguram o funcionamento global da sociedade e da economia” (SANTOS, 2004, p. 284). As verticalidades seriam ainda responsáveis pela imposição de uma racionalidade específica dos setores hegemônicos da produção, da circulação e do consumo de mercadorias e informações. Já as

horizontalidades são as “extensões formadas de pontos que se agregam sem descontinuidade” e “são tanto o lugar da finalidade imposta de fora, de longe e de cima, como o da contrafinalidade, localmente gerada” (SANTOS, 2004, p. 284 e 286). O esforço de compreensão da 7ª Etapa busca problematizar essa relação dialética, ao mesmo tempo contrastante e confluyente.

Assim, por entendermos que uma análise horizontal e vertical da área da 7ª Etapa compreenda a relação desse espaço com sua história e seus agentes locais e supralocais, interessou-nos investigar três dimensões constituintes da 7ª Etapa de Salvador, as quais se nos apresentaram como fundamentais para o seu entendimento. Nesse sentido, observamos que um projeto local, bem como as ações dos movimentos sociais, ao mesmo tempo em que guardam suas especificidades horizontais, verticalmente são atravessadas pelas racionalidades específicas do Programa Monumenta (programa nacional elaborado e desenvolvido pelo Ministério da Cultura e pelo IPHAN e do qual a 7ª Etapa é parte integrante) e do banco internacional que o financia (BID). Dessa observação surgem algumas questões condutoras deste trabalho. Como entender a sobreposição dessas ações no espaço? Com quais elementos trabalhar e como construir as mediações necessárias? Como identificar e articular os processos de construção das contrafinalidades horizontalmente estruturadas?

Reconhecendo a importância do atravessamento de outras temporalidades na constituição do tempo presente da 7ª Etapa, buscamos configurar a formação da sua área em relação com o Centro Histórico de Salvador, onde está inserida. Aqui, o foco foi dado ao processo de degradação e desvalorização do Centro Histórico e dos seus recentes projetos de recuperação. A validade da escolha da 7ª Etapa para a compreensão da interrelação escalar apóia-se na afirmativa de Haesbaert de que, “com a incrível velocidade do nosso tempo o espaço local passou a condensar em si o mundo” (HAESBAERT, 2002, p. 111). Essa velocidade de que fala Haesbaert e, ainda, a maior facilidade (técnica e informacional) dos tempos atuais em se acessar estruturas de outras escalas (como foi o caso da Associação dos Moradores e Amigos do Centro Histórico, que buscou o apoio da Relatoria Nacional e da ONU) para atuação no local, se mostraram fundamentais para a reconfiguração do Projeto da 7ª Etapa, como mostraremos mais adiante.

A estrutura do trabalho divide-se em três capítulos, cada um dedicado a explorar as ações e os acontecimentos de cada escala (local, nacional e internacional), recuperando no tempo passado e frisando no tempo presente os eventos que consideramos necessários para sua compreensão. Dessa maneira, o Capítulo 1 apresenta o estudo da 7ª Etapa de recuperação do Centro Histórico de Salvador (CHS), resgatando, para seu entendimento, os projetos de recuperação anteriores a ele e, muito rapidamente, o processo de degradação do CHS. Em seguida, buscamos no estudo do movimento dos Alfaiates do Edifício nº 1 da Rua da Misericórdia (CHS) o que teria sido a base, ou, como denomina Arendt (2007), a "semente da ilimitação" para as ações do movimento iniciado em 2002 pelos moradores para a sua permanência na área. É nesse movimento, desencadeado na área da 7ª Etapa, e nas suas ações que se concentram as análises desse capítulo. No decorrer das nossas análises dessas ações, buscamos fazer as costuras horizontais e verticais (interescalares) nas transformações ocorridas na área que envolveram tanto agentes locais como agentes do âmbito nacional e internacional. As fontes de análise utilizadas nesse capítulo foram a bibliografia levantada sobre o tema, entrevistas realizadas com a Presidente da Associação dos Moradores e Amigos do Centro Histórico (AMACH) e vivências próprias na gestão do Projeto no ano de 2008.

O Capítulo 2 debruça-se sobre o Programa Monumenta, que contou com recursos da ordem de US\$125 (cento e vinte cinco) milhões, dos quais 50% são financiados pelo BID. Neste momento, analisamos suas relações tanto com a escala local da 7ª Etapa de Recuperação do CHS como com a escala internacional do BID, seu agente financiador. Investigamos, ainda, o que de imposições verticais foram feitas pelo BID e de que maneira a gestão do Programa Monumenta reagiu a essas imposições. Para tanto, realizamos a análise das três diferentes versões dos Regulamentos Operativos (ROs) do Programa (2000, 2003 e 2006), buscando identificar o que mudou de uma versão para outra e quais as razões para isso. A partir daí, pudemos observar que muitas das intenções do BID no financiamento do projeto foram desarticuladas pelas especificidades nacionais e pelo peso da sua soberania, que outras tantas permaneceram nos seus documentos formais e que outras, embora permanecessem presentes na sua formalidade, foram parcial ou totalmente subvertidas na sua prática. No esforço de análise das relações interescalares, observamos ainda a influência do projeto da 7ª Etapa e de suas

modificações na execução do Programa Nacional.

O recorte temporal do terceiro capítulo é o período de elaboração e execução do Programa Monumenta (1995 a 2010) e seu objetivo é observar as relações do Brasil com o BID, buscando correlacionar as mudanças de posturas da gestão do Programa, analisadas no Capítulo 2, com as mudanças de posturas observadas no governo federal em relação ao BID. Inúmeros debates foram levantados na literatura nacional a respeito da atuação das Instituições de Financiamento Internacional (IFIs) no país. Criadas com o propósito de reconstruir os países afetados pela Segunda Guerra, as IFIs passaram a atuar pelo desenvolvimento econômico do “Terceiro Mundo”, promovendo os chamados ajustes estruturais, que na prática passam pela “redução do déficit fiscal e/ou gasto público, pela privatização, pela capitalização da dívida e maior espaço para o capital internacional” (BORJA, 2004, p. 92), com a ampla difusão das ideias neoliberais. No entanto, pensamos que, tal como ocorrido com o Programa Monumenta, houve uma mudança de postura do governo federal, que tentamos investigar a partir das análises: 1) das estratégias de investimentos do BID no Brasil, por meio da leitura e análise de dois documentos de país elaborados pelo BID para o Brasil e sua interface com os PPAs; 2) os discursos dos representantes do Brasil nas Assembleias anuais dos governadores do BID e 3) das Cartas Consultas apresentadas ao governo brasileiro no período delimitado para o estudo do capítulo (1995-2010).

O que aqui se chamou de Considerações finais leva a alcunha de “finais” apenas para esse trabalho, ou para sua finalização impressa, datada de maio de 2012. Nossas reflexões e conclusões acerca do tema estarão se renovando e se contradizendo, sempre que o debate sobre ele seja incitado. Essa é, então, nossa tentativa de, a partir do estudo de um evento ocorrido no âmbito local, nas suas relações com as distintas escalas que o atravessam, dar complexidade à leitura e compreensão de processos que atuam fortemente na dinâmica da estruturação urbana contemporânea.

A recuperação do Centro Histórico de Salvador

O primeiro plano para recuperação do Centro Histórico de Salvador, no sentido da preservação e recuperação do seu patrimônio histórico e arquitetônico em conjunto, data de 1969. No mesmo período, os investimentos do poder público estavam sendo canalizados para a realização do projeto de modernização do Estado da Bahia e de sua capital. No nível Estadual, o projeto visava alterar a matriz produtiva de comercial agrária a industrial e, em relação à capital, Salvador, visava ampliar a ocupação e a exploração comercial do Centro Histórico da cidade. O Plano de Recuperação de 1969 é também considerado "o primeiro projeto a propor a penetrabilidade e o uso comum do interior dos quarteirões e a prever a remoção da população pobre com vistas à dinamização econômica do Pelourinho" (SANT'ANNA, 2003, p. 45).

Porém, a preocupação do poder público com a preservação do patrimônio se manifestou antes desse período. Inclusive, algumas iniciativas oficiais já haviam sido tomadas nesse sentido, como, por exemplo, a aprovação da Lei 2.032, de defesa do Patrimônio Histórico e Artístico, no nível estadual, em 1927 (VASCONCELOS, 2002) e o tombamento de cerca de 50 edifícios (isoladamente), no período de 1938 a 1945, após a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 1937 (SANT'ANNA, 2004).

Essas iniciativas de preservação do patrimônio por parte do Estado podem ser entendidas como uma reação ao processo de modernização da economia da capital, que se inicia ainda no final do século XIX. Choay observou na Europa (especificamente na França e na Inglaterra) pós-revolução industrial, que "a

revolução industrial, como ruptura em relação aos modelos tradicionais de produção, abria um fosso intransponível entre os dois períodos da criação humana" (2006, p. 127). As freqüentes e pouco previsíveis transformações da sociedade e do seu meio construído despertam nos intelectuais e nas polítics de Estado a preocupação com a perda de referências do passado, o que os impele a construir um aparato de proteção e recuperação do patrimônio histórico. Assim, como destaca Choay,

“a industrialização do mundo contribuiu, por um lado, para generalizar e acelerar o estabelecimento de leis, visando à proteção do monumento histórico e, por outro lado, para fazer da restauração uma disciplina integral, que acompanha os progressos da história da arte” (2006, p. 127).

Nesse sentido, não por acaso é que surge a primeira lei de defesa do patrimônio, e que ocorrem os sucessivos tombamentos a edifícios considerados históricos na cidade. Havia, já nesse momento, uma preocupação expressa em preservar a memória da cidade diante do processo de degradação e destruição iniciado no final do século XIX e início do XX, resultado dos primeiros esforços para industrialização e da conseqüente expansão da cidade para os arredores do seu centro, principalmente em direção à região norte.

Podemos, então, destacar três vetores importantes para o entendimento da necessidade de preservação do patrimônio na área central da cidade naquele momento: 1) o desenvolvimento da indústria local; 2) a expansão da ocupação e da área construída da cidade, com visível modernização do traçado urbano; 3) a mercantilização do solo urbano.

1) o desenvolvimento da indústria local

Embora ainda de maneira incipiente, a indústria aparece como um importante agente de transformação da cidade no final do século XIX, notadamente pelo considerável número de fábricas implantadas no período. Algumas, de grandes proporções, como a fábrica de vestuários Sampaio & Cia, a Cia. Fabril dos Fiaes, o Empório Industrial do Norte (de propriedade de Luiz Tarquínio), a Cia. Progresso Industrial da Bahia e a Cia. União Fabril, entre outras (VASCONCELOS, 2004),

indicavam o novo caminho pelo qual seguia a economia baiana. Data do mesmo período a criação da vila operária Luiz Tarquínio, projetada para a residência dos trabalhadores do Empório Industrial do Norte. Esses primeiros esforços para a industrialização da capital baiana não prosseguiram com o êxito esperado, pois, como destacou Santos, "Salvador se ressentia da falta de capitais disponíveis para continuar os tímidos esforços feitos no domínio da indústria têxtil no fim do século anterior" (2008, p. 47). No entanto, diversas demolições a edifícios antigos foram realizadas com a justificativa de estruturação da cidade para esse que seria o seu período de modernização.

2) a expansão da ocupação e da área construída da cidade

Simultaneamente ao processo de industrialização, realizou-se a expansão da ocupação, da infra-estrutura e dos serviços urbanos na cidade: em 1897 foi inaugurada a primeira linha de bondes elétricos e em 1931 já era possível contar 141 veículos em funcionamento (VASCONCELOS, 2004). A expansão da infraestrutura para circulação dos bondes elétricos foi a justificativa utilizada em 1933 para a demolição da Igreja da Sé, na Praça da Sé, a despeito da Lei Estadual de 1927, de defesa do patrimônio histórico e artístico. Ainda do início do século XX, são as reformas do prefeito J. J. Seabra (1912-1916) que ampliam os caminhos que saíam do centro para a região sul da cidade (Av. Sete de Setembro), demolindo, total ou parcialmente alguns dos edifícios antigos fixados no lugar.

3) a mercantilização do solo urbano

A transformação do solo em mercadoria com a Lei de Terras (1850) possibilitou, já na década de 1930, o surgimento dos primeiros loteamentos privados na cidade. Resultado da mercantilização da terra, do esforço de industrialização da economia baiana e das fortes migrações do interior do Estado para a capital¹, esses

¹ "Como a cidade não foi capaz de se industrializar, seu nível de vida médio também não se eleva em ritmo desejável, e o interior agrícola não encontra o encorajamento de que necessita. Por isso ele se empobrece cada vez mais e sua população emigra para Salvador. Assim, aquele nível de vida médio tende a baixar cada vez mais, em conseqüência da presença de uma enorme população que não produz, e anula os esforços daqueles que produzem. Assim, a população urbana aumenta em percentagem alarmante. Isso, porém, não se deve ao dinamismo próprio da cidade, mas, pelo contrário, à ausência de dinamismo e de ação sobre a sua zona de influência". (SANTOS, 2008, pp. 55

loteamentos permaneceram sem ocupação por um longo tempo, como ressalta Gordilho-Souza, "devido à baixa capacidade de consumo desses novos imigrantes" (2008, p. 38). Porém, esse foi um fator importante no sentido da ocupação de terras exteriores ao centro da cidade, o que contribuiu para o gradativo processo de esvaziamento de população da área central.

Projetos e intervenções públicas no CHS

Elaborado em 1969, o Plano Geral de Recuperação do Centro Histórico de Salvador integrava a lógica modernizante do Estado e da sua capital² e visava à utilização turística da área como estratégia para sua reconfiguração socioeconômica. A concepção de utilização turística dos centros históricos era uma recomendação já contida nas Normas de Quito³ de 1967 e facilitava o acesso a crédito internacional via BID. É nesse contexto e com a expressa intenção de obtenção de financiamento internacional que o Plano Geral de 1969 foi elaborado (SANT'ANNA, 2004, p. 66).

Interessa-nos aqui, mais que uma análise de conteúdo, observar algumas das justificativas para a elaboração do referido Plano. Para isso, é importante situar o Centro Histórico dentro do quadro histórico de degradação socioeconômica que a cidade de Salvador enfrentava. Em sua tese de doutoramento, defendida no ano

e 56)

² Os principais investimentos direcionados a esse projeto foram a criação do Centro Industrial de Aratu (1969), nos limites de Salvador com Simões Filho, e o deslocamento do centro administrativo do Estado para o projeto de construção do novo eixo de desenvolvimento urbano da cidade.

³ As Normas de Quito compõem um documento que data de 1967, elaborado a partir de uma reunião da Organização dos Estados Americanos (OEA) sobre a utilização e conservação de monumentos e lugares de interesse histórico e artístico, numa tentativa de conter "o acelerado processo de empobrecimento que vêm sofrendo a maioria dos países americanos como consequência do estado de abandono e da falta de defesa em que se encontra sua riqueza monumental e artística" (IPHAN, 2011)

de 1959, Santos chega a qualificar o Centro Histórico de Salvador como “bairro leproso”, referindo-se às condições de insalubridade em que se encontravam as moradias:

É freqüente ver vários rapazes ou moças morando num mesmo quarto. Casas que outrora abrigavam apenas uma família, com seus escravos ou domésticos, sofreram um processo de subdivisão cada vez mais avançado; salas e quartos demasiadamente pequenos, verdadeiras células, são separados por paredes de madeira. Nesses cubículos não há luz, nem ar e inexistente higiene. A vida nesses cortiços é um verdadeiro inferno e as diversas famílias que ocupam um mesmo andar se vêem obrigadas a servirem-se de um único banheiro e uma só latrina. Escadas estragadas, soalhos furados, paredes sujas, tetos com goteiras formam um quadro comum a toda essa zona de degradação (2008, p. 171)

Tal degradação tem início ainda no final do século XIX, conforme é destacado por diversos autores, e alguns dos motivos apontados para o entendimento desse processo coincidem com a expansão da ocupação do sítio da cidade para além do seu centro, marcada pelos seguintes acontecimentos históricos (alguns já citados anteriormente):

- A implantação do serviço de transporte urbano em direção à região sul da cidade (1897);
- A definição de um eixo de expansão para o sul com a Reforma Seabra (1912-16);
- A expansão dos loteamentos privados na década de 1930;
- A institucionalização da zona de prostituição da cidade nas imediações do Pelourinho e do Maciel (1933);
- As restrições construtivas de proteção à paisagem e aos monumentos⁴;

⁴ Santos relata a instituição, de “interdições legais, criadas para proteger a paisagem e assegurar uma boa perspectiva aos monumentos, de modo a preservar a fisionomia histórica dessa parte da cidade. Em certas ruas da cidade velha, mais exatamente entre a Praça da Sé e o convento do Carmo, é proibido construir casas com mais que um certo número de andares. Essa restrição desencoraja os empresários, que encontram assim mais uma boa razão para investir em outra parte, mesmo se o terreno ou os trabalhos de demolição se tornam mais caros; eles podem construir aí imóveis de vários andares e essa operação é muito mais rentável. É o que explica melhor a expansão do centro

- A restrição do uso residencial em determinadas áreas do centro, expressa no Código de Urbanismo (1966),
- O deslocamento das atividades institucionais do Estado e de importantes equipamentos coletivos para um outro centro, criado a cerca de 16 km do antigo⁵ (ver ANEXO A – Mapa 1);
- A aprovação da Lei da Reforma Urbana em 1968⁶.

Os eventos acima citados foram fundamentais para o esvaziamento populacional do Centro Histórico de Salvador, refletindo na perda de importância econômica da região, na desvalorização fundiária e no empobrecimento da sua população. A estratégia para recuperação do CHS passava fundamentalmente pela exploração econômica do seu patrimônio, através da implementação de atividades turísticas, o que atrairia para a área investidores privados e uma população de renda mais elevada. O Plano Geral de Recuperação, que carregava essa incumbência, não chegou a ser implementado. Apenas alguns projetos pontuais foram executados. A recuperação do Centro Histórico somente viria a se concretizar, em larga escala, na década de 1990, processo de que trataremos em seguida.

A retomada das intervenções governamentais no Centro Histórico se deu somente em 1986, com a criação, pela prefeitura, do Programa Especial de Recuperação de Sítios Históricos de Salvador, um ano após o reconhecimento da cidade como

comercial para o sul." (SANTOS, 2008, pp. 164 e 165)

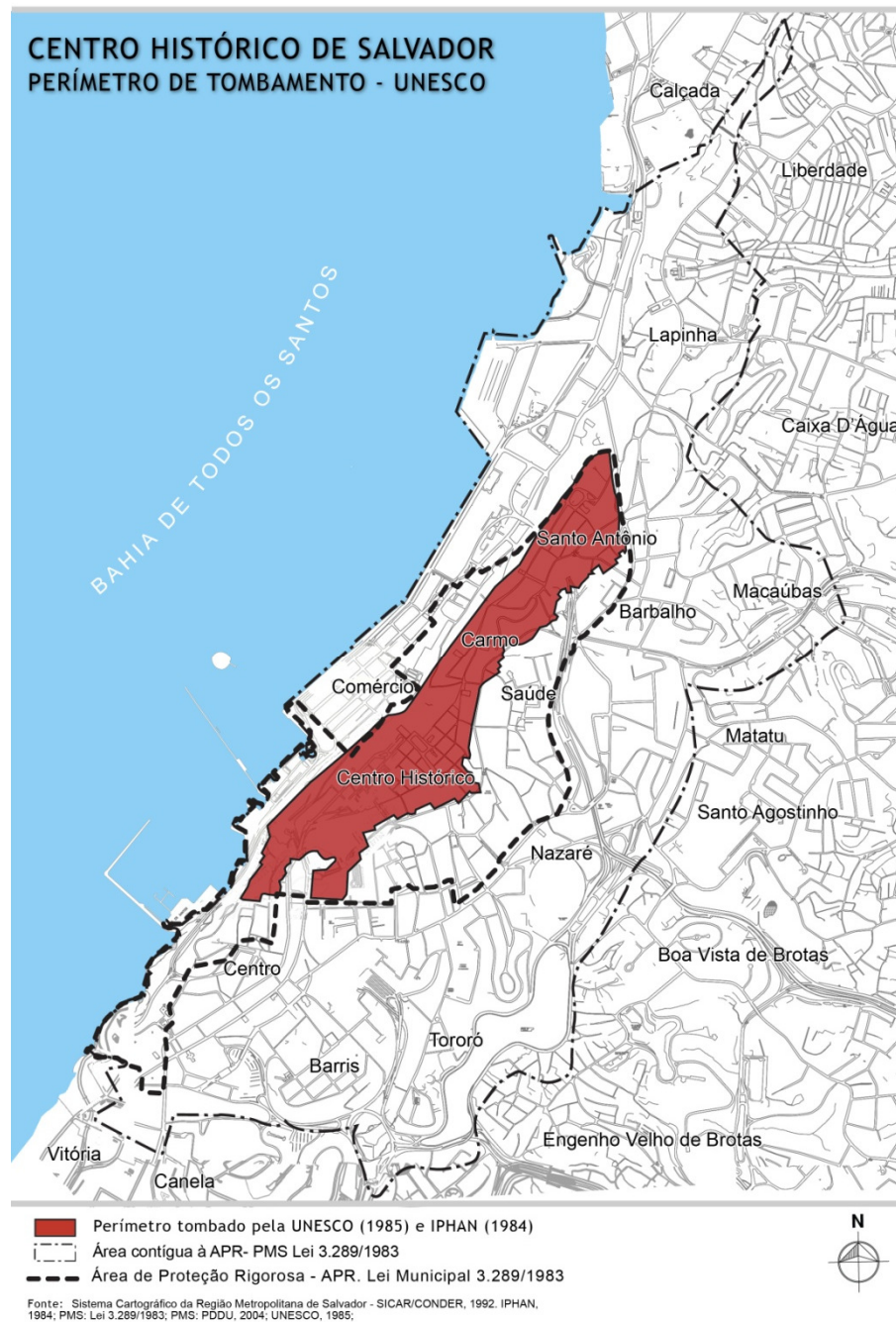
⁵ Com a construção e o deslocamento do Centro Administrativo do Estado (inaugurado em 1972) e do Terminal Rodoviário de Salvador (em 1974), incluindo a infra-estrutura viária que viabilizava seu acesso (FERNANDES, 2006).

⁶ A Lei da Reforma Urbana de 1968 em nada se assemelha à luta pela Reforma Urbana iniciada na década de 1960. Essa última, de abrangência nacional, visava uma melhor distribuição de recursos na cidade e a criação de medidas que cerceassem a especulação imobiliária que punia a população pobre, enquanto beneficiava alguns poucos proprietários de grandes extensões de terra (BASSUL, 2004). Já a Lei Municipal de 1968, apelidada de Reforma Urbana, visava a expansão do mercado privado de terras da cidade de Salvador para a região do que hoje se conhece por Iguatemi e Av. Paralela. Todo esse investimento do Estado na criação do "novo centro" da cidade, "resultou na abertura de uma nova fronteira de expansão da cidade, que foi em muito potencializada pela privatização de uma enorme quantidade de terras públicas nessa região (cerca de 47 milhões de m² foram incorporados ao mercado privado de terras, em 1968)" (FERNANDES, 2006, p. 7).

Patrimônio da Humanidade pela UNESCO. Os objetivos do Programa eram “recuperar a vocação tradicional do centro da cidade como ponto de encontro, trabalho, moradia e lazer da população e preservar o patrimônio arquitetônico urbanístico, paisagístico e cultural” (MOURAD, 2011, p. 75).

Havia, nesse momento, muito claramente, uma expectativa do poder público municipal em captar financiamento internacional para viabilizar a execução do Programa. No entanto, assim como o Plano Geral de 1969, pouco foi executado desse programa municipal de recuperação, porém, algumas realizações são ressaltadas na literatura. Os projetos desenvolvidos para esse programa pela arquiteta italiana radicada no Brasil, Lina Bo Bardi, por exemplo, tornaram-se uma importante referência de recuperação de centros históricos em todo Brasil. Neles, havia uma preocupação em “preservar as ligações sociais existentes, reforçando as raízes populares da cultura soteropolitana” (NOBRE, 2003, p. 5). Os projetos desenvolvidos nesse período (1986-1989) foram o Belvedere da Sé, o Complexo da Barroquinha, a Casa do Benin, a Casa de Olodum e a Fundação Pierre Verger. Porém, Nobre ressalta, como seu projeto mais importante, o elaborado para a Ladeira da Misericórdia, que recuperou um grupo de casarões para uso misto, a ser ocupado por população de baixa renda. A intenção era que esse se tornasse um “projeto piloto que seria expandido para todo o Pelourinho” (NOBRE, 2003, p. 6).

O que é notável em todos os projetos de Lina é a preocupação que ela demonstrava em manter a diversidade de atividades, usos e social, tão marcante no contexto do Pelourinho. Promovendo uma mistura de habitação social, comércio informal e de atividades culturais, ela tentou preservar os laços sócio-culturais e evitar a expulsão dos grupos de menos renda, fato tão característico nos projetos de renovação urbana. (*idem*, 2003, p. 6)



Fonte: MOURAD, 2011, p. 74

Mapa 1 – Perímetro de Tombamento do Centro Histórico de Salvador

No entanto, a intervenção, ou melhor, o conjunto de intervenções que mais profundamente marcaram o Centro Histórico de Salvador foram as do seu Programa de Recuperação iniciado em 1992. Dividido em sete etapas, seu termo de referência foi elaborado no ano de 1991 pelo IPAC e apresentado em 1992 ao então governador Antônio Carlos Magalhães. A área abrangida pelo projeto

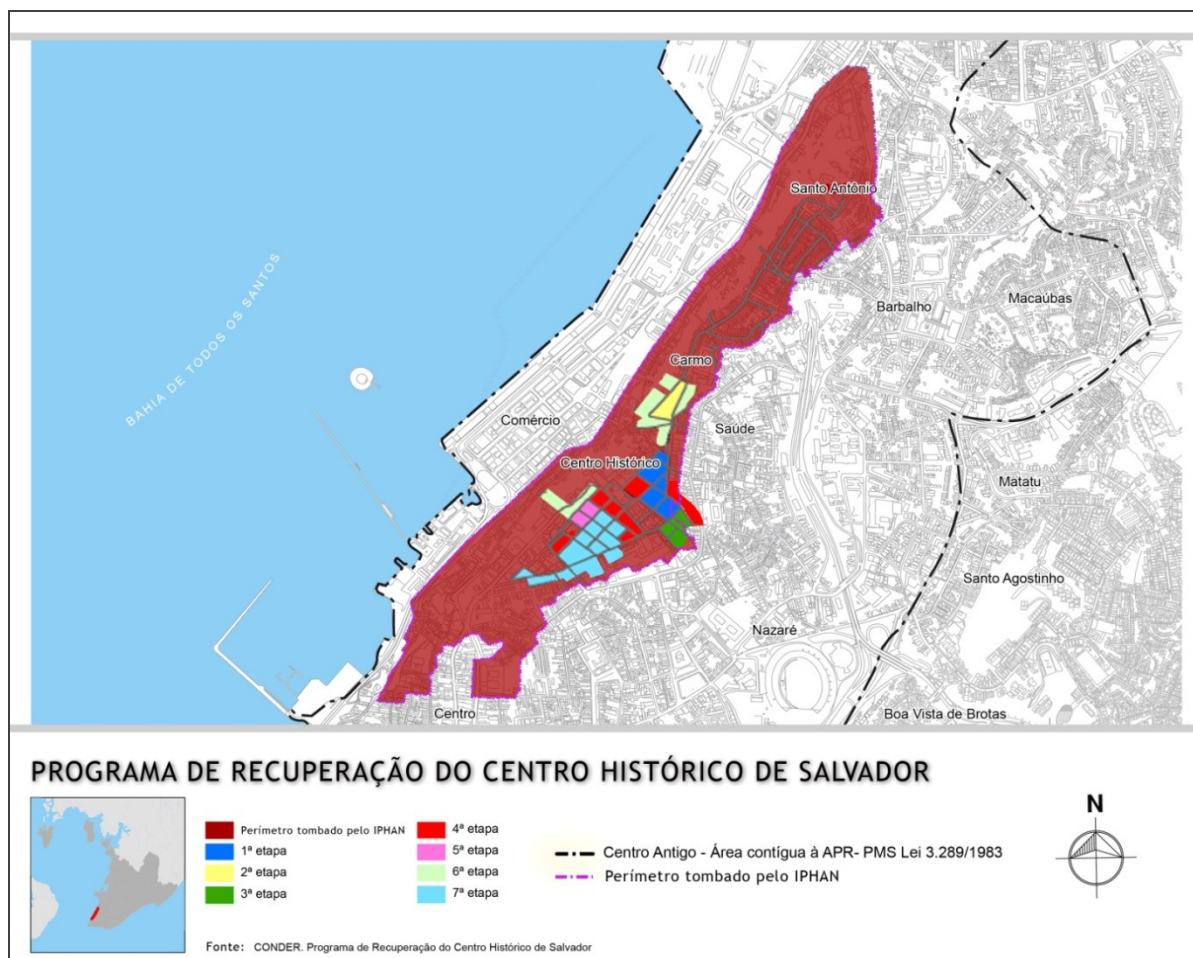
englobava cerca de 12 hectares.

O termo de referência, juntamente com os projetos de 89 imóveis, referentes à primeira etapa (IPAC, 1995), foram espantosamente aprovados pelo Estado em apenas dois dias. Tamanha rapidez simbolizava o autoritarismo e desrespeito à coisa pública e a seus ritos, traço característico dessa gestão, dando início a um dos processos de recuperação mais truculentos do país. Sant'Anna aponta essa intervenção como

a maior e a que mais envolveu recursos públicos em toda a história das intervenções em áreas preservadas no Brasil, assim como a que inaugura, nos anos 90, uma espécie de redescoberta do patrimônio urbano como tema de valorização, requalificação, renovação e reestruturação de áreas centrais em várias cidades do país. (SANT'ANNA, 2003, p. 45)

Todo o Programa estava pautado na requalificação da área para desenvolvimento do setor turístico no Estado, setor no qual o governo apostava como grande dinamizador da economia desde a década de 1960. Porém, como ressalta Sant'Anna, a partir de 1991, começou-se a seguir a tendência mundial que "apontava a cultura como o diferencial capaz de agregar mais valor ao 'produto Bahia'" (2006, p. 75). A proposta então era transformar o Centro Histórico em um *shopping center* a céu aberto, dotando-o da infra-estrutura e dos serviços necessários para a realização do consumo e do lazer, tendo como público alvo as classes média e alta e turistas estrangeiros⁷. Dessa maneira, entre 1992 e 1999 foram gastos aproximadamente R\$ 92 milhões com a reforma de cerca de 600 imóveis e da infra-estrutura instalada, com a construção de três estacionamentos e com a restauração de nove monumentos tombados, além do agenciamento de seis praças (SANT'ANNA, 2003).

⁷ "Documento da CONDER, já em janeiro de 1992, explicita o caminho da realização do projeto em direção a uma solução pelo mercado, que resolveria, sem comoção social, o problema da vizinhança indesejável. O uso habitacional para qualquer faixa de renda estava praticamente excluído do projeto" (FERNANDES, 2006, p. 15).



Fonte: MOURAD, 2011, p. 77

Mapa 2 – Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador

A **primeira fase** do Programa⁸ corresponde às **quatro primeiras etapas** e, somente entre 1992 e 1995, viabilizou a recuperação de 356 imóveis, a renovação e ampliação da infraestrutura técnica (água, esgoto e iluminação pública subterrânea), a construção de cinco praças nos fundos de quintais dos casarões e um estacionamento com 66 vagas. Levando a cabo a proposta de criação de um *Shopping Center* a céu aberto, os imóveis recuperados foram habilitados massivamente para uso comercial e de serviços, o que ocasionou o deslocamento, na maioria das vezes forçado, de 1.788 famílias (FERNANDES, 2006). Toda a intervenção foi custeada pelo tesouro estadual e executada exclusivamente pelo

⁸ Aqui, adotamos a divisão do Programa feita por Sant'Anna em sua tese de doutorado, em três fases: a primeira fase engloba as quatro primeiras etapas (1992-1995), a segunda fase a quinta e a sexta etapas (1996-1999, sendo que a sexta etapa acaba de ter suas obras concluídas, porém o edifício não foi inaugurado nem ocupado) e a terceira, a sétima etapa (a partir de 2000 até os dias atuais).

governo do Estado da Bahia, envolvendo três órgãos públicos (IPAC, CONDER e Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia). A situação fundiária foi equacionada de maneira a diminuir o ônus do Estado, evitando os custos com desapropriações⁹. Fernandes destaca que, para que isso fosse possível, foram desenvolvidos os seguintes tipos de “negociação-padrão”:

- obra + comodato: no caso de o proprietário possuir um único imóvel, o Estado fazia as obras e ele cedia sua posse em comodato, cujo período poderia variar entre 5 e 17 anos;
- obra + doação: se o proprietário possuísse mais de um imóvel, havia uma negociação entre o que seria recuperado e o que seria doado ao Estado (poderia ser tanto um imóvel quanto um andar de uma edificação);
- desapropriação: quando o proprietário se negava a negociar e a recuperar o imóvel nas áreas concernidas pelas etapas;
- promessa de compra e venda: negociação mais flexível entre o Estado e o proprietário
- adjudicação compulsória: transferência de determinado bem do patrimônio do devedor para o do credor (2006, pp. 16 e 17).

Ainda nessa fase, após a realização de pesquisas para avaliar o uso da área, observou-se que os investimentos realizados não foram capazes de atrair o almejado público de classe alta e de turistas estrangeiros e que seus maiores freqüentadores eram, na verdade, a população da cidade que ali trabalhava e buscava entretenimento. Assim, foram criados alguns projetos de animação cultural para a área, como o Viva essa Festa, o Ritos & Agitos e o Pelourinho Dia & Noite. Somente nesse último foi investida pelo Estado a quantia de R\$ 11.6 milhões entre 1996 e 2000.

Na **segunda fase**, período entre 1996 e 1999 e que compreende a **quinta e uma**

⁹ Sant'Anna chama a atenção para o fato de que esse sistema de doações ou cessões das unidades “permitiu ao governo manter o controle da execução da intervenção e, até certo ponto, o controle da utilização da área nos moldes pensados” (2003, p. 46).

parte da sexta etapas, houve uma queda no ritmo da implementação do Programa, fundamentalmente por três motivos: primeiro, porque o Estado começou a reconhecer as falhas na execução das etapas anteriores e se dedicou a investigá-las e a pensar em alternativas tanto para sua gestão, que até então era realizada apenas pelo próprio Estado, como para seu financiamento, momento em que houve uma reconfiguração das prioridades do Governo, reflexo da nova gestão iniciada em 1999 (SANT'ANNA, 2004). Segundo, na sexta etapa, no projeto do Quarteirão Cultural, foram utilizados recursos do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR/NE), financiado pelo BID, que passou a exigir uma série de estudos prévios para o financiamento do projeto (SANT'ANNA, 2004), o que requereu um tempo considerável para sua elaboração. Terceiro, a ação dos alfaiates moradores do imóvel da Rua da Misericórdia nº 1, por intermédio do Ministério Público, interrompeu o andamento das obras da sexta etapa, o que fez com que ela se estendesse até o ano passado¹⁰.

A quinta etapa restringiu-se à área da Praça da Sé e nela foram deslocadas 67 famílias (FERNANDES, 2006). Na sexta etapa, foram inaugurados a Praça do Reggae, a Praça ACM (Artes, Cultura e Memória), o Espaço do Autor Baiano, o Cine XIV, o Theatro XVIII, o Museu TemPostal e o Centro de Referência Cultural da Bahia; também foram construídos mais dois estacionamentos com uma oferta de 623 vagas (FERNANDES, 2006).

Nesse período, embora não faça parte da sexta etapa, foi desenvolvido o projeto Rememorar, com o objetivo de recuperar imóveis em ruínas e comercializá-los através de financiamento da Caixa Econômica Federal, dentro do programa de arrendamento habitacional do servidor público estadual. Esse projeto logrou recuperar 07 imóveis, transformando-os em 41 unidades habitacionais, todas ocupadas por servidores estaduais. O valor médio por unidade foi de R\$48 mil e o valor da parcela do financiamento variava de R\$154 a R\$254 mensais (FERNANDES, 2006), atingindo apenas uma pequena parte da demanda solvente do mercado¹¹.

¹⁰ Sobre o caso dos alfaiates, nos deteremos no tópico seguinte.

¹¹ A experiência piloto, embora diminuta e ainda não completamente executada, já apresenta alguns resultados animadores. Cinco imóveis que estavam originalmente selecionados para participar da amostra acabaram sendo recuperados por seus proprietários, como forma de evitar a

A **terceira fase**, com a **sétima e última etapa**, é a mais longa e conturbada entre todas. Sua concepção é iniciada em 2000 e se estende até os dias atuais, entrando pelo décimo segundo ano de elaboração e execução. Este tópico será melhor detalhado adiante neste trabalho, pois constitui o nosso estudo de caso. Antes disso, é importante registrar que as remoções contabilizadas da primeira à sexta etapas alcançaram o número de 2.195 famílias (MOURAD, 2011), o que, como veremos, será fundamental para os rumos tomados pelo projeto da sétima etapa, assim como também foi de fundamental importância a resistência dos alfaiates na sexta etapa de recuperação.

Os alfaiates – da irreversibilidade da ação humana

o menor dos atos, nas circunstâncias mais limitadas, traz em si a semente da mesma ilimitação, pois basta um ato e, às vezes, uma palavra para mudar todo o conjunto. (ARENDR, 2007, p. 203)

O processo de recuperação do Centro Histórico de Salvador, embora grandemente criticado por determinados setores da sociedade, nunca havia sido questionado ou, melhor, confrontado diretamente. Isso até a realização da sexta etapa, quando, nos imóveis localizados na extensão da Rua da Misericórdia, os moradores do imóvel de nº. 1 decidiram reivindicar seu direito à moradia. Residiam nesse edifício 44 pessoas (distribuídas em 15 domicílios) e, pela predominância de alfaiates que moravam e exerciam suas atividades no imóvel¹², este ficou popularmente conhecido como “Prédio dos Alfaiates. No ano de 1999, o Governo

desapropriação. Esse ganho inesperado do Projeto Habitacional mostra que é alto o seu poder de gerar efeitos multiplicadores (FERNANDES, 2006, p. 50).

¹² Os domicílios existentes no imóvel eram chefiados por 07 alfaiates, 01 auxiliar de alfaiate, 01 comerciante, 01 doméstica, 02 vendedoras, 01 ambulante, 01 cozinheiro e 01 garçom (FERNANDES, 2006).

do Estado decretou¹³ o imóvel como de utilidade pública para fins de desapropriação¹⁴. O passo seguinte ao decreto seria a expulsão dos seus moradores, com o pagamento de irrisórios auxílios-relocação, prática já estabelecida desde o início do processo de recuperação do CHS, em 1992 . Mas os moradores se recusaram a deixar o imóvel e buscaram o apoio da assessoria jurídica de um deputado estadual¹⁵ e do Ministério Público da Bahia, o que resultou nas seguintes ações, que garantiram o direito de permanência de alguns e a uma indenização menos injusta a outros:

1) A ação de embargo de terceiro, interposta pela assessoria jurídica do referido deputado, que trouxe à superfície as incoerências e o abuso de poder contidos no ato e requereu a concessão de títulos de usucapião urbano para as famílias que ocupavam o local. Dentre os argumentos levantados pelo Deputado nessa ação, destacam-se alguns aspectos fundamentais à compreensão da violação do direito à cidade:

- o proprietário havia abandonado o imóvel há mais de 40 anos;

- os atuais ocupantes ocupavam o imóvel há:

Mais de 30 anos: 05 domicílios

Entre 20 e 30 anos: 04 domicílios

Entre 10 e 20 anos: 03 domicílios

Entre 05 e 10 anos: 03 domicílios

- impropriedade quanto à maneira como havia sido formulada a ação de despejo da Bahiatursa, advogando que “os requerentes não passam de simples possuidores (...) assim sendo (...) não pode o poder público indenizar, em ação de desapropriação, a quem não for legítimo proprietário (FERNANDES, 2006, p. 50).

¹³ Decreto n.º 7722, de 20/12/99.

¹⁴ “Declarações não-oficiais informam que esse prédio especificamente seria ocupado com um grande receptivo turístico, onde deveriam se instalar agências de viagem e serviços de orientação ao turista. Os casarões vizinhos ao dos Alfaiates já tinham sido desocupados” (FERNANDES, 2006, p. 49).

¹⁵ O deputado em questão era Zilton Rocha (PT).

- 2) A ação de inquérito civil público aberta pelo Ministério Público da Bahia, com a realização de audiências públicas com o objetivo de “apurar, junto ao Estado, a sua concepção de patrimônio histórico e a destinação que seria dada ao imóvel” (BARROS; PUGLIESE, 2011, p. 14). Nessa ação judicial, requereu-se a reforma imediata do prédio e sua posterior destinação aos alfaiates, a relocação provisória dos seus ocupantes até a finalização da reforma e o acompanhamento do processo de desapropriação em curso.

Na ocasião, como continuava havendo resistência por parte dos moradores em desocupar o edifício, o Governo do Estado aceitou participar de uma negociação direta com os alfaiates, intermediada pelo Ministério Público, que resultou na assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), em dezembro de 2001. O TAC garantiu aos moradores do edifício de nº 1 da Rua da Misericórdia o direito de retornar ao imóvel após a conclusão da reforma e também “o pagamento de indenizações – agora baseadas em justos critérios – pelo ato da desapropriação em si”. (BARROS; PUGLIESE, 2011, p. 14). Nessas condições, conforme destaca Fernandes, os moradores deixaram o edifício com o objetivo de viabilizar a reforma e ainda:

- parte dos moradores que ocupavam a construção receberam uma compensação pecuniária (com valores variando entre R\$ 1,2 mil a R\$ 11 mil); outros firmaram contrato em comodato de 20 anos para um novo endereço; e oito do grupo de alfaiates preferiram a mudança provisória para retornarem ao antigo endereço tão logo este seja reformado;
- os alfaiates conseguiram também que fossem transferidos provisoriamente para uma casa na Rua Saldanha da Gama (próxima à Misericórdia);
- além disso, faz parte do TAC que, caso se ultrapasse o prazo estabelecido no contrato de comodato para a reforma do “Prédio dos Alfaiates”, os alfaiates possam continuar suas atividades (FERNANDES, 2006, p. 51)

Próximo a completar dez anos da conquista do direito à permanência no imóvel, somente neste ano de 2011 pôde-se observar a conclusão das obras no imóvel, o

último da sexta etapa de recuperação do CHS. No entanto, não se nota nenhum sinal de reocupação pelos antigos moradores ou mesmo sua ocupação por outros serviços. Os alfaiates ainda aguardam o retorno para o edifício de número um da Rua da Misericórdia e alguns já morreram sem usufruir da realização do seu direito.



Fonte: Pablo Vieira Florentino, 10 de abril de 2012.

Imagem 1 – Prédio dos Alfaiates

Embora ainda não tenham concretizado seu direito, não se pode considerar perdidos os ganhos da causa dos alfaiates, sobretudo se os analisamos pela ótica da irreversibilidade da ação humana, nos pressupostos colocados por Hannah Arendt. Para a autora, uma vez iniciada, uma ação não se extingue nela mesma. E não pode mesmo extinguir-se, já que ela se desenvolve por um encadeamento de ações e reações, levadas a cabo por diferentes indivíduos (e em diferentes momentos), que são tocados de maneiras distintas por cada ação iniciada.

A ação, embora possa provir do nada, por assim dizer, atua sobre um meio no qual toda reação se converte em reação em cadeia, e todo processo é causa de novos processos. Como a ação atua sobre seres que também são capazes de agir, a reação, além de ser uma resposta, é sempre uma nova ação com poder próprio de atingir e afetar os outros. Assim, a ação e a reação jamais se restringem, entre os homens, a um círculo fechado, e jamais podemos, com segurança, limitá-la a dois parceiros. (ARENDE, 2007,

p. 203)

As ações iniciadas pelo grupo dos moradores do Prédio dos Alfaiates são claramente marcadas pela inesperada entrada em cena das forças populares em defesa dos seus direitos, que interferiu na lógica da intervenção proposta pelo Estado, introduzindo no projeto uma população historicamente excluída. Foucault caracteriza essas ações como *emergências*, onde se observa a interrupção de uma lógica, com o que ele chama de um "salto" no qual essas mesmas forças "passam dos bastidores para o teatro" (FOUCAULT, 2008, p. 24).

Também chama nossa atenção a ênfase dada pelo autor sobre a autoria de uma emergência, quando afirma que "ninguém é portanto responsável por uma emergência; ninguém pode se auto-glorificar por ela; ela sempre se produz no interstício" (FOUCAULT, 2008, p. 24). Assim, podemos entender a emergência dos alfaiates como um conjunto orquestrado das ações dos moradores em questão, mais as ações de diversos atores/agentes, dos quais destacamos a assessoria jurídica ao movimento e o Ministério Público. E, ainda, para que possamos retomar essa questão logo adiante, voltamos a Hannah Arendt, quando essa destaca que

Nem mesmo o olvido e a confusão, que podem encobrir com tanta eficácia a origem e a responsabilidade de qualquer ato isolado, são capazes de desfazer um ato ou suprimir-lhe as conseqüências. E esta incapacidade de desfazer o que foi feito é igualada pela outra incapacidade, quase tão completa, de prever as conseqüências de um ato e até de conhecer com segurança os seus motivos (2007, pp. 244 e 245).

Ação na 7ª Etapa de recuperação do CHS

"seja qual for o seu conteúdo específico, a ação sempre estabelece relações, e tem portanto a tendência inerente de violar todos os limites e transpor todas as fronteiras" (ARENDR, 2007, p. 203).

O projeto da 7ª Etapa do Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador começa a ser elaborado no ano de 2000 e carrega consigo o peso das

críticas que assolaram os processos das etapas anteriores. Isso estava claro desde os estudos e avaliações realizados na segunda fase do Programa (que avaliava suas quatro primeiras etapas) às recentes críticas aos dez anos de concepção e implementação do programa, agravadas pela repercussão na mídia pela tentativa de expulsão dos Alfaiates. Um estudo contratado pela CONDER em 2000 alerta para o fato de as etapas anteriores não terem surtido o efeito multiplicador desejado, e que, "portanto, esta etapa é uma oportunidade de reavaliação e redirecionamento das ações efetuadas naquelas etapas" (SETEPLA/TECNOMETAL, 2002b, p. 6). Ainda em 2000, é realizada a quarta edição do Seminário Internacional para a Revitalização de Centros Históricos na América Latina e Caribe em Salvador (SIRCHAL)¹⁶, cujo tema era uma avaliação do processo de Recuperação do CHS. Segundo Mourad,

O esgotamento desse modelo é evidenciado no Seminário Internacional - IV Encontro SIRCHAL intitulado "Requalificação, Revitalização e Sustentabilidade dos Centros Históricos: um projeto urbano - análise do caso de Salvador, promovido pela Prefeitura (2000), com a participação de representantes do BID, do Ministério da Cultura do Brasil e da França, do IPHAN, Caixa Econômica Federal, IPAC, CONDER, entre outros (2011, p. 81)

Nesse seminário, foi apresentada a necessidade de introdução do uso habitacional no Programa, demonstrada a partir dos resultados de pesquisa realizada que apontava que 34,6% das unidades imobiliárias recuperadas entre 1992 e 2000 não estavam sendo utilizadas (MOURAD, 2011). O uso habitacional passou a ser condição imposta pelo BID para a possibilidade de financiamento da 7ª Etapa, o

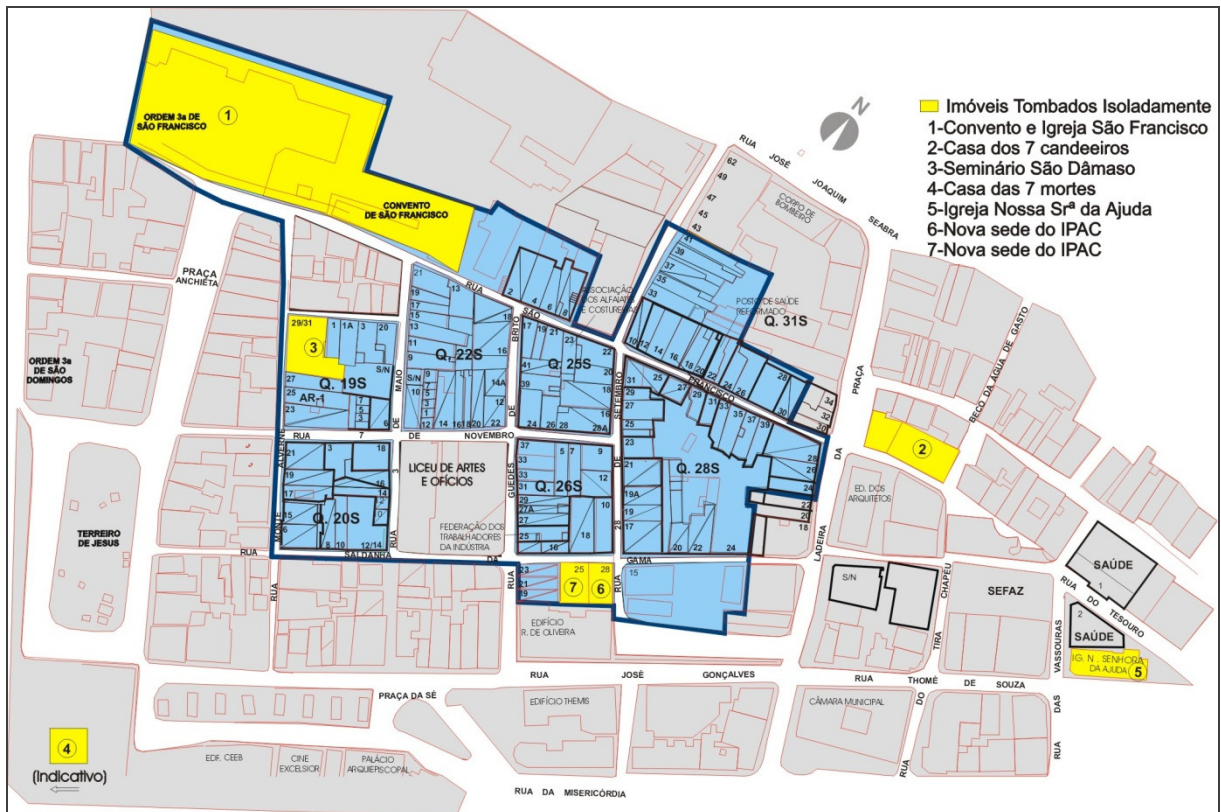
¹⁶ "O SIRCHAL é uma rede para a reabilitação de centros históricos da América Latina e Caribe, patrocinada pelo Governo da França, BID e UNESCO, entre outras instituições. Com envolvimento dos governos locais, os ateliês SIRCHAL têm sido realizados em cidades brasileiras, utilizando a metodologia de diagnóstico participativo, visando a definição de programa de ações integradas para a conservação do patrimônio nas cidades em estudo. Já foram realizados ateliês em São Luís, Salvador e Pirenópolis (iniciativas das instituições locais); sob a coordenação da CAIXA foram realizados ateliês em cidades pequenas e médias do Estado de Minas Gerais, que contaram também com a participação de técnicos do MinC e BNDES". Informações disponíveis no endereço http://www1.caixa.gov.br/gov/gov_social/municipal/programa_des_urbano/infra_estrutura_setor_publico/prsh/saiba_mais.asp com acesso em 05/06/2011.

que acabou se concretizando com a inserção do projeto no Programa Monumenta, com convênio assinado em 2002. Nesse momento, o projeto e a área da 7ª Etapa de recuperação do CHS passam a ser diretamente atravessados por processos decisórios das escalas nacional - com a inclusão do projeto no Monumenta - e da escala internacional - com a participação do BID no financiamento do projeto.

Inicia-se, então, o que Fernandes (2006) chamou de um processo de complexificação do quadro institucional, financeiro e social do Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador, que passa a ser influenciado também pelas lógicas de procedimento e desempenho tanto do BID como do Ministério da Cultura. O modelo de intervenção é modificado e o BID passa a exigir inúmeros estudos prévios para aprovação do financiamento¹⁷, o que até então não havia sido realizado, haja vista que a quase totalidade dos recursos empregados nas etapas anteriores era de origem do próprio Governo do Estado.

O convênio com o MinC é assinado em 2002 e objetiva a recuperação física, social e econômica, de forma "sustentável", do patrimônio cultural. A área do projeto, conhecida como Saldanha, é considerada "uma realidade marcada por marginalidade social, econômica e urbana" (SETEPLA/TECNOMETAL, 2002b, p. 8), motivo preponderante para a definição da área de intervenção, juntamente com sua importância arquitetônica e histórico-cultural. Sua poligonal possui 16 quadras, englobando as ruas José Joaquim Seabra, do Tesouro, das Vassouras, Visconde do Rio Branco/Ladeira da Praça, José Gonçalves, Saldanha da Gama, Monte Alverne/Rua do Bispo e Thomé de Souza/Rua da Ajuda (Ver Mapa 3).

¹⁷ "O Regulamento Operativo desse programa obriga a realização de muitos estudos técnicos com vistas à elaboração de um perfil detalhado do projeto e à demonstração de sua capacidade de auto-sustentação" (SANT'ANNA, 2003, p. 50).



Fonte: Governo do Estado da Bahia/CONDER -Jun-2000. Mapa elaborado pela Econtep/CONDER/2000. Retirado de MOURAD, 2011.6

Mapa 3 – 7ª Etapa do Programa de Recuperação do CHS – Área do Projeto (2000).

Após diversos ajustes e reformulações, fica estabelecido que nessa etapa serão recuperados 130 imóveis (localizados nas ruas descritas acima) para dar origem a 316 unidades habitacionais e 65 unidades comerciais, sete monumentos tombados isoladamente, requalificadas a pavimentação e as redes elétrica e de drenagem das ruas e construído um estacionamento, com a criação de 200 vagas (FERNANDES, 2006). O valor total inicial do projeto era de R\$33.801.881,00.

Ainda em junho de 2000, a CONDER elabora uma Pesquisa Sócio-Econômica e Ambiental na área da 7ª Etapa, que identificou 1.674 famílias que ocupavam, com fins de moradia, 73 de um total de 130 imóveis, além de 55 comerciantes que atuavam na área (SETEPLA/TECNOMETAL, 2002). Essas famílias, na sua maioria, possuíam rendimentos de até um salário mínimo (55%), sendo que sua imensa maioria (81%) possuía rendimentos de até três salários mínimos, (MOURAD, 2011) e eram predominantemente (cerca de 64% quando somados) biscateiros, trabalhadores domésticos e vendedores ambulantes (MOURAD, 2011). E esse foi, de início, o grande desafio do projeto: remover as famílias que ocupavam os imóveis

da área sem a segurança da posse. Assim, foi elaborado pela CONDER um Plano Preliminar de Reassentamento, em atendimento às indicações do Regulamento Operativo do Programa Monumenta, que começou a ser implementado em 2001. As opções oferecidas aos moradores foram:

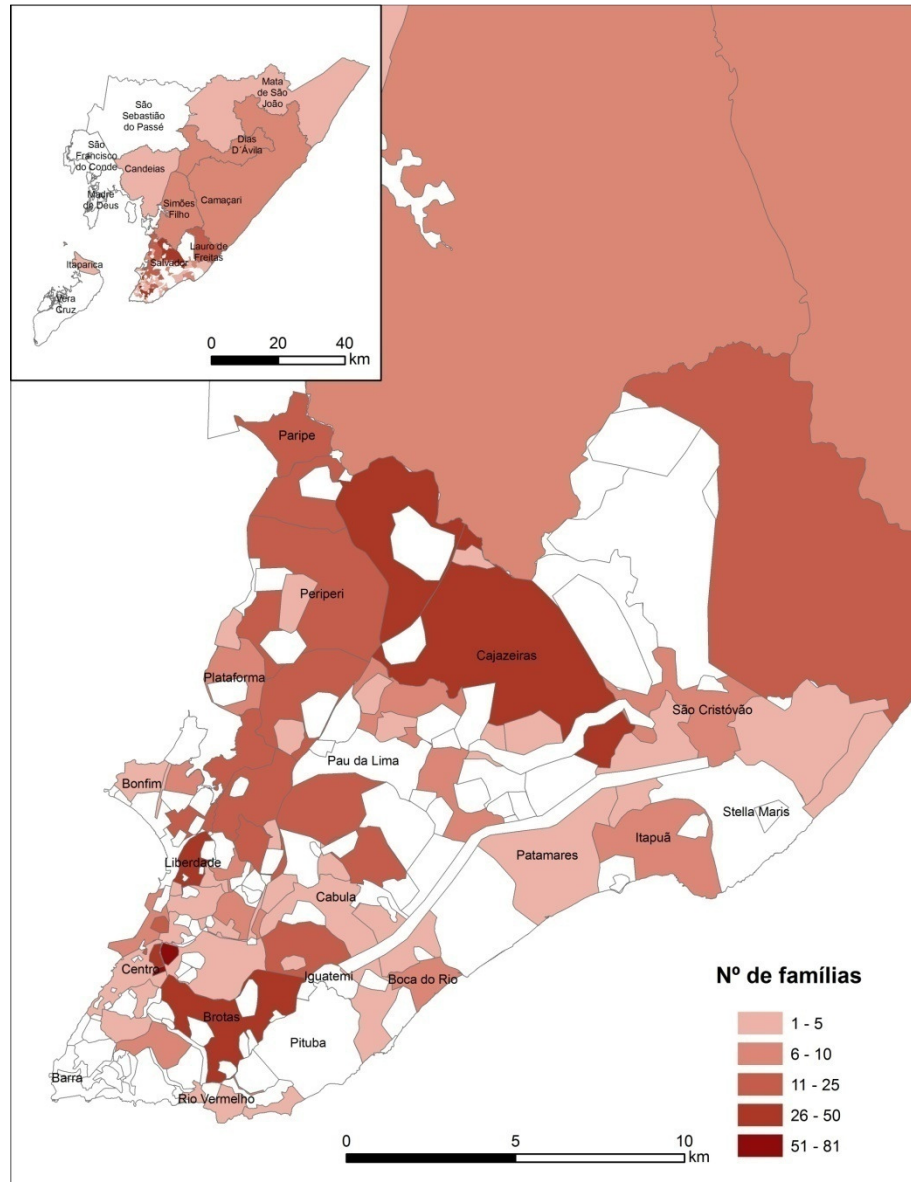
auxílio relocação, para todos os moradores e baseado em critérios estabelecidos pela CONDER, em consonância com os dados do IPAC; reassentamento, para as famílias que o desejarem (...). Um total de 90% dos moradores optou pelo simples pagamento do auxílio-relocação, ao passo que apenas 10% optaram pelo reassentamento (SETEPLA/TECNOMETAL, 2002, p. 54).

Entre julho de 2001 e fevereiro de 2002 já haviam sido pagos 1.023 auxílios relocação a uma média de R\$ 1.882 por família (SETEPLA/TECNOMETAL, 2002)¹⁸. Em 2003, o total de famílias indenizadas chegava a 1.292. O mapeamento do destino das famílias indenizadas na 7ª Etapa até 2003, realizado por Mourad (2011) a partir das fichas de cadastro social, revela dados interessantes quanto ao destino das famílias indenizadas (ver Mapa 4).

Nele é possível observar que a grande maioria dos moradores indenizados migrou para localidades relativamente próximas ao Centro Histórico, como Nazaré, Liberdade, Saúde, Brotas (bairros em geral bem localizados e infraestruturados e com acesso a serviços urbanos), outros foram deslocados para bairros extremamente distantes, como Cajazeira, Valéria, Fazenda Grande, Coutos e São Caetano (que concentra boa parte da pobreza do município e ainda apresentam baixos índices de cobertura de infraestrutura e serviços), e boa parte permaneceu no perímetro do Centro Histórico. Mourad também observa que, embora o estudo contratado pela CONDER (à empresa de consultoria SETEPLA/TECNOMETAL) em 2002 aponte a escolha de 90% dos moradores pelo recebimento dos auxílios-relocação, numa pesquisa realizada em 2000,

¹⁸ "O processo de expulsão da 7ª etapa foi de forma rápida e em escala significativa, considerando que, entre a 1ª e a 6ª etapa do Programa de Recuperação do Centro Histórico, '2153 famílias' foram expulsas e na 7ª etapa, em fevereiro de 2002, antes da assinatura do convênio com o Programa MONUMENTA, a CONDER já tinha efetuado o pagamento e a retirada de 1023 famílias. A somatória dos valores pagos nas 1023 indenizações perfaz R\$1.925.284,90, sendo o valor médio de R\$1.881,99". (MOURAD, 2011, p. 134)

54,8% dos moradores manifestaram o interesse em ir para local próximo ao Centro Histórico, e cerca de 80% dessas famílias, quando perguntadas se teriam interesse em comprar um imóvel no centro histórico, caso houvesse um financiamento acessível, responderam afirmativamente. (2011, p. 129)

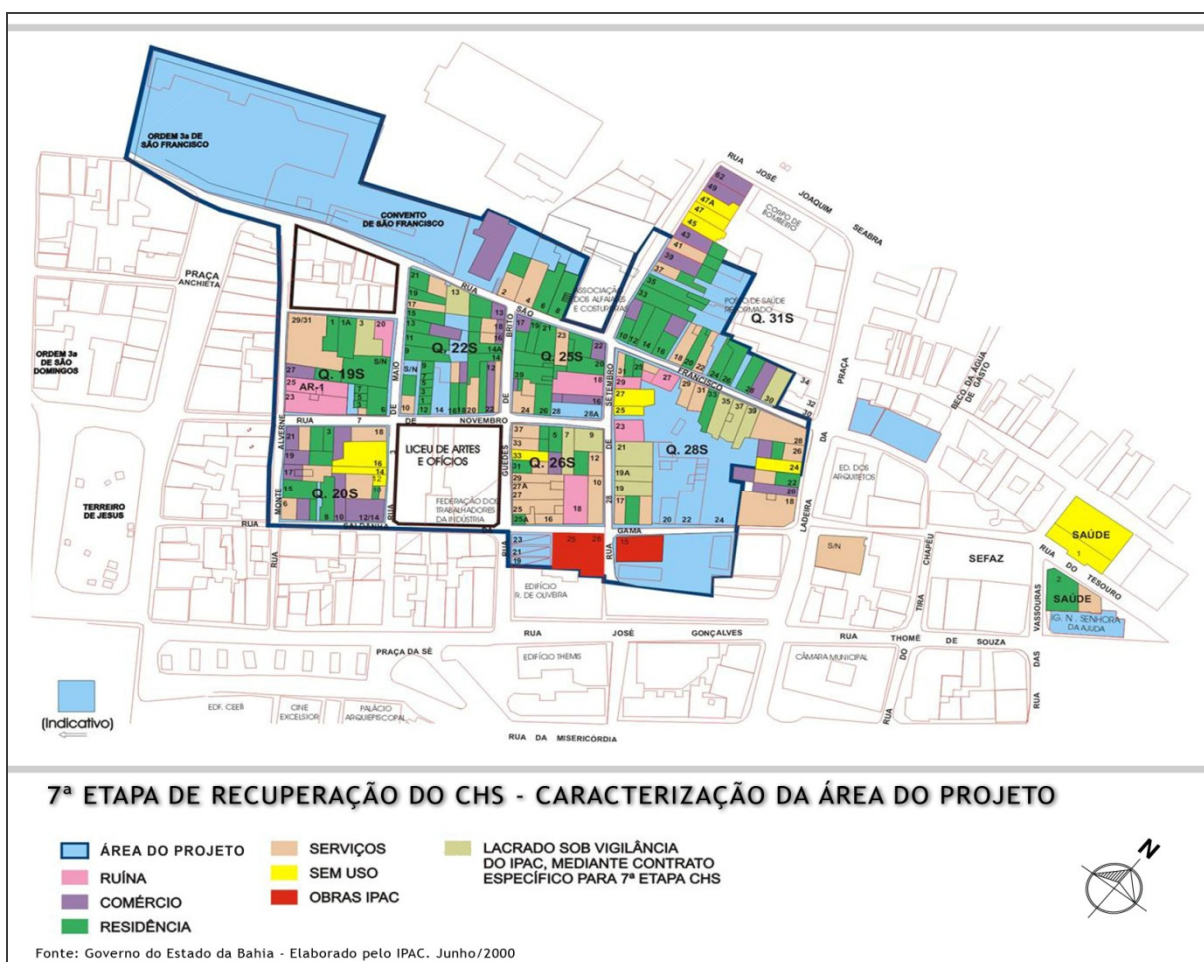


Fonte: MOURAD, 2011. Elaborado a partir das fichas de cadastro de 1292 famílias indenizadas na 7ª Etapa de Recuperação do CHS/CONDER/2000 - 2003.

Mapa 4 - Deslocamento dos moradores da 7ª Etapa de Recuperação do CH, para Municípios da RMS e Bairros do Município de Salvador (2000/2003)

Um olhar mais apurado sobre as características da ocupação da área da 7ª Etapa

demonstra que 84% dos imóveis eram utilizados pela população, ainda que precariamente, seja com residências, comércio ou serviços (MOURAD, 2011). Como se pode observar no Mapa 5, a ocupação dos imóveis pelos moradores já dispunha de uma diversidade de usos, bem distribuída no espaço, inclusive com predominância do uso residencial. Aqui fica clara a intenção do Estado na promoção de uma limpeza social da área, haja vista que os usos seriam mantidos, mas a população deveria ser substituída por outra de poder aquisitivo mais elevado.



Fonte: MOURAD, 2011

Mapa 5 – 7ª Etapa do Programa de Recuperação do CHS – Caracterização da Área do Projeto (2000)

Como a grande preocupação do projeto da 7ª Etapa era a sua sustentabilidade¹⁹

¹⁹ “Por recuperação sustentável entende-se a execução de obras de conservação e restauro e de medidas econômicas, institucionais e educativas, para ampliar o retorno econômico e social dos investimentos do programa, aplicando-os em sua conservação permanente” (SETEPLA/TECNOMETAL,

econômica, financeira e institucional, e esse era o critério para caracterizá-lo como bem sucedido ou não, a justificativa para a necessidade de substituição da população era a sua incapacidade de pagamento das prestações das moradias a serem habilitadas na área e sua subsequente manutenção.

Dando seguimento ao projeto, em abril de 2002 é publicado o decreto de desapropriação dos imóveis privados da área da 7ª Etapa²⁰, mesmo com 698 moradores ainda residindo no local. Essas pessoas se recusaram a deixar seus imóveis, não aceitaram receber os auxílios-relocação nem as ofertas de reassentamento oferecidos pela CONDER e resolveram lutar pela sua permanência na área. A intenção do Estado era agilizar o andamento do projeto e, em poder da imissão de posse, ter respaldo legal para expulsar os moradores da área. No entanto, como ressalta Fernandes,

Contemporânea da questão dos alfaiates, a 7ª etapa do Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador ainda estava em disputa.

A insatisfação dos 698 moradores que ainda residiam na área, o ganho de causa dos alfaiates e a confluência de várias instâncias institucionais atuando no programa levaram a que uma contestação mais vigorosa fosse encaminhada. (FERNANDES, 2006, p. 51).

Esse é o contexto para a criação da Associação dos Moradores e Amigos do Centro Histórico (AMACH), formalizada em 3 de julho de 2002. A partir de então, uma série de ações é iniciada pela AMACH e intermediada por diferentes atores, no sentido de impedir a expulsão dessa população, das quais destacamos, entre as elencadas por Fernandes, as que consideramos três ações fundamentais (no ano de 2002):

- ação na Assembléia Legislativa do Estado foi tentada pelo deputado Zilton Rocha (PT). Ele propõe discutir o projeto da 7ª etapa na Comissão de Desenvolvimento Econômico e Turismo, aventando “o flagrante desrespeito aos direitos fundamentais das pessoas que

maio de 2002)

²⁰ Decreto n. 8218/02.

ali residem e residiam". Essa questão virou tema de dossiê que foi entregue ao coordenador da UNESCO na Bahia;

- o PT entrou com ação de inconstitucionalidade defendendo o status de patrimônio imaterial dos moradores;

- Ministério Público ajuizou ação civil pública (n. 38.148-7/2002), com pedido de ordem de liminar contra o governo do Estado e a Conder. Ele busca barrar o processo de relocação, por ele classificado como de assepsia social. Desapropriar imóveis para destinar a outra pessoa viola as regras do Decreto-Lei de Desapropriação 3.365/41 (FERNANDES, 2006, p. 52)

A criação da AMACH e sua articulação com diversos entes de diferentes instâncias merecem aqui algumas análises. Sua iniciativa de organização pode ser considerada, na verdade, como a formalização de uma ação proveniente de diferentes atores em conjunto. A atual presidente da AMACH, Jecilda Mello, mais conhecida como Pró Cida, em entrevista concedida para esse trabalho²¹, conta que as pessoas e entidades que apoiavam os alfaiates, ao saberem do processo de remoção das famílias da área da 7ª Etapa, procuraram seus moradores com o intuito de ajudá-los na sua organização e mobilização.

Importante ressaltar que, contemporâneos e vizinhos dos alfaiates, alguns dos moradores da 7ª Etapa, embora não possuíssem ligação direta com aqueles, chegaram a participar de uma manifestação pelo direito à cidade dos alfaiates. Conforme observa Fernandes (2006), em 06 de setembro, no dia do alfaiate, moradores do Centro Histórico, tanto da Rua da Misericórdia como de outras áreas e etapas de recuperação, realizam uma manifestação no Terreiro de Jesus. É possível observar aqui, para além da reação que a luta dos alfaiates desencadeou nos moradores da 7ª Etapa, que, nos dois casos, foi no momento entre a elaboração e a execução dos projetos que se deflagrou a contestação. Lefèbvre lança luz sobre esse momento e sobre a importância da intervenção dos contestadores para a democracia urbana.

²¹ Jecilda Mello, presidente da Associação de Moradores e Amigos do Centro Histórico - AMACH. Entrevista concedida à autora em 3 de maio de 2011, na sede da Associação.

No nível dos projetos e dos planos sempre existe alguma instância entre a elaboração e a execução. Nesse trajeto intervêm a reivindicação e a contestação, confundidas com muita freqüência. Na contestação manifestam-se as ideologias próprias aos grupos e às classes que intervêm, aí compreendida a ideologia ou as ideologias dos que contribuíram para a elaboração dos projetos, o urbanismo ideológico. A intervenção dos "contestadores" introduz conflitos nas lógicas sociais (na sócio-lógica, que não passa da ideológica). A possibilidade de contestação faz essas lógicas aparecerem enquanto ideologias e permite sua confrontação, o que mensura o grau de democracia urbana (1999, p. 126).

A contestação, tanto no caso da 7ª Etapa como no dos alfaíates, caracteriza-se pelo questionamento ao governo quanto à sua forçada necessidade de abandonar os imóveis por eles habitados, em alguns casos, há mais de 25 anos. Entre as possíveis razões para essas ações contestatórias serem deflagradas pela população apenas a partir de 2000 (haja vista o processo ter sido iniciado em 1992), estão as constatações de Fernandes de que "a fragilidade da inserção social da população concernida pela operação, sua não organização e um sistema judiciário atrelado foram motivos importantes para explicar a incapacidade de reação à expulsão arbitrária dos moradores da área" (FERNANDES, 2006, p. 54). Não aceitar sua remoção e exigir ser inserido no projeto de intervenção em suas moradias, mesmo diante de todo um quadro histórico que parecia perpetuar a solução da substituição de população no Centro Histórico de Salvador, revela a constante possibilidade de reviravolta das perspectivas habituais (Lefèbvre, 1999).

Na compreensão do surgimento dessa ação contestatória pela 7ª Etapa, aliada à idéia da constante possibilidade de reviravolta das perspectivas habituais, buscamos em Hannah Arendt o conceito da imprevisibilidade da ação humana. Segundo a autora, "o fato de que o homem é capaz de agir significa que se pode esperar dele o inesperado, que ele é capaz de realizar o infinitamente improvável" (2007, p. 191). Não estamos dizendo com isso que essas ações, iniciadas pela AMACH, tenham sido de todo improváveis, haja vista a truculência e as insatisfações causadas pelo conjunto de intervenções realizado, porém, após mais dez anos de expulsões sem contestações, o Estado já não as esperava. Sobre o conceito de imprevisibilidade, Arendt complementa:

Embora as várias limitações e fronteiras que encontramos em todo corpo político possam oferecer certa proteção contra a tendência, inerente à ação, de violar todos os limites, são totalmente impotentes para neutralizar-lhe a segunda característica relevante: sua inerente imprevisibilidade (2007, p. 204).

A partir da criação da AMACH, exatamente nessa instância, nesse *intermezzo* entre a elaboração e execução do projeto da 7ª Etapa, é que suas ações começam a se consolidar em instrumentos de contestação. Em 2002, conforme mencionado por Fernandes (2006), o Ministério Público ajuíza a Ação Civil Pública contra o Governo do Estado da Bahia e a CONDER, interrompendo a remoção das famílias e iniciando um longo e importante processo de negociação para a construção conjunta de alternativas de inclusão dos moradores no projeto. Como a Ação Civil Pública logrou que as verbas para a execução do projeto fossem suspensas pelo Ministério da Cultura (BARROS; PUGLIESE, 2011), ficava colocada a necessidade de resolução do impasse pelo Governo do Estado, que até então se recusava a incluir os atuais moradores no projeto. Assim, a negociação, intermediada pelo Ministério Público da Bahia, envolvia a AMACH, o Governo do Estado da Bahia, através da Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SEDUR) e da CONDER e o Ministério da Cultura.

Convém destacar que, em 2003, o Partido dos Trabalhadores assume o Governo Federal, imprimindo à sua gestão uma busca pela justiça social que em muito contribui para a luta por permanência da 7ª Etapa. Esse partido político fez parte da luta pela reforma urbana ainda na década de 1980, responsável pelo reconhecimento da esfera do direito à cidade, a partir de 2001, com a aprovação do Estatuto da Cidade, o que, destaca Fernandes, “foi de fundamental importância para a mudança de posicionamento frente à questão social em áreas de intervenção concentrada de programas e projetos” (2006, p. 55). A adesão de esferas do poder judiciário à questão da justiça social, o fortalecimento do Ministério Público em todo o país e também a assimilação da importância do cumprimento da função social da propriedade foram fundamentais nesse processo.

A nova gestão do Programa Monumenta, iniciada em 2003, face ao processo de contestação e à ação do Ministério Público, se posiciona contra as expulsões e comunica ao Governo do Estado que, enquanto durasse o litígio, os recursos para a

execução das obras estariam suspensas. Segundo Luiz Fernando de Almeida²², presidente do IPHAN e coordenador geral do Monumenta, as tensões e conflitos não se restringiam à relação entre Estado e sociedade civil. Dentro do próprio Estado, havia um descompasso ideológico evidente entre diferentes esferas de governo. Sobre a suspensão do financiamento pelo MinC, por exemplo, a princípio, a CONDER, executora do Projeto em Salvador, argumentou que já havia ganho a imissão de posse de 18 casas e que aguardava apenas a liberação dos recursos pelo Programa Monumenta para dar início às obras (FERNANDES, 2006). Luiz Fernando de Almeida conta ainda que, no momento em que o comunicado de suspensão dos recursos foi feito à CONDER, o então presidente da Companhia respondeu que, assim sendo, eles desistiam do financiamento e que buscariam outras fontes para executar as obras. Aí, ainda segundo ele, foi de fundamental importância a participação do então Secretário de Planejamento, Ciência e Tecnologia (Luiz Antônio Vasconcellos Carreira), que convenceu a CONDER a manter o convênio com o MinC. Em 2003 é criado o Ministério das Cidades, que cria programas de financiamento habitacional, sobretudo de subsídio para habitação de interesse social. O MinC, então, busca uma articulação com esse Ministério, com vistas a subsidiar parte das habitações de interesse social necessárias à inclusão das famílias moradoras no projeto da 7ª Etapa.

O processo de negociação seguia seu curso, quando, relata Pró Cida, a CONDER afirmou só haverem 39 famílias (cadastradas e que não haviam recebido auxílio-relocação) na área do projeto, número bastante inferior ao de 382 famílias, levantado em 2002. Foi então que a AMACH, assessorada pelo Centro de Estudos e Ação Social (CEAS) e com o apoio do Ministério Público, procede à realização do seu próprio levantamento cadastral, com as famílias que moravam na 7ª Etapa, inclusive com as que já haviam recebido auxílio-relocação. Pró Cida ressalta: "nesse cadastro, a gente não fez distinção de quem morava na 7ª Etapa. A gente não queria saber quem já tinha recebido ou quem estava pra receber, queria saber apenas qual o número de famílias que estavam morando dentro da 7ª Etapa"²³.

²² Luiz Fernando de Almeida, presidente do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN e coordenador geral do Monumenta. Entrevista concedida à autora em 5 de maio de 2011, na sede do IPHAN, Brasília-DF.

²³ Jecilda Mello, presidente da Associação de Moradores e Amigos do Centro Histórico - AMACH.

Assim, foram levantadas 139 famílias²⁴ que ainda residiam no local e esse número de famílias foi levado às negociações. Chegou-se, por fim, ao consenso de que apenas as famílias moradoras que não haviam recebido o auxílio-relocação teriam direito a serem incluídas nesse projeto, 103 no total²⁵.

Em 09 de junho de 2004, Salvador recebeu a visita da Relatoria Nacional do Direito Humano à Moradia Adequada e à Terra Urbana²⁶ numa Missão²⁷ conjunta com um Relator Especial de Direitos Humanos das Nações Unidas para averiguar denúncias de violação do direito à moradia feitas contra o Governo do Estado da Bahia. A visita dessa Relatoria ao Centro histórico de Salvador deveu-se, conforme nos relata Pró Cida, a uma articulação do Centro de Estudos e Ação Social - CEAS (organização que presta assessoria ao movimento) com o relator nacional. Entre os parceiros dessa Missão estavam: a Comissão de Justiça e Paz de Salvador, o CEAS, Associação de Moradores e Amigos do Centro Histórico de Salvador (AMACH), Promotoria de Justiça do Ministério Público Estadual e a União dos Movimentos de Moradia do Estado da Bahia. Para a Missão,

ficou clara a preocupação do poder público apenas com o patrimônio arquitetônico e o desprezo ao patrimônio humano, que são os moradores históricos do Pelourinho. Os governos do Estado e

Entrevista concedida à autora em 3 de maio de 2011, na sede da Associação.

²⁴ Não encontramos informações sobre o que teria ocorrido com as demais 243 famílias das 38 levantadas em 2002.

²⁵ Atualmente, o cadastro conta com 104 famílias, a partir da inclusão de mais uma família pela AMACH, inclusão essa pactuada com os envolvidos com o TAC.

²⁶ "A Relatoria Nacional do Direito Humano à Moradia Adequada e à Terra Urbana integra um projeto da sociedade civil brasileira inspirado na experiência das Nações Unidas, que nomeou relatores especiais para investigar situações de desrespeito aos direitos humanos econômicos sociais e culturais ou DhESC" (SAULE JÚNIOR; CARDOSO, 2005, p. 10).

²⁷ "Chamam-se "missões" as atividades que envolveram (i) visitas in loco, às situações de conflito pelo Direito à Moradia e (ii) Audiências Públicas com a sociedade civil local". (SAULE JÚNIOR; CARDOSO, 2005, p. 12).

do município não só se omitem ante a situação precária de moradia da população residente no Pelourinho, como têm atuado com abuso de poder, despejando os moradores sem oferecer justa reparação, e desvio de poder, na medida em que empregam recursos públicos em um projeto que piora a condição de vida dessas pessoas. (2005, p. 92)

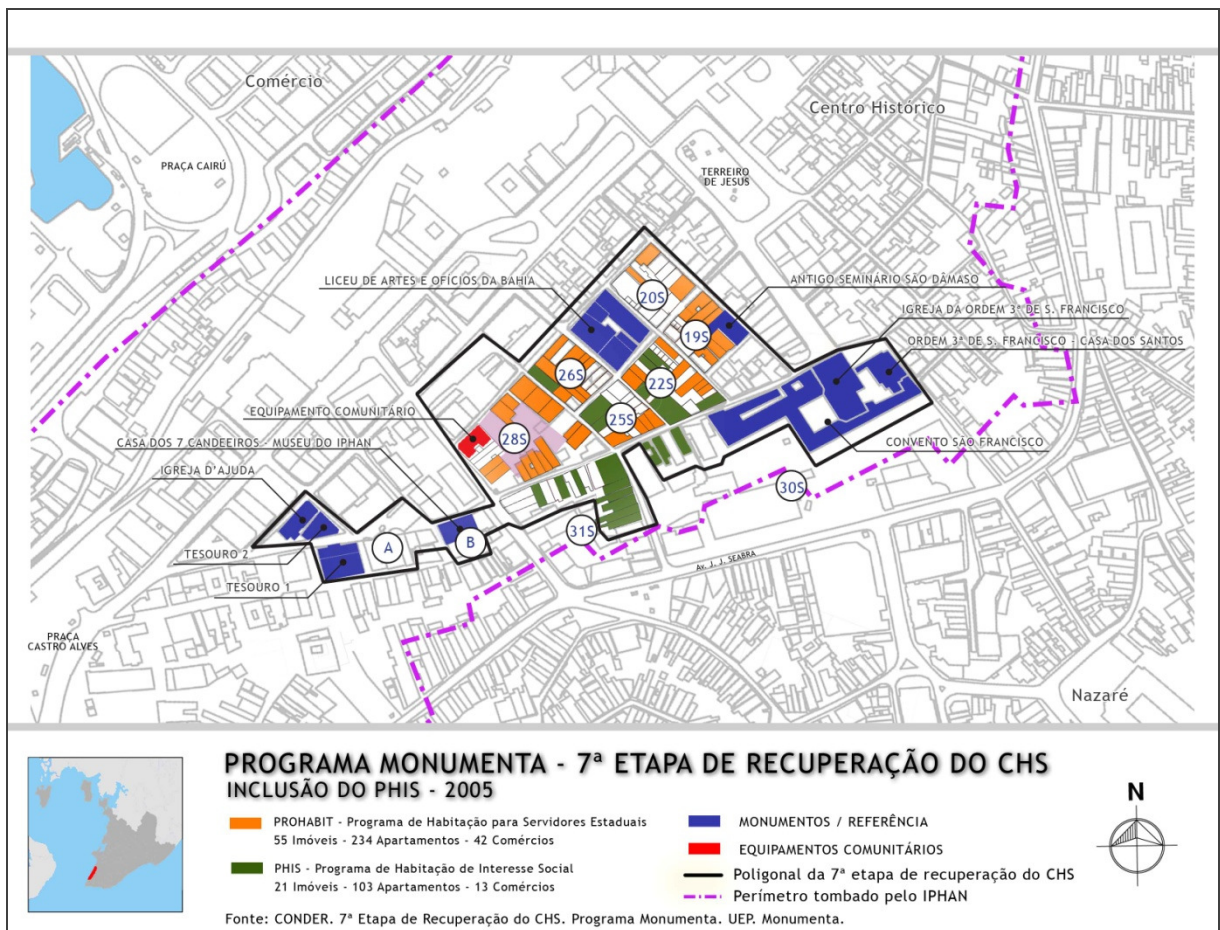
Essa visita teve ampla repercussão na *media* local e nacional e contribuiu para imprimir uma pressão internacional sobre o processo de negociação já em curso, muito embora a participação da ONU não tenha condicionado nenhuma sanção ao Estado brasileiro ou da Bahia quanto ao não cumprimento das suas recomendações. Segundo a avaliação da Relatoria Nacional, foram identificadas as seguintes violações de direito no CHS:

- Violação do Direito à Moradia Adequada (art. 6º, da Constituição Federal); (...)
- Violação do Direito à Gestão Democrática da Cidade (art. 2º, inc. II, da Lei Federal nº 10.257/01) (...);
- Violação do Direito à Identidade e Manifestação Cultural (artigos 215 e 216, da Constituição Federal) e a Não-discriminação (art. 3º, inc. IV, da Constituição Federal) (...)
- Violação do Direito ao Trabalho (art. 1º, inc. IV; e art. 170, incisos VII e VIII, da Constituição Federal) (SAULE JÚNIOR; CARDOSO, 2005, p. 93)

Todo esse processo de negociação resultou na criação de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) em 1º de junho de 2005, firmado entre a AMACH, a CONDER, o MinC, com a mediação do Ministério Público da Bahia. Esse termo garantia o direito à permanência de 103 famílias na área da 7ª Etapa com sua inclusão no projeto através de subsídios do Governo do Estado e do Ministério das Cidades para a construção das unidades de habitações de interesse social, através do Programa de Habitação de Interesse Social (PHIS)²⁸. Dos 317 apartamentos construídos na 7ª Etapa, 103 seriam de habitação de interesse social e 234 para

²⁸ Embora as unidades sejam subsidiadas, será cobrada uma taxa proporcional ao rendimento de cada família pelo prazo de dez anos.

funcionários públicos (financiados pelo Programa de Habitação para Servidores Estaduais – PROHABIT)²⁹. Também foram projetados 55 pontos comerciais, dos quais 13 deveriam ser destinados às famílias da 7ª Etapa, além de um imóvel para instalação de equipamentos comunitários (sede da AMACH e creche comunitária). No total, serão recuperados para habitação, comércio e serviços 76 imóveis, 21 pelo PHIS e 55 pelo PROHABIT. Abaixo, o Mapa 6 mostra a composição e distribuição territorial do projeto.



Fonte: MOURAD, 2011.

Mapa 6 – PROGRAMA MONUMENTA. 7ª Etapa de Recuperação do CHS (2005)

O TAC, além da garantia da permanência das famílias, objetivo maior do acordo, ainda compromete as partes envolvidas a viabilizar: a relocação provisória dos moradores durante o tempo de execução das obras, a discussão do projeto de

²⁹ A Caixa Econômica Federal foi o agente financeiro responsável pela operacionalização dos financiamentos.

recuperação da 7ª Etapa com os moradores visando à compatibilização das unidades à composição das famílias, a instalação da sede da associação na área, a contratação de mão-de-obra local. No caso de descumprimento de alguma das cláusulas do TAC, o compromissado infrator será obrigado a pagar multa diária de mil reais, enquanto durar a irregularidade. Ficou ainda instituído um Comitê Gestor, responsável pelo controle social do processo. Definido como “instância participativa efetiva da comunidade no projeto” (TAC, 2005, p. 2), o Comitê tem por objetivo a análise e deliberação sobre as solicitações realizadas pelas famílias cadastradas e possui um representante de cada entidade a seguir citada: CONDER, Secretaria de Combate à Pobreza do Estado da Bahia, SEDUR, AMACH, do CEAS, Universidade Estadual de Feira de Santana e Cooperação para o Desenvolvimento da Morada Humana – CDM.

No final de 2005, cinco meses após a assinatura do TAC, um Diagnóstico Sócio-Econômico e Ambiental realizado pela CONDER (2005) e com a participação da AMACH e do IPHAN apresenta um quadro das famílias que deverão permanecer na área. As 103 famílias em questão estavam distribuídas em 23 imóveis, oito deles com uso misto e 15 com uso residencial. A grande maioria das famílias (70,4%) possuía renda de até um salário mínimo e 54% (do total de famílias) eram chefiadas por mulheres. Apenas 21,2% possuíam vínculo empregatício e somente 61,5% eram alfabetizados (CONDER/MONUMENTA-BID, 2005). Em geral, essas famílias já residiam no CHS antes de ocuparem a 7ª etapa, algumas (16) na mesma casa. Essa população pobre conseguiu, por sua luta e coragem, permanecer no Centro Histórico, mas o Estado conseguiu distanciá-la das áreas mais valorizadas (MOURAD, 2011).

Embora sua maioria ocupasse ruas localizadas mais próximas dos pontos turísticos mais visitados no CHS, como, por exemplo, o Terreiro de Jesus e a Praça da Sé, a grande maioria das famílias foi deslocada para ruas de menor acesso e interesse turístico, as ruas conhecidas como a “cracolândia”, ou seja, aquelas estigmatizadas pelo consumo e tráfico de drogas ilícitas. Um bom exemplo dessa segregação social dentro da própria área do projeto é a Rua Monte Alverne, onde cinco imóveis eram ocupados por 50 famílias, mas que não recebeu no projeto nenhum apartamento do PHIS para atender à demanda da população moradora (SETEPLA/TECNOMETAL, 2002). A CONDER alegou que a escolha desses imóveis se

deu pelo fato deles já possuírem os projetos arquitetônicos concluídos e que isso era um fator positivo para a conclusão mais rápida das obras. Diante do desgaste das longas negociações, o Comitê Gestor acabou aceitando a proposta da CONDER.



Fonte: Imagem capturada pela autora em 16 de Julho de 2011.

Imagem 2 – Rua Monte Alverne, 7ª Etapa de Recuperação do CHS.

O que se viu, no entanto, foi um grande atraso nas obras dos imóveis de habitação de interesse social, chegando-se ao ponto de, como destaca Mourad,

Em 2010, após 5 anos da assinatura do Termo de Ajustamento de Conduta (2005), somente foram concluídos 8 imóveis do Programa de Habitação de Interesse Social, abrigando apenas 36 famílias. Nenhum equipamento de apoio à função residencial foi implantado, embora o Ministério Público tenha mobilizado em 2008 e 2009 inúmeras vezes representantes da CONDER, do IPHAN, do IPAC, do ERCAS, da PMS, da COELBA e da EMBASA visando ao cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta – TAC (2011, p. 142).

Embora nessa audiência a CONDER e a SEDUR tivessem se comprometido a viabilizar a implantação de um equipamento comunitário (creche comunitária) e a agilizar as obras, priorizando a conclusão das habitações de interesse social, Pró Cida afirma que nenhum dos pontos estabelecidos na audiência foi cumprido. Mourad (2011) afirma que muitos moradores deixaram seus pontos comerciais na área quando foram relocados temporariamente (para que fossem executadas as obras de reforma nos imóveis por eles ocupados) o que compromete seu sustento e posterior capacidade de permanência na área, considerando que, após a ocupação definitiva dos seus apartamentos, incidirão sobre os moradores inúmeras taxas que antes não compunham suas despesas domésticas (taxa do financiamento, luz, água, esgotamento sanitário e IPTU, por exemplo).

A morosidade na execução do projeto, sobretudo no que se refere ao uso residencial, evidencia a falta de prioridade do governo em relação a 7ª Etapa. Dos 75 imóveis somente 8 (10,6%) foram efetivamente entregues. No entanto as obras relacionadas aos monumentos de referência nacional foram quase todas realizadas ou se encontram em fase de conclusão (MOURAD, 2011, p. 146).

As obras na 7ª Etapa se estendem há tanto tempo (são sete anos) que já nem é possível mensurar o desgaste da população e do próprio Estado nesse processo. 68 famílias ainda vivem em imóveis alugados, muitos em condições igualmente precárias às que viviam antes de serem relocados. Pró Cida conta que os moradores já passaram e continuam passando por situações constrangedoras com os freqüentes atrasos no pagamento dos aluguéis dos imóveis onde vivem, compromisso da CONDER no TAC até quando durarem as obras e os moradores possam ocupar seus apartamentos definitivamente. O desgaste aqui é da população com o Estado e também dos moradores com a própria Associação, que vê comprometida sua capacidade de prometer e de cumprir promessas. E a capacidade de prometer é, como afirma Hannah Arendt, a principal solução ao problema da imprevisibilidade da ação humana³⁰, porque, como dito acima, uma

³⁰ A única solução possível para o problema da irreversibilidade – a impossibilidade de se desfazer o que se fez, embora não se soubesse nem se pudesse saber o que se fazia – é a faculdade de perdoar. A solução para o problema da imprevisibilidade, da caótica incerteza do futuro, está contida na faculdade de prometer e cumprir promessas. (p. 248) (ARENDR, 2007, p. 248)

vez iniciada, a ação se torna irreversível. E a consciência da incapacidade de se desfazer uma ação, muitas vezes inibe o ato, uma vez que não se sabem as conseqüências que ele pode desencadear. Assim, vendo comprometida sua capacidade de cumprir promessas, a Associação começa a cair em descrédito com seus próprios associados e o poder do movimento social vai sendo minado mais uma vez pelo Estado.

No entanto, não se pode esquecer o que a própria Arendt afirma quanto ao poder da ação de atingir e afetar diferentes pessoas, o que possibilita as reações em cadeia, pois, "todo processo é causa de novos processos" (2007, p. 203) e que,

seja qual for a natureza e o conteúdo da história subsequente – quer transcorra na vida pública ou na privada, quer envolva muitos ou poucos atores – seu pleno significado somente se revela quando ela termina. (2007, p. 204)

E a ação dos moradores da 7ª Etapa não está terminada e seria difícil dizer quando e se ela irá terminar. Porém, é certo, não irá se extinguir. Diversos outros movimentos sociais, observando o acontecido na 7ª Etapa, têm procurado o Estado, a Defensoria Pública e o Ministério Público para assegurarem seu direito à moradia no Centro de Salvador, a exemplo da comunidade da Rocinha, da ocupação do antigo prédio da Prefeitura na Ladeira da Praça e do Edifício Lord, na Av. Carlos Gomes, que iniciaram ações em parceria com a defensoria pública para garantir o direito à permanência nas ocupações onde residem.

Em nossa análise do projeto da 7ª Etapa e da sua reconfiguração a partir das ações dos seus moradores, frisamos a maneira como a AMACH fez uso de articulações com entes de diferentes escalas à sua atuação. Além das articulações feitas horizontalmente pela Associação com entidades locais da sociedade civil, como, por exemplo, o CEAS e a Universidade Estadual de Feira de Santana, ela buscou (com o suporte dessas entidades) o apoio do Ministério das Cidades, da Relatoria Nacional do Direito Humano à Moradia Adequada e à Terra Urbana e da Relatoria Especial de Direitos Humanos das Nações Unidas. É importante também destacar a iniciativa do CEAS em procurar a AMACH para prestar assessoria técnica e política e também o empenho do IPHAN, na sua nova gestão, ao incorporar a demanda do movimento e ao articular-se com outras instâncias governamentais para o

atendimento dessa demanda.

Santos afirma que, aos lugares, estaria reservada, como estratégia, a busca pela união horizontal, "reconstruindo, a partir das ações localmente constituídas, uma base de vida que amplie a coesão da sociedade civil, a serviço do interesse coletivo" (SANTOS, 2004, pp. 2087 e 288). Nesse sentido, vimos a AMACH ampliar suas possibilidades de articulações horizontais, utilizando de instituições de escalas de atuação nacional e internacional, com vistas à consolidação do direito à cidade, na escala do lugar. As articulações feitas com a Relatoria Nacional do Direito Humano à Moradia e a presença do Relator Especial de Direitos Humanos das Nações Unidas, aliada à atuação do CEAS e do Ministério Público foram fundamentais à garantia do direito à permanência dos moradores da 7ª Etapa.

A seguir, faremos uma análise do Programa Monumenta, chamando a atenção para a sua relação com o projeto da 7ª Etapa, no intuito de identificar, sobretudo, o modo como esse projeto foi tratado pelo referido programa nacional e, ainda, como esse mesmo programa se comportou quando das demandas específicas desse projeto. Veremos, mais adiante, que ele (o projeto) sofreu influências diretas da gestão do Monumenta e indiretas do seu agente financiador.

O Programa Monumenta

O projeto da 7ª Etapa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador integra os 26 projetos que compõem o Programa Monumenta, criado em 2000 pelo Ministério da Cultura, no âmbito do Plano Avança Brasil³¹. Com o apoio do BID e da UNESCO, o objetivo primeiro desse Programa era o de preservar áreas prioritárias do patrimônio histórico e artístico urbano sob proteção federal³². Conforme pudemos observar no capítulo 1, a área desse projeto já havia sido pensada para o conjunto de Recuperação do Centro Histórico de Salvador, iniciado na década de 1990, porém, sua inserção no Programa Monumenta trouxe mudanças significativas à sua concepção, sobretudo a partir da mudança de gestão desse Programa e do Governo Federal, em 2003.

O presente capítulo será dedicado a compreender, a partir de um olhar voltado ao Monumenta, nas suas relações com o BID e com a Unidade Executora do Projeto (UEP) da 7ª Etapa, a configuração do Programa, bem como suas reformulações ao longo do seu processo de execução. Serão observadas ainda a sua relação com o

³¹ Avança Brasil foi o nome dado ao Plano Plurianual (PPA) de 2000-2003, no governo de Fernando Henrique Cardoso.

³² "Inicialmente chamado de 'Programa de Preservação do Patrimônio Cultural Urbano' (1997), o Programa MONUMENTA pretendia-se uma linha de financiamento para preservação do patrimônio cultural federal, cuja contratação seria fundamentada pelo critério de avaliação dos bens patrimoniais urbanos em maior risco de deterioração, situados em municípios que pudessem sustentar a manutenção dos bens após o investimento de recuperação" (TOZI, 2007, p. 108 e 109)

agente financiador, o BID, e as mudanças ocorridas nos seus regulamentos e na própria gestão do Programa, a partir da já referida mudança de gestão iniciada no ano de 2003. Esse conjunto de relações será analisado com vistas a identificar as influências das ações dessas (e nessas) diferentes escalas de atuação.

Histórico do Programa

Desde o Programa de Cidades Históricas (PCH), que entre 1973 e 1983 viabilizou 193 projetos de recuperação de imóveis isolados em 12 estados brasileiros³³, o IPHAN buscava a implementação de um novo programa nacional para recuperação do patrimônio histórico. Porém, em razão do seu baixo orçamento, esse era um programa que, dadas as suas proporções e as restrições da crise fiscal das décadas de 1980 e 1990, dependeria de financiamento externo por parte de alguma agência de fomento internacional.

Zancheti ressalta que, no Brasil e também na América Latina, “o centro da crise estava no sistema de financiamento do desenvolvimento urbano, devido à drástica redução da capacidade de reprodução dos fundos públicos para o desenvolvimento, especialmente daqueles alicerçados na poupança forçada dos trabalhadores” (ZANCHETI, 2007, p. 4). Esse quadro de contenção de investimentos, aliado à facilidade de acesso a financiamentos internacionais, levou o IPHAN a apresentar uma Carta Consulta ao BID, o que, segundo Zancheti, era a única possibilidade colocada aos governos locais, e também ao governo federal, de financiamento de um projeto de revitalização.

Em 1995, iniciou-se o processo de negociação entre o MinC e o BID para viabilizar o Programa e com ele os conflitos entre essas duas esferas, nacional e internacional, respectivamente. A partir desse momento, o Programa passa a ser atravessado pela lógica internacional do BID, que possui suas próprias regras e ideologias. Esse atravessamento, no entanto, não ocorre de maneira pacífica em todo o processo,

³³ O Programa de Cidades Históricas – PCH foi implantado como apoio da UNESCO, e teve um custo global de US\$ 73,8 milhões para 193 projetos nos seus 10 anos de existência. (SANT'ANNA, 2004)

gerando, para além das confluências, conflitos intra e interinstitucionais, além de interescares, responsáveis por diversas (re)definições do seu conteúdo.

Em 1996 é elaborada a Carta Consulta ao BID pelo IPHAN (aprovada em agosto de 1996) e, em 1997, é criada a UCG - Unidade Central de Gerenciamento - no MinC e redefinida a participação do IPHAN. Este último, que havia contribuído ativamente para o delineamento do Programa, tem sua função reduzida à de fiscalização e supervisão técnica das intervenções (BID, 1999), através de um Grupo de Trabalho - GT/IPHAN, criado especialmente para esse fim. Em 1999 é assinado o Contrato de Empréstimo com o Governo Brasileiro e somente em 2000 é que se dá o início efetivo do Programa. O valor global do contrato ficou definido em US\$ 125 milhões, dos quais 50% correspondiam ao empréstimo do BID, ou seja, US\$ 62,5 milhões, e os outros 50% eram de contrapartida a ser desembolsada pelo Governo Federal, pelos Estados e pelos Municípios.

Nesse mesmo ano (2000), na Conferência de Imprensa de Lançamento Oficial do Programa, o então coordenador do Monumenta, Pedro Taddei Neto, faz uma apresentação onde declara que,

entusiasmado com o gratificante resultado das intervenções em Quito, o Presidente do BID, Enrique Iglesias, no início do primeiro mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso, sugeriu-lhe a idéia de desenvolver, no Brasil, uma experiência inédita, um programa para a conservação sustentável do patrimônio histórico, em âmbito nacional (TADDEI NETO, 2009).

Chama a nossa atenção a afirmação da sugestão do presidente do BID ao governo brasileiro para a realização de um projeto nos moldes do realizado na cidade de Quito (Equador) no Brasil, com proporções nacionais. Indagados sobre a veracidade dessa informação, antigos consultores do Programa e seu atual coordenador adjunto³⁴ concordaram ao afirmar que o processo de definição do Monumenta advém de um acúmulo de experiências de atuação do IPHAN e que um programa de recuperação no nível nacional já figurava na pauta desse instituto

³⁴ Os entrevistados que comentaram esse fato foram os consultores Jurema Machado e Marco Antônio Galvão e o coordenador adjunto do Monumenta, Robson Almeida.

desde a experiência do PCH. No entanto, o registro da manifestação de interesse por parte do presidente do BID (expressa na fala do então coordenador do Programa), deixa claro o interesse comum das partes em viabilizar o Programa.

Nos seus contornos finais, compunham o Programa Monumenta 26 cidades, selecionadas de acordo com sua representatividade histórica e artística, levando em consideração a urgência das obras de recuperação³⁵, num importante processo de discussão e confluências entre o MinC, IPHAN e BID, que será melhor abordado mais adiante. Seus objetivos para o longo prazo, segundo o contrato de financiamento, eram:

- a) preservar áreas prioritárias do patrimônio histórico e artístico urbano sob proteção federal;
- b) aumentar a conscientização da população brasileira acerca desse patrimônio;
- c) aperfeiçoar a gestão desse patrimônio e o estabelecimento de critérios para implementação de prioridades de conservação. (BID, 1999, Anexo A, p. 1).

Considerando os objetivos acima expostos, o sucesso do Programa estaria garantido caso fossem identificados incrementos no número de visitantes, na ocupação das áreas onde houvesse intervenções, nas atividades econômicas e nos níveis de emprego e caso fossem constituídos os fundos de preservação³⁶ e estes atingissem os níveis esperados (BID, 1999).

Para que pudesse alcançar seus objetivos, o Monumenta estruturou-se em cinco componentes de atuação: 1) Investimentos Integrados (obras e serviços de

³⁵ Segundo Tozi, o Monumenta "pretendia-se uma linha de financiamento para preservação do patrimônio cultural federal, cuja contratação seria fundamentada pelo critério de avaliação dos bens patrimoniais urbanos em maior risco de deterioração, situados em municípios que pudessem sustentar a manutenção dos bens após o investimento de recuperação" (TOZI, 2007, pp. 108 e 109).

³⁶ "Para garantir a sustentabilidade do Projeto, o Município deverá criar um Fundo de Preservação (...), que aplique os recursos financeiros gerados direta ou indiretamente pelo Projeto para cobrir os custos de conservação dos Monumentos Nacionais na Área de Projeto" (IPHAN, 2003, p. 16).

preservação de monumentos, conjuntos e sítios históricos tombados e espaços públicos vinculados à sustentabilidade do Programa) nas áreas de projetos; 2) Fortalecimento Institucional do MinC, IPHAN e Municípios; 3) Promoção de Atividades Econômicas, em geral ligadas ao turismo; 4) Capacitação de Artífices e de Agentes Locais de Cultura e Turismo; 5) Programas Educativos sobre o Patrimônio Histórico (BID, 1999).

Embora um dos componentes do Monumenta tenha sido, desde o princípio, o fortalecimento do aparelho estatal para a preservação do patrimônio, optou-se pela terceirização completa da Unidade de Gerenciamento do Programa, responsável por sua gestão nacional. Sant'Anna relata que foram contratados 40 consultores pela UNESCO, responsáveis pela coordenação e acompanhamento direto da execução dos projetos pelos municípios, sobre o que ainda destaca: "o Programa Monumenta é, portanto, um caso de política pública coordenada e executada por estrutura paralela terceirizada e sem vínculo permanente com qualquer instância do Estado" (SANT'ANNA, 2004, p. 263).

Tozi ressalta que o Programa Monumenta veio a consolidar uma crise na gestão da cultura. Nesse momento, o BID teve papel fundamental no acirramento dessa crise, quando, segundo essa mesma autora, exigiu a implementação de uma secretaria, a Secretaria do Patrimônio, Museus e Artes Plásticas (criada em 1999) que submetia o IPHAN hierarquicamente, reduzindo sua autonomia e submetendo-a a uma lógica voltada ao atendimento dos interesses do mercado imobiliário.

Essa 'reforma' institucional foi justificada pelo Ministério como uma das exigências colocadas pelo BID para a cessão de empréstimos para o setor, objetivando dinamizar o processo de gestão financeira do patrimônio, característica importante para a consolidação das reformas neoliberais que estavam em andamento no governo federal. Apesar de vinculado institucionalmente ao IPHAN, o Programa MONUMENTA criava seus próprios critérios de operacionalização, confrontando o modelo de gestão patrimonial tradicional do instituto. (TOZI, 2007, p. 110)

Essas intervenções do BID no cotidiano da gestão do patrimônio no Brasil geraram inúmeros conflitos institucionais entre o IPHAN, o MinC e o próprio BID que, no

entanto, refletiam uma série de outras questões acerca do tratamento da máquina pública pelo Estado brasileiro. Isso é demonstrado quando a recomendação do BID para o aparelhamento do IPHAN (com a ampliação do quadro de funcionários e de equipamentos, uma vez constatadas suas péssimas condições de trabalho), para que esse assumisse a posição central na coordenação e conceituação do Programa (SANT'ANNA, 2001) é rechaçada pelo MinC.

Todos esses conflitos envolvendo essas três instâncias contribuíram para criar entre elas um clima de hostilidade, especialmente do IPHAN com o BID e com o MinC. Mas é preciso atentar para o fato de não ter sido o BID o responsável pela criação desse desgaste em específico, porém, sua participação financeira no Programa acirrou algumas questões já estabelecidas. O empréstimo com o BID suscitou o surgimento de outras questões, como, por exemplo, o baixo orçamento do IPHAN para a operação da preservação dos monumentos e sítios históricos. O valor global do projeto superava em muito o orçamento do Instituto para a gestão de todo o patrimônio federal. Jurema Machado reforça a existência desses conflitos quando afirma:

Havia uma crítica histórica e o BID não inventou essa crítica. O ministro e o diretor do programa eram porta-vozes de uma rixa histórica do IPHAN. Isso criou um atrito enorme, porque o IPHAN foi muito apartado do início do Programa (...). O orçamento do IPHAN era absurdo, não tinha orçamento para investimento. Existia uma ideia de que a responsabilidade do IPHAN era apenas de fiscalização e não de intervenção e promoção. Acho um erro, porque quando você afasta a máquina da promoção e coloca só na atividade do freio, você empobrece esse pensamento. Na época, o Pedro [Taddei] tinha claramente o papel do Estado como sendo da fiscalização. Aí pode ser a ótica do neoliberalismo. Eu sempre achei que isso era uma asfixia³⁷.

Mais um conflito relatado por Sant'Anna (2004) e Tozi (2007) ocorreu quando da

³⁷ Jurema Machado, coordenadora de cultura da UNESCO, ex-consultora da UNESCO para o Programa Monumenta. Entrevista concedida à autora em 13 de Agosto de 2010, na sede da UNESCO, Brasília-DF.

seleção das cidades que fariam parte do Programa. Uma primeira lista, elaborada pelo IPHAN em 1996, constava de 20 cidades, porém essa lista foi questionada pelo BID, que tensionou para sua redução, resultando num número de sete cidades, que se chamou de Amostra Representativa (Recife, Olinda, Ouro Preto, Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador e São Luís). No entanto, não convencido da necessidade de redução do número de cidades do Programa, o IPHAN decide ampliar para vinte e sete o número de cidades conveniadas ao Monumenta, número muito maior do que o pensado pelo BID. Finalmente, fecha-se em 26 o número de cidades conveniadas (ver quadro com as cidades e componentes dos projetos no ANEXO C).

É preciso destacar que o BID possuía um modelo de intervenção em centros históricos, baseado na experiência desenvolvida em Quito, capital do Equador, parcialmente destruída por um terremoto em 1987 que atingiu, sobretudo, seu centro histórico. Foi essa a referência adotada pelo BID para a elaboração do escopo do Programa Monumenta no Brasil³⁸, muito embora alguns dos seus elementos centrais nunca tenham sido incorporados no caso brasileiro. No entanto, o Brasil incorporou a lógica da recuperação plena de custos e de sustentabilidade econômica dos projetos, uma marca da intervenção em Quito. "A imposição da racionalidade da recuperação de custos nos projetos começa na etapa preliminar de sua formulação e na escolha de indicadores que serão utilizados para avaliar a taxa de retorno de cada intervenção" (ARANTES, 2004, p. 154). No Programa Monumenta, todos os projetos, de cada cidade, eram obrigados a comprovar sua capacidade de recuperar os gastos realizados pelo Estado; essa era condição fundamental para a aprovação dos projetos locais.

³⁸ Conforme ressalta Sant'Anna, tanto o BID como o Brasil já possuíam experiências no campo da preservação de centros históricos. Por exemplo, "em 1974, o BID já financiava um grande projeto de desenvolvimento turístico nas regiões de Cuzco e Puno no Peru, iniciando outro, em 1977, no Panamá (ver Anexo C). No Brasil, uma política semelhante foi implantada com o apoio da UNESCO, resultando, entre outras ações, no desenvolvimento Programa de Cidades Históricas – PCH, entre 1973 e 1983" (SANT'ANNA, 2004, p. 254). O PCH mobilizou US\$ 73,8 milhões e realizou 193 projetos em 12 Estados.

A reconfiguração do Programa

O ano de 2002 foi o último do governo de Fernando Henrique Cardoso, onde o Programa Monumenta foi gestado e consolidado, embora muito pouco tenha sido executado em termos de intervenção. A baixa execução do Programa trazia inúmeras complicações à sua gestão e ao Estado brasileiro, além de onerá-lo sobremaneira. Sant'Anna (2004) observa que, em julho de 2002, o Tribunal de Contas da União apontou alguns problemas de gestão e, sobretudo, na execução do Programa, que apresentava índices muito baixos:

A baixíssima execução do principal componente finalístico do programa acarretou um aumento de 313% nos gastos previstos com comissão de crédito, ou seja, com a taxa paga ao BID pela disponibilização de recursos, indicando que o país pagou caro por executar muito menos que deveria. (2004, p. 271)

Em 2003, toma posse o novo governo federal e o Programa, assim como o IPHAN e o MinC, passam a ter uma nova gestão³⁹. Seus novos gestores assumem uma instituição com baixo orçamento (tanto o IPHAN como o MinC) e um Programa com sérias dificuldades de execução e de gestão. Para além dessas questões, de ordem operacional, havia ainda por parte da esquerda, conforme relata Luiz Fernando de Almeida⁴⁰, uma crítica muito grande sobre o Programa, pelo fato de ele utilizar financiamento internacional e, portanto, obedecer à pauta neoliberal do BID. Segundo ele, “essa pauta significava uma exacerbação do papel da agência financiadora que, além de financiar, criava e compartilhava a política pública”.

³⁹ De uma maneira mais geral, Tozi chama a atenção para uma primeira mudança de fundo: “o MONUMENTA passou por uma segunda reestruturação durante os primeiros anos do Governo Lula, quando a ampliação das cidades selecionadas e a realocação dos recursos priorizou a valorização de atividades sociais vinculadas à preservação como meio de sustentabilidade urbana, em detrimento da simples intervenção estrutural dos bens culturais, dificultando a classificação de um perfil homogêneo de atuação do programa” (2007, p. 109).

⁴⁰ Luiz Fernando de Almeida, presidente do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN e coordenador geral do Monumenta. Entrevista concedida à autora em 5 de maio de 2011, na sede do IPHAN, Brasília-DF.

Já no início dessa nova gestão, foi possível identificar algumas importantes mudanças de postura na gestão do Programa, dentre as quais destacamos: 1) a mudança do nome do Programa de Monumenta/BID para Programa Monumenta, 2) a articulação do Monumenta com as demais políticas nacionais, sobretudo as de desenvolvimento urbano e 3) a incorporação da Unidade Central de Gerenciamento do Programa à estrutura do IPHAN.

O papel ampliado do BID na gestão do Programa, conforme citado anteriormente, era o que justificava, de uma certa maneira, o fato do nome do Programa, até então, ser Programa Monumenta/BID. O nome carregava a “marca” do banco que, de certa forma, traduzia o nível de influência que o BID tinha sobre a sua concepção e execução. Arantes (2004) destaca que havia, no meio técnico e político, sobretudo na década de 1990, um certo orgulho e uma ostentação quanto à utilização de recursos e de consultoria técnica das agências financiadoras internacionais. Isso pode ajudar a compreender o fato da associação do nome do Programa ao do BID nunca haver suscitado recusa ou protestos por parte dos gestores do Programa, até então. Assim, uma das primeiras preocupações da nova gestão, que compartilhava das críticas da esquerda brasileira à pauta neoliberal, foi, portanto, resgatar o papel de predominância do Estado na concepção e execução da política pública.

“Restabelecer a política pública federal como determinante do que seria o Programa daí por diante foi essencial para o processo de mudança. O nome [do Programa] foi mudado de uma forma unilateral porque o governo brasileiro achou que não tinha sentido algum compartilhar os créditos da política pública com o Banco. Este deveria assumir somente o papel de agência financiadora”⁴¹.

Luiz Fernando de Almeida relata ainda que foi cogitado o cancelamento do Monumenta pelo governo brasileiro, dados os motivos apresentados acima. “Houve uma pressão por parte do Ministério da Cultura, naquele momento, para cortar o Programa”, ele conta. Isso só não ocorreu devido ao trabalho de sensibilização e

⁴¹ Luiz Fernando de Almeida, presidente do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN e coordenador geral do Monumenta. Entrevista concedida à autora em 5 de maio de 2011, na sede do IPHAN, Brasília-DF.

convencimento que foi feito pelo IPHAN junto ao Ministério, argumentando que, “com o baixo orçamento que se tinha para investimento em cultura, aquela seria a única possibilidade de iniciar um processo de investimento nos centros históricos brasileiros. Foi uma decisão política do ministro de bancar, junto ao governo, que não iria cortar o Programa”.

Outra grande mudança do governo federal, e aí não só em relação ao Monumenta ou na sua relação com as agências internacionais, foi o esforço de aproximação entre as políticas públicas setoriais. Nesse sentido, “o Monumenta se aproxima dos programas nacionais de desenvolvimento para estimular a contrapartida de estados e municípios para aumentar sua sustentabilidade e capacidade de replicação”⁴². Ainda em 2003 é criado o Ministério das Cidades e, dentro dele, o Programa de Reabilitação de Áreas Centrais, com forte interlocução com as práticas de preservação e recuperação do IPHAN e do Monumenta. Luiz Fernando de Almeida, que assumiu a coordenação do Monumenta em 2004, tem sua prática profissional e política oriundas da luta pela reforma urbana e passa a articular o Programa com a pauta da política urbana nacional. Reflexo desse esforço de articulação interministerial é a assinatura de um Termo de Cooperação Técnica, firmado entre o IPHAN e os ministérios da Cultura, das Cidades e do Meio Ambiente, que visava, entre outras coisas, implementar Planos Diretores Municipais dentro dessa ótica interdisciplinar.

2003 foi também o ano em que o Grupo de Trabalho (GT) do IPHAN foi incorporado à Unidade Central de Gerenciamento (UCG) e esta, por fim, ao IPHAN. Esse era também um grande ponto de conflito do Monumenta, pelo qual ele enfrentava duras críticas dentro do IPHAN e do próprio BID, além de responder a um processo no Ministério Público, que questionava a existência dessa estrutura consultora gerenciando o Programa fora da estrutura do IPHAN. Segundo Luiz Fernando de Almeida, havia muita resistência dos técnicos do IPHAN na junção da UCG ao instituto, muito embora aquela fosse formada por seus funcionários aposentados. Curiosamente, a UCG ocupava uma sala dentro do IPHAN e os técnicos que a integravam eram melhor remunerados do que os técnicos do próprio IPHAN. A incorporação do GT do IPHAN à UCG significou, sobretudo, uma mudança de

⁴² http://www.monumenta.gov.br/site/?page_id=165

postura em relação ao Programa, que passa, então, a ser entendido como uma política pública do IPHAN no território nacional⁴³.

Em 2006, Luiz Fernando de Almeida, Coordenador Nacional do Monumenta é nomeado presidente do IPHAN e a estrutura administrativa do Programa (a UCG) se incorpora ao órgão. Nesse mesmo ano, é realizada mais uma revisão no Regulamento Operativo (RO) do Programa, incorporando uma série de ajustes na sua operação. Em 2003, outra revisão havia sido feita, porém, uma análise dos seus conteúdos revela que as mudanças mais significativas realizadas ocorreram em 2006, quando o governo já havia tomado as rédeas do Programa. Sobre essa revisão, Érica Diogo⁴⁴ relata que o RO ia sendo alterado para validar o procedimento que estava sendo construído.

“A resistência inicial quanto a essas mudanças era muito grande. As primeiras mudanças foram muito sutis. Qualquer mudança era muito difícil de ser negociada, mas à medida que fomos conquistando autonomia no processo, elas foram ficando cada vez mais arrojadas (...). O Banco continuava aprovando as mudanças, porém com menos autoridade”.

Quando das referidas revisões dos ROs e demais questões relacionadas ao contrato de empréstimo como BID, as negociações entre a coordenação do Programa e o BID eram acompanhadas e avaliadas por Ana Lúcia Dezolt⁴⁵, Especialista Setorial em Gestão Fiscal e Municipal do Banco. Segundo relataram Luiz Fernando Almeida e Érica Diogo, a relação com o BID sempre foi positiva, além de elogiarem o trabalho desenvolvido pela gestora do contrato do Monumenta. Em entrevista, Ana Lúcia Dezolt relata que a relação do BID com o MinC e com a coordenação do Monumenta sempre foi de muita proximidade e que essa relação foi constante

⁴³ Outro importante indicativo da mudança na relação do governo federal com a política pública foi a abertura de concurso nacional pelo IPHAN no ano de 2005, para a recomposição de seus quadros.

⁴⁴ Érica Cristina Castilho Diogo, Coordenadora-geral de Bens Imóveis do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN. Entrevista concedida à autora em 5 de maio de 2011, na sede do IPHAN, Brasília-DF.

⁴⁵ Entrevista realizada por telefone, realizada em 09 de fevereiro de 2011.

durante toda gestão do contrato. A gestora alega nunca ter havido uma relação de dominação da Instituição Financeira e a coordenação do Programa. Para ela, tudo foi muito debatido entre as partes e que as questões, quando surgiram, foram resolvidas em consenso. Érica Diogo, confirma a relação de proximidade entre as duas instâncias e conta que, mesmo as solicitações de alteração dos ROs foram bastante discutidas e incorporadas pelo BID, desde que elas não implicassem em alterações no contrato de empréstimo. Segundo ela, havia um consenso quanto à decisão de não realizar alterações no contrato, dadas as questões burocráticas que implicariam uma mudança do texto contratual.

Os Regulamentos Operativos

Baseados nesses depoimentos e nas constatações de mudança na gestão do Programa, faremos, a seguir, uma análise comparativa dos três ROs, com vistas a identificar até que ponto essa mudança de postura anunciada na gestão do Programa foi incorporada na sua documentação oficial. O Regulamento Operativo é um instrumento normativo elaborado pelo Governo Brasileiro e pelo BID, com vistas à definição das relações entre a entidade financiadora e a executora, estabelecendo regras e critérios para a seleção, financiamento e execução dos projetos. É ainda um instrumento de gestão do programa que contou, na sua elaboração, com a participação do Ministério da Cultura, no caso o mutuário, e do BID na definição dos seus termos. Os ROs elaborados pelo BID carregam o peso ideológico histórico do compromisso com o ideário neoliberal. Diversos autores (ARANTES, SILVA JR, BORJA e SANT'ANNA) comentam sobre a rigidez e padronização das regras e condições inerentes à execução de projetos financiados pelo BID. Essas regras encontram-se definidas no contrato de empréstimo, mas, sobretudo, nos seus regulamentos operativos.

Ao assumir a gestão em 2003, o novo governo brasileiro assume o Programa Monumenta e realiza uma série de alterações na sua operação. Muitas dessas alterações nos Regulamentos vieram apenas a formalizar mudanças na gestão que já estavam em andamento, conforme nos relata o coordenador adjunto do

Monumenta, Robson Almeida⁴⁶:

foram alguns pontos que nós ajustamos por conta de atitudes que já vínhamos tomando e que ficavam sem respaldo formal (...). Por exemplo, no início da execução dos projetos, o programa não autorizava o restauro de bens móveis integrados; você restaurava uma igreja, mas não podia restaurar o altar e seus elementos artísticos. Também a figura do reembolso, que os municípios poderiam gastar o seu recurso e depois serem reembolsados, nada disso estava previsto naquele regulamento, ele era muito rígido. Então, algumas adaptações e vários detalhes que o regulamento não previa nós incluímos. Também na parte de imóveis privados, fizemos algumas adaptações, mas foram apenas ajustes, não houve grandes mudanças.

Foram realizadas no total duas revisões nos Regulamentos Operativos, uma em 2003 e outra em 2006, e, embora não tenham realizado nenhuma alteração estrutural no seu conteúdo, apresentam algumas modificações dignas de comentários, dentre as quais, elencamos:

Em 2003:

- 1) a valorização e estímulo da participação do ente executor dos projetos em cada cidade, Município e Estado (este no caso único e específico de Salvador), com a inserção desse princípio como ponto essencial para que o Programa alcance seus fins;
- 2) o regulamento de 2000 definia como cláusula obrigatória o treinamento no exterior para os instrutores dos cursos de formação, enquanto que, na versão de 2003, o treinamento no exterior aparece apenas como uma possibilidade;
- 3) uma preocupação em restringir a atuação do programa apenas à área de influência do projeto⁴⁷, expressando uma preocupação em não transformar o

⁴⁶ Entrevista concedida à autora em 5 de maio de 2011, na sede do IPHAN, Brasília-DF.

⁴⁷ Espaço urbano que circunda a Área de Projeto no qual se localizam atividades relacionadas com aquelas desenvolvidas na Área de Projeto. (RO, 2006)

projeto numa espécie de “guarda-chuva” para qualquer necessidade de recuperação ou reforma nos Centros Históricos Brasileiros⁴⁸;

4) Também é incorporado no regulamento, já na versão de 2003, condições diferenciadas para o prazo de financiamento para famílias consideradas de baixa renda: “Para famílias com renda comprovada de até três salários mínimos, o prazo máximo de retorno do financiamento para imóveis residenciais poderá ser estendido para 20 (vinte) anos” (RO, 2003). No RO de 2000, não há menção quanto ao financiamento a essa faixa de renda da população.

5) sobre o prazo para execução do projeto, o regulamento de 2003 faculta a prorrogação do prazo, desde que devidamente justificado pelo ente executor para a UCG. O Regulamento de 2000 estabelece o prazo de cinco anos para execução e encerramento do programa, sem margens para negociações.

6) o IPHAN passa a ter o papel de orientar o Município ou o Estado e fiscalizar o desempenho técnico nos aspectos atinentes à preservação do patrimônio e não apenas de fiscalizar, como era definida a atuação do Grupo de Trabalho.

Em 2006:

7) Ao definir, por exemplo, os beneficiários elegíveis para contratação de empréstimo para recuperação de imóveis privados, a versão de 2006 do Regulamento Operativo, além das pessoas físicas ou jurídicas proprietárias de imóveis⁴⁹, inclui como elegíveis “promitentes compradores, inquilinos ou ainda aqueles que comprovem a utilização dos referidos imóveis para fins

⁴⁸ O texto do Regulamento Operativo de 2000 se referia à possibilidade de financiar investimentos em reparações de emergência em Monumentos Nacionais em perigo de arruinamento e que se encontrassem fora da Área de Projeto, porém, dentro da sua Área de Influência. O RO de 2006 restringe os investimentos em reparações de emergência aos imóveis localizados dentro da Área elegível dos Municípios que integram formalmente o Programa.

⁴⁹ Situados na Área de Projeto, ou seus parceiros, formalmente constituídos.

residenciais e/ou comerciais nos últimos cinco anos" (RO, 2006)⁵⁰.

8) No decorrer da nova versão de 2006, são retirados do texto os demais dispositivos que se referem à necessidade de comprovação da propriedade do imóvel para obtenção do financiamento. No item 1 da Seleção para imóveis privados (ANEXO F), a alínea (iii) da versão de 2000, que define como critério a "regularidade jurídica de propriedade do imóvel" (RO 2000, p. 57) é substituída pela alínea, de igual numeração, que considera o "estado de conservação do imóvel" (RO 2006, p. 70). Essa alteração, além de ampliar a possibilidade de oferta de financiamento para recuperação de imóveis a entes privados, considera o princípio do usucapião, instrumento presente no texto do Estatuto da Cidade, que figura como bandeira do movimento pela reforma urbana desde a década de 1980. Aqui não fica explícita a utilização do instrumento, inclusive porque ao IPHAN não cabe sua utilização ou implementação, porém, reconhece a posse como um direito adquirido.

Conforme pudemos observar, as mudanças ocorridas no Monumenta foram significativas para a gestão do Programa, muito embora os termos do contrato de empréstimo tenham sido mantidos em sua maioria. Um exemplo disso é a manutenção da idéia de sustentabilidade do patrimônio baseada no seu retorno econômico, que figura como um dos principais propósitos do Programa. Isso também fica claro no relato de Jurema Machado, quando ela diz que o Programa mudou, mas muito em função da mudança de postura na sua coordenação. Para ela, "a idéia inicial do Programa, que permaneceu, era a idéia de sustentabilidade. O Programa sempre foi baseado na premissa de que os bens deveriam não requerer recursos públicos permanentemente para sua conservação".

Do ponto de vista do BID, o Programa Monumenta foi bem avaliado, no que consta o Relatório de Avaliação de Projeto para o Programa. Esse Relatório, publicado em novembro de 2010, considera satisfatório o desempenho do Monumenta, porém, numa avaliação feita num Seminário do Monumenta realizado no final de 2007, na

⁵⁰ O RO de 2000 define como beneficiários aptos ao financiamento de imóveis privados: "pessoas físicas ou jurídicas proprietárias de imóveis situados na Área de Projeto, ou seus parceiros, formalmente constituídos" (RO 2000, p. 57).

cidade de Mariana-MG, conclui que a opção por “componentes pré-determinados rigidamente geraram uma limitação para atender à diversidade de municípios”. De modo geral, o Programa teria apresentado “resultados mais efetivos nas pequenas cidades e menos significativos nas grandes”. Ainda sobre o perfil do Projeto, conclui que “deveria haver maior flexibilidade e possibilidades de reavaliações no decorrer do projeto” (BID, 2010, p. 5).

A 7ª Etapa do CHS no Programa Monumenta

A presença dos pobres aumenta e enriquece a diversidade socioespacial, que tanto se manifesta pela produção da materialidade em bairros e sítios não contrastantes, quanto pelas formas de trabalho e de vida. (...) É por aí que a cidade encontra o seu caminho para o futuro. (SANTOS, 2004, p. 323).

Conforme enunciado no capítulo anterior, na 7ª Etapa de Recuperação do CHS, o uso habitacional já vinha sendo pensado desde seu primeiro balanço crítico em 1998 e esse passa a ser o foco do esboço de projeto apresentado ao MinC para assinatura do convênio com o Monumenta⁵¹. O Centro Histórico de Salvador já constava da primeira lista do IPHAN e continuou presente nas seguintes, dado o entendimento da importância do seu patrimônio para esse Instituto. Nos dois anos que sucederam a assinatura do Contrato do MinC com o BID (2000), a CONDER realizou os inúmeros estudos de viabilidade exigidos pelo BID, formulou (ou, melhor, contratou) a elaboração do perfil do projeto para a 7ª Etapa⁵² e, ainda nesse

⁵¹ “Embora a 7ª etapa estivesse prevista desde o início, é totalmente outra a concepção da intervenção em termos de complexificação significativa do quadro institucional, financeiro e social agindo sobre a área e com o uso habitacional passando a ser um dos elementos âncora do projeto. A isso se alia o esgotamento do modelo utilizado nas etapas anteriores, que já mostrava claramente a necessidade de se buscar dinâmica urbana mais adequada ao uso permanente e contínuo da área” (FERNANDES, 2006, p. 21).

⁵² “A inserção do projeto da 7ª etapa no programa Monumenta, financiado pelo BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento e executado pelo Governo Federal através do Ministério da Cultura, sob supervisão técnica do IPHAN, impõe uma transformação radical na concepção de

período, deu início aos processos de desapropriação e expulsão dos moradores. Porém, afóra todos os conflitos que antecederam à assinatura do convênio, mais detalhadamente contadas no capítulo 1, nesse momento nos interessa o ocorrido na relação entre o executor do projeto em Salvador e o Programa Monumenta, especialmente no período que se segue à assinatura do convênio entre essas duas esferas de governo.

Assinado em 03 de julho de 2002, o Convênio celebrado entre o Governo do Estado da Bahia e o Ministério da Cultura formalizou a inserção do projeto da 7ª Etapa no Programa Monumenta⁵³. Esse documento definia as obrigações de cada participante, bem como o valor global do investimento, e o que deveria ser aportado pelo BID, pelo Tesouro Nacional e pelo Governo do Estado, esses dois últimos na forma de contrapartida financeira. O Convênio envolvia a participação do Ministério da Cultura, na forma de Concedente, do Governo do Estado da Bahia como Conveniente e do Município de Salvador como Interveniente.

Segundo as competências estabelecidas para cada ente no Convênio, ao MinC cabia o papel de orientar, supervisionar, fiscalizar e efetuar os repasses necessários à execução do Projeto, ao Governo do Estado, a execução do projeto, o aporte e otimização dos recursos, além da necessidade constante de apresentar informações e documentação sobre o desenvolvimento dos trabalhos e ao Interveniente competia apenas manifestar seu conhecimento à realização do projeto e participar da execução das atividades do Convênio através de seu representante na Unidade Executora do Projeto (UEP).

A reduzida participação do Município de Salvador em comparação à participação dos demais entes no projeto de Recuperação da 7ª Etapa é discrepante, sobretudo se comparada à participação do Governo do Estado. A curiosidade sobre esse fato começa já na excepcionalidade de o projeto de recuperação em Salvador ser

intervenção a ser implementada. Além da exigência de uma série de estudos prévios e de diversas aprovações para o desenvolvimento da intervenção, através de um rigoroso regulamento operativo que normaliza os procedimentos a serem seguidos, outras injunções influenciam os rumos que o programa vai tomar e os prazos que vão caracterizá-lo" (FERNANDES, 2006, p. 21).

⁵³ Convênio 394/2002, celebrado entre o MinC, o Estado da Bahia e o Município de Salvador.

executada pelo Governo do Estado da Bahia, uma vez que nos 25 outros projetos em todo o país sua execução coube às prefeituras municipais. Esse é um sintoma de uma histórica relação de ausência por omissão da Prefeitura de Salvador na gestão do seu Centro Histórico. Essa ausência se dá não apenas por sua própria omissão (desde a década de 1980 que a Prefeitura não realiza estudos, planos ou investimentos no CHS, conforme exposto no 1), mas também pelo fato de o Governo do Estado ter assumido a recuperação do Centro Histórico como (seu) projeto prioritário de desenvolvimento econômico a partir de suas primeiras grandes intervenções na década de 1990. Desde então, a Prefeitura deixou, inclusive, de realizar ações de manutenção nos espaços públicos do CHS, que atualmente são executados ora pela CONDER, ora pelo IPAC.

Também observamos que recai sobre o Convenente, além das suas obrigações de executar o Projeto, uma extensa carga de obrigações, especialmente no que concerne às exigências quanto à apresentação de informações e relatórios que deem conta de todas as atividades desenvolvidas. Ainda nas competências do Convenente, está expressa a necessidade de se atentar aos aspectos requeridos pelo CONCEDENTE e pelo BID e se observar os termos, tanto do Regulamento Operativo como do Contrato de empréstimo para confecção dos Relatórios semestrais e de apresentar, também ao BID, as licenças ambientais do Projeto. Assim, observa-se aqui que, além das obrigações que o Convenente possui em relação ao Concedente, existe ainda algumas exigências quanto à prestação de contas do Convenente ao BID, apesar do banco não figurar como participante do Convênio. No entanto, além da necessidade de obediência aos dispositivos do Contrato de Empréstimo e do Regulamento Operativo, não se observou nenhuma interferência direta do BID no projeto da 7ª Etapa, sendo seu acompanhamento e fiscalização realizados somente pela UCG/Monumenta.

Quanto à execução do projeto, a assinatura do convênio pela CONDER na condição de convenente do projeto em Salvador significava que essa poderia acessar os recursos do financiamento para dar início à sua execução, e que ela ainda contava com o respaldo do Governo Federal e do BID para justificar suas ações na área. Desse momento em diante, a principal ação desenvolvida pela CONDER foi a remoção da população moradora do local. Luiz Fernando de Almeida conta que, quando assumiram a gestão do Programa em 2003, "havia

apenas uma modelagem do que viria a ser o projeto, que consistia basicamente em retirar a população moradora e substituir por outra de outro perfil socioeconômico". Essa informação se confirma no Estudo do Perfil do Projeto que estabelece, entre suas medidas de mitigação, ações de suporte à remoção da população⁵⁴ (SETEPLA/TECNOMETAL, 2002).

A primeira reação da UCG, já no início da sua nova gestão em 2003, diante do modelo de projeto apresentado pela CONDER foi a de expressar sua discordância com as ações de exclusão e expulsão dos moradores, afirmando que não aceitaria financiá-lo pelo Programa se mantidos tais pressupostos. Luiz Fernando de Almeida conta que a reação do Governo do Estado da Bahia foi afirmar que só viabilizaria o projeto se ele ocorresse daquela maneira. É a partir desse momento, em 2003, que se começam a notar os reflexos da mudança de postura do governo federal no plano local. Porém, quando informada da decisão da UCG, a CONDER manifestou seu interesse em devolver o financiamento do componente habitacional ao Programa Monumenta, o que criou um grande impasse entre as duas unidades do Programa (UCG e UEP), já que era o financiamento desse componente que garantia a sustentabilidade financeira do projeto de Salvador. Caso essa componente não se realizasse, o Programa não conseguiria manter a recuperação dos monumentos no centro histórico da cidade, já que esses não dariam o retorno financeiro esperado ao Programa.

Ao mesmo tempo, a população moradora se organizava na luta pelo direito de permanência na área do projeto, através da Associação dos Moradores e Amigos do Centro Histórico (AMACH), e o IPHAN iniciava uma interlocução com a Associação para solucionar o conflito. Lembramos que, em 2002, o Ministério Público já havia ajuizado a Ação Civil Pública contra o Governo do Estado, paralisando as ações de remoção da população moradora da área e instaurando uma mesa de negociações envolvendo a CONDER, o Ministério da Cultura e a AMACH. Quando Luís Fernando Almeida e sua equipe assumem a gestão do Programa Monumenta, em 2003, o processo de discussão do Termo de Ajustamento de Conduta já estava em construção. A nova gestão do Monumenta passa a

⁵⁴ As ações de remoção da população executadas pela CONDER na 7ª Etapa, bem como as medidas de mitigação sugeridas no documento citado estão descritas no capítulo 1.

reconhecer a reivindicação do movimento como legítima, refutando seu caráter excludente e segregacionista. Segundo depoimentos de Érica Diogo e Pró Cida, a nova gestão do IPHAN e do Programa Monumenta, já em 2003, abriu um canal direto de diálogo com o movimento, no intuito de se construir um projeto que incluísse moradores ainda não expulsos da área do projeto.

Assim, com interesse em manter os recursos e viabilizar a execução das obras no centro de Salvador, o IPHAN começa a mediar os conflitos entre o Governo do Estado da Bahia e a AMACH, além de articular políticas e recursos necessários à viabilização do projeto. Érica Diogo nos relata que "o Governo do Estado não tinha a menor prática de interlocução com a população e os técnicos da CONDER envolvidos no processo tratavam a população de uma maneira muito difícil"⁵⁵. O processo de negociação se estendeu até 2005, quando foi assinado o TAC e só tornou-se possível graças ao esforço do IPHAN de articular recursos subsidiados pelo Ministério das Cidades. O Monumenta foi o responsável pela equação que viabilizou financeiramente o projeto. O Governo do Estado não se mobilizou para viabilizar o projeto, até porque havia uma crença de que o judiciário o beneficiaria e não à população. Luiz Fernando de Almeida conta que, "na época, o presidente da CONDER, Mário Gordilho, achava que seria possível entrar na justiça e viabilizar o projeto à sua maneira". Porém, com a formalização do acordo, através da elaboração e a assinatura do Termo de Ajustamento de Conduta, a própria CONDER oferece o Fundo do Programa Habitacional do Servidor (PROHABIT) para compor a contrapartida necessária à viabilidade financeira do projeto.

A interlocução direta do IPHAN com a AMACH, assim como os conflitos com o gestor local do Programa (a CONDER), confluíram para que o projeto da 7ª Etapa se configurasse como uma grande exceção dentro do Monumenta. Entre as características de excepcionalidade desse projeto em relação às outras 25 cidades que compunham o Programa Monumenta em todo o Brasil, destacamos:

⁵⁵ Érica Cristina Castilho Diogo, Coordenadora-geral de Bens Imóveis do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN. Entrevista concedida à autora em 5 de maio de 2011, na sede do IPHAN, Brasília-DF.

- 1) a parte local conveniente do programa em Salvador foi o Governo de Estado da Bahia e não a Prefeitura Municipal, como aconteceu em todas as demais cidades,
- 2) o Governo do Estado realizou a desapropriação (e indenizou os proprietários) de todos os imóveis da poligonal do projeto, inclusive dos imóveis destinados a habitação, que serão comercializados para funcionários públicos (nas outras cidades, a maioria das reformas foi realizada mediante financiamento direto a imóveis privados),
- 3) não houve nenhum caso de contratação de financiamento de imóvel privado, em que o proprietário, locatário ou posseiro do imóvel adquiria o financiamento do programa para executar a reforma no imóvel por ele ocupado,
- 4) Salvador foi a única cidade contemplada pelo Programa que promoveu a expulsão de moradores da área do projeto,
- 5) também foi a única cidade do Monumenta a inserir habitação de interesse social subsidiada pelo Estado (Governo do Estado da Bahia e Ministério das Cidades) no projeto e
- 6) foi também a única a não concluir suas obras dentro do prazo de vigência do Programa.

Nesse momento e, especialmente desde que se configurou a mudança de gestão do IPHAN e de suas instâncias superiores em 2003, o papel de articulação desempenhado por esse Instituto foi fundamental para viabilizar o projeto da 7ª Etapa. Seus esforços de convencimento junto ao próprio Ministério da Cultura, à CONDER e ao Ministério das Cidades para efetivar o atendimento às demandas dos moradores garantiram sua permanência na área e a existência de uma diversidade socioespacial em vias de desaparecer, tal como ocorreu nas demais etapas do processo de recuperação do centro histórico em Salvador.

Embora o BID tenha sido afetado nas suas relações com o governo brasileiro, pelas mudanças de gestão na escala nacional (algumas, como vimos, traduzidas nos

Regulamentos Operativos), na gestão do contrato de empréstimo, todo esse processo de negociação e inclusão das famílias moradoras passou ao largo da sua competência e atuação. Tanto a tomada de decisão acerca da revisão do projeto da 7ª Etapa quanto à articulação para composição dos recursos e inclusão de alta quantia de subsídios do Estado sequer entraram na pauta de discussões do Programa com o BID. Sua preocupação centrava-se no quesito da sustentabilidade econômica do Programa e não se haveria a inclusão de subsídios a populações pobres ou de onde sairia o recurso para viabilizar tal ação. Tanto isso é verdade que o Relatório de Avaliação do Monumenta, feito pelo BID em 2010, nem mesmo menciona tal fato.

Porém, apesar de o IPHAN figurar, nesse foco de análise, como o principal articulador do processo de inclusão dos moradores na área, não podemos deixar de frisar o papel primordial da AMACH enquanto promotora da ação que desencadeou esse processo de reconfiguração do projeto. Seus esforços tensionaram e sensibilizaram os gestores em escala nacional, naquele momento (pós-mudança de gestão em 2003) já afeitos a incorporar as pautas da sociedade civil. O envolvimento dessas duas escalas de atuação (a AMACH, no âmbito local, e, na escala nacional, o IPHAN) mostrou-se fundamental à luta pela garantia do direito à cidade nessa parcela do Centro Histórico de Salvador.

O BID

O primeiro financiamento realizado pelo BID na área de preservação do patrimônio data de 1973 e se deu na cidade de Quito, no Equador. O valor global do projeto foi de US\$ 19.753.000 e incluía obras em infraestrutura e preservação histórica. Após esse projeto, o BID ficou 17 anos sem realizar investimentos em preservação, retomando os financiamentos nesse setor apenas em 1990, quando passa a investir regularmente nesse setor. Esse é também o momento em que as instituições de financiamento internacional realizaram mudanças no seu padrão de financiamento, estabelecendo uma espécie de divisão de trabalho, especialmente entre o Banco Mundial e o BID, onde o primeiro assumiu a frente das reformas institucionais e econômicas, enquanto que o segundo dedicou-se aos empréstimos a governos locais e regionais (ZANCHETI, 2007; ARANTES, 2004). Nesse mesmo período, o BID passa a financiar mais projetos de revitalização de áreas urbanas históricas em toda a América Latina (ZANCHETI, 2007), com foco nos financiamentos a entes locais.

Assim, desde a década de 1990, foram financiados pelo BID 45 projetos e programas que incluíam a temática da revitalização dos centros históricos e preservação do patrimônio. Alguns desses projetos possuem a revitalização como uma das componentes do projeto⁵⁶, porém, 39 deles, ou seja, sua grande maioria, são projetos específicos de revitalização de centros urbanos⁵⁷. Rojas, citado por

⁵⁶ Desses seis casos citados, cinco são projetos de financiamento de desenvolvimento urbano integrado no Brasil, e o outro se refere ao primeiro projeto financiado em Quito, em 1973.

⁵⁷ Ver **ANEXO D** - Quadro de investimentos do BID na área de Patrimônio Histórico (1961-2012)

ZANCHETI, afirma que

esse banco reconheceu, de forma pioneira, que os projetos de revitalização eram: uma nova fronteira para a aplicação de capitais imobiliários privados; um campo de projetos para a melhora da eficácia social do investimento público urbano e, também, para aliviar a pobreza urbana. O desenho da racionalidade da aplicação dos fundos do BID na revitalização identifica três áreas de atuação possíveis para a instituição. A primeira é a da conservação do patrimônio urbano com a participação do setor privado para gerar projetos sustentáveis de longo prazo. A segunda é a da utilização dos projetos como promotores da reabilitação de áreas urbanas degradadas. A terceira é a da promoção da formação de incentivos e de instrumentos de regulação que favoreçam a transferência de grande parte dos esforços da conservação do patrimônio urbano para o setor privado e organizações da sociedade civil (ROJAS, 1998, p. 17, apud: ZANCHETI, 2007, p. 16).

ZANCHETI afirma que “desde o projeto pioneiro de revitalização do centro histórico de Quito, em 1994, o BID passou a ter uma pauta de investimentos crescente na revitalização das cidades latino-americanas”. Com exceção do primeiro projeto financiado no país, em 1973, que incluía também obras em infraestrutura, esse foi seu primeiro investimento especificamente na área de revitalização de centros históricos e teve um custo global de US\$ 51.300.000, sendo o valor do financiamento da ordem de US\$ 41.000.000 (ver ANEXO D). Porém, esse foi o projeto que passou a ser utilizado pelo BID como exemplo de revitalização bem sucedida, uma vez que incorporava alguns dos elementos fundamentais à sua lógica de sustentabilidade, que eram, sobretudo, a participação do setor privado e a criação de uma estrutura de gestão “semi-privada”, independente da gestão governamental. “A experiência adquirida nesse campo pela instituição permitiu a abertura de uma nova frente de empréstimos para a revitalização de áreas urbanas degradadas ou economicamente e socialmente deprimidas” (ZANCHETI, 2007, p. 16).

No entanto, pudemos observar no capítulo 2 que, apesar de o BID ter tensionado a elaboração e a implementação do Programa Monumenta no Brasil, suas imposições quanto à concepção e implementação dos projetos locais dependem sobremaneira das posturas nos níveis local/regional e nacional. No caso do

Monumenta, a mudança de postura do governo federal, ente prestatário, a partir de um determinado momento, alterou significativamente a condução da gestão do Programa, bem como da execução do Projeto da 7ª Etapa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador, no nível local. A partir desse entendimento, surgiu a necessidade de se compreender como se dão essas relações na escala internacional, na relação do BID com o governo brasileiro, para a tomada de decisões para definição dos financiamentos no país. Como são escolhidos os projetos que serão financiados pelo BID? Quem define quais as linhas de financiamento para o país? Como são tomadas as decisões do Banco para a definição de suas prioridades de investimento?

Sobre o BID.

O Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID (parte integrante do Grupo BID, juntamente com a Corporação Interamericana de Investimentos – CII) e o Fundo Multilateral de Investimentos (Fumin)⁵⁸, agregam atualmente 48 (quarenta e oito) países membros, chamados acionistas⁵⁹. Desses, 26 países mutuários detêm 50,02% das ações do Banco, mais de metade do poder de voto na Assembléia de Governadores. O maior país acionista são os Estados Unidos, com 30,01%⁶⁰.

O órgão máximo do BID é a Assembléia de Governadores, onde são definidas suas operações e são tomadas as decisões de sua atuação, que são executadas e supervisionadas pela Diretoria Executiva⁶¹. Cada país membro nomeia um

⁵⁸ A CII concentra-se no financiamento de médias e pequenas empresas, enquanto o Fumin promove o crescimento do setor privado com investimentos e operações de cooperação técnica não-reembolsáveis, com ênfase na microempresa.

⁵⁹ Mais informações sobre o BID, ver Anexo E.

⁶⁰ Ver quadro com os países membros e seu respectivo poder de voto no ANEXO F.

⁶¹ “A Diretoria Executiva é responsável pela supervisão das atividades diárias do Banco. Os Diretores Executivos são nomeados pelos Governadores para mandatos de três anos. A Diretoria Executiva estabelece as políticas operacionais da instituição, aprova projetos, fixa taxas de juros dos empréstimos

governador, que será o seu representante nas assembleias e cujo poder de voto é proporcional ao capital do Banco subscrito por seu país. Nesse fórum também é eleito seu Presidente, para um mandato de cinco anos, podendo ser reeleito. Este é o principal executivo e o representante legal do Banco. Já os mandatos da Diretoria Executiva têm a duração de três anos e seus representantes são indicados pelos governadores.

A política geral do Banco, expressa em seu Convênio Constitutivo, lhe permite (e o compromete a) realizar empréstimos e garantias a todo qualquer dos seus países membros, entidades autônomas, empresas mistas e empresas privadas (desde que estas se encontrem em território de algum dos países membros), bem como a organizações regionais compostas pelos países membros e ao Banco de Desenvolvimento do Caribe (BID, 2011). As entidades públicas aptas a acessar os recursos para empréstimos do Banco são os governos nacionais, provinciais, estaduais e municipais, além de instituições públicas autônomas. Também empresas do setor privado e organizações da sociedade civil são elegíveis para financiamentos do BID. Todos podem consultar as informações usadas na definição de projetos, examinar os dados das carteiras financeiras e ter acesso às fontes de informações, geradas pelo setor de pesquisas do próprio Banco.

Os recursos financeiros do BID estão divididos em: Capital Ordinário (CO), Fundo para Operações Especiais (FOE), Empréstimos de recursos concessionais, Mecanismo de Financiamento Intermediário (IFF) e fundos fiduciários. Suas fontes de recursos advêm do depósito de capital realizado pelos países membros, mas também de empréstimos nos mercados financeiros e dos fundos fiduciários que administra, como também de projetos de co-financiamento⁶². O BID tem um capital

do Banco, autoriza captações de recursos em mercados de capital e aprova o orçamento administrativo da instituição". Disponível em <<http://www.iadb.org/pt/sobre-o-bid/diretoria-executiva-do-bid,6124.html>> Acesso em 05 de Janeiro de 2011).

⁶² "O BID promove acordos de co-financiamento com instituições multilaterais e bilaterais para seus projetos do setor público. O co-financiamento pode assumir várias formas, inclusive operações de financiamento conjuntas ou paralelas, doações em casos especiais, financiamento externo de exigências de contrapartida e fundos fiduciários para cooperação técnica. Nos últimos anos, o BID recebeu recursos de co-financiamento de mais de 15 instituições multilaterais — das quais a mais importante foi o Grupo Banco Mundial —, bem como de cerca de 20 organismos bilaterais,

ordinário de US\$ 101 bilhões, que pode ser acessado pelos clientes sob a forma de empréstimos, subsídios, garantias, investimentos e projetos nacionais e regionais de cooperação técnica e são realizados investimentos tanto públicos como privados, sempre com o objetivo de promover o desenvolvimento social nos seus países membros. Além das operações financeiras onerosas ao tomador, também são realizadas doações aos países em situação econômica menos favorecida através do FOE. Seus recursos totalizaram US\$ 15,5 bilhões em 2009 e integram o capital global do BID, sendo utilizados para apoiar economicamente, sob a forma de subsídios, os países mais pobres da região: Bolívia, Guiana, Honduras, Nicarágua, Guatemala e Paraguai⁶³. Com os objetivos de acelerar o crescimento econômico sustentável e de reduzir a pobreza com a promoção da equidade social da América Latina e do Caribe, o BID investiu (entre empréstimos realizados e garantias aprovadas), entre 1961 e 2010, a quantia de cerca de US\$ 190 bilhões⁶⁴.

Embora os investimentos sociais estejam em terceiro lugar na ordem de investimentos do BID, eles representam apenas 12,9% (US\$ 24.455,9 milhões) do total de recursos até 2010. Porém, de modo geral, não há grandes discrepâncias entre o total das suas carteiras de investimentos; um exemplo disso é que o primeiro lugar em investimentos não passa muito dos 15% do total investido pelo BID.

As relações Brasil-BID

A luta contra a dependência não é outra coisa senão um esforço de países periféricos de mudar essa estrutura. Coligações de países permitem ocasionalmente obter a massa crítica requerida para o controle de um recurso, ou articular combinações de recursos de

principalmente do Japão e da Europa Ocidental. O co-financiamento para apoio às operações do BID totalizou US\$ 3,6 bilhões em 2006, com outras instituições multilaterais respondendo pela maior parte dos recursos." (BID, 2011a, p. 6)

⁶³ Informação disponível em <<http://www.iadb.org/pt/sobre-o-bid/financiamento-do-bid/fundo-para-operacoes-especiais-foe,6063.html>> Acesso em 05 de Janeiro de 2011).

⁶⁴ Informação disponível em <<http://www.iadb.org/pt/sobre-o-bid/emprestimos-aprovados-por-pais-fundo-e-exercicio,1331.html>> Acesso em 05 de Janeiro de 2011).

alta eficácia na geração de poder. (FURTADO, 2008, p. 151)

A relação do Brasil com o BID se estabelece desde o projeto de sua criação, proposto do presidente brasileiro Juscelino Kubitschek⁶⁵. A idéia de uma instituição para promover o desenvolvimento da América Latina havia sido colocada em 1890, na I Conferência Pan-Americana, o que viria a ser concretizado apenas setenta anos mais tarde.

O BID desempenha uma função de menor escala no Brasil, pois, segundo o mesmo, o país "cuenta con una importante presencia del sector público dentro de su economía" (BID, 2004, p. i). De modo geral, a estrutura e os objetivos das estratégias de país são definidos pelo próprio BID, a partir de diretrizes por ele traçadas, porém, as prioridades para sua atuação no Brasil são amparadas pelas metas do Plano Plurianual elaborado pelo governo brasileiro, fato que é considerado pelo BID uma situação particular (BID, 2004). Nos demais países, o BID geralmente elabora suas diretrizes de atuação de acordo com suas próprias análises de cada país⁶⁶.

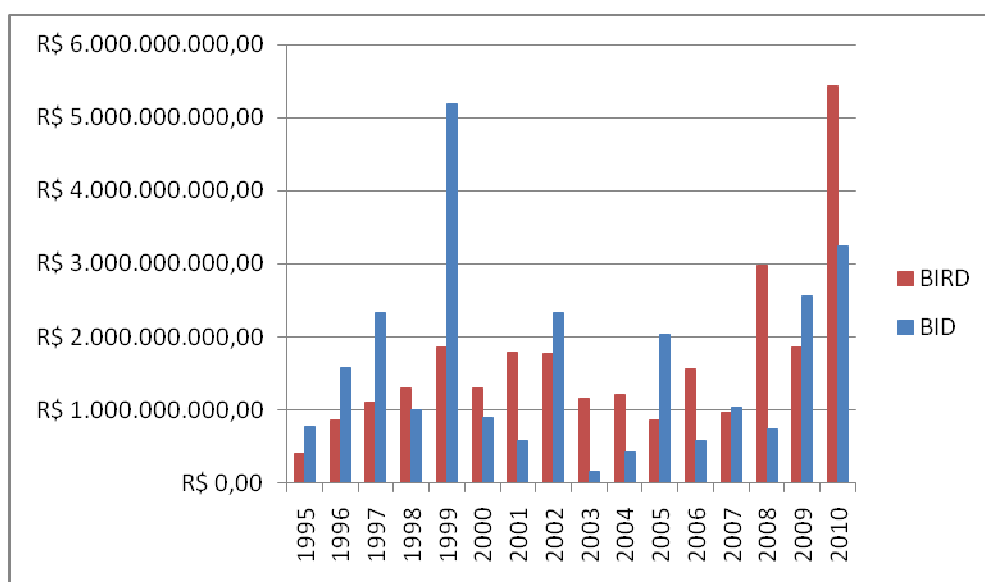
Muito embora o Brasil tenha um peso financeiro importante no BID e este se constitua hoje como a agência internacional de financiamento mais acessada pelo país em número de projetos⁶⁷, não é ele a maior fonte de financiamento bancário do Brasil. No período de 1993-2003, numa avaliação feita das estratégias para o país pelo próprio BID, este constatou que seus desembolsos direcionados ao país

⁶⁵ "The idea of a development institution for Latin America was first floated during the earliest efforts to create an inter-American system, at the First Pan-American Conference in 1890. It would take nearly seven decades for the IDB to become a reality, under an initiative proposed by resident Juscelino Kubitschek of Brazil". Informação disponível em <http://www.iadb.org/en/about-us/history-of-the-inter-american-development-bank,5999.html>. Acesso em 15 de Fevereiro de 2011.

⁶⁶ A estrutura dos documentos de país para o Brasil divide-se em três capítulos: o primeiro apresenta um diagnóstico do país, o segundo faz uma avaliação da estratégia anterior e o terceiro define a estratégia do BID para o país. Considerar o planejamento nacional não constitui diretriz do BID para elaboração dos documentos de estratégia de país, exceto para o Brasil, a partir de 1994 (BID, 2005).

⁶⁷ Em 2010, pela primeira vez no período analisado, o BID superou o BIRD em número de projetos contratados. Foram 28 projetos contratados do primeiro e 22 do segundo.

correspondiam a apenas 11% dos desembolsos feitos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)⁶⁸. Se considerado o volume total de recursos emprestados ao governo brasileiro no período de 1995 a 2010, o Banco Mundial superou e muito o BID, com quase um bilhão de dólares de diferença. Também é possível notar, observando o Gráfico 1⁶⁹, que em 2010 o BIRD emprestou uma quantia de recursos consideravelmente maior que o BID. Sua atuação mais significativa tem se dado, como destacou Arantes, no nível local e com empréstimos de menor valor; “no país, 52% dos projetos da instituição foram realizados junto a estados, municípios e suas empresas públicas” (ARANTES, 2004, p. 179).



Fonte: REBOUÇAS, 2011. Dados gerados pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Gráfico 1 – Recursos contratados pelo Brasil com o BIRD e o BID (1995-2010)

Segundo documento comemorativo dos cinquenta anos do BID na América Latina e no Caribe (2009), até o ano de 2008 haviam sido aprovados mais de US\$ 169 bilhões em empréstimos do BID (desde a sua criação) para toda a região, dos quais aproximados 52% foram destinados ao Setor de Competitividade, que engloba energia, transporte e comunicações, agricultura e pesca, indústria, minério e

⁶⁸ BID, 2004.

⁶⁹ Os valores relativos à quantia solicitada pelo BID, por projeto, de 1995-2010, estão disponíveis no ANEXO I deste trabalho.

turismo, crédito multi-setorial, mercado de capital, infra-estrutura produtiva, ciência e tecnologia e financiamento do comércio exterior (BID, 2009). No entanto, os anos 1990 apresentaram algumas peculiaridades importantes para a compreensão do atual funcionamento do BID no Brasil. Baumann identifica três principais mudanças nos períodos por ele analisados (1990-1995 e 1999-2003): 1) aumento do influxo de recursos das agências multilaterais de financiamento, em especial do Banco Interamericano de Desenvolvimento, que passaram de uma média de US\$ 349 milhões/ano entre 1990 e 1995, para US\$ 2.050 milhões/ano, entre 1999 e 2003, 2) o início do financiamento direto ao setor privado e 3) priorização dos setores sociais e a ampliação das infra-estruturas regionais (BAUMANN, 2006). Essas mudanças nos padrões de financiamento no Brasil, a partir dos anos 1990, já comentadas no capítulo 2, estão diretamente ligadas ao esvaziamento do FGTS, uma vez que era esse fundo que financiava a maior parte das políticas urbanas no país (ZANCHETTI, 2007).

Assim, reduzidas as capacidades de investimentos do país (utilizando orçamento próprio) e uma vez aumentados os influxos de investimentos das instituições de financiamento internacional, torna-se ainda mais importante que se qualifique o debate sobre como esses recursos devem ser utilizados em prol do desenvolvimento nacional.

O BID no Brasil: análise dos Documentos de País e dos PPAs

Para definição das diretrizes e metas para sua atuação nos países mutuários, o BID elabora os Documentos de País, documentos oficiais que estabelecem as estratégias e linhas gerais de investimentos em cada país membro tomador de empréstimos. No caso do Brasil, este documento é elaborado conjuntamente por funcionários do BID e do Brasil (BID, 2011), que se baseiam no Plano Plurianual (PPA)⁷⁰ para o desenvolvimento do país, que possui uma projeção de quatro anos,

⁷⁰ O plano plurianual (PPA) estabelece projetos e os programas de governo, definindo objetivos, metas e gastos da ação pública para um período de quatro anos. É aprovado por lei quadrienal, e tem vigência do segundo ano de um mandato presidencial até o final do primeiro ano do mandato seguinte.

o mesmo período de vigência da estratégia de país do Banco⁷¹. Tal vinculação, do planejamento do Banco com o do país, inicia-se apenas em 1994, o que se dá a partir da implementação do Plano Real e do início da estabilização da economia nacional. Averbug ressalta que a elaboração dos PPAs reforçou a postura do governo na organização dos seus pleitos por financiamento nos organismos internacionais (AVERBUG, 2003).

Com vistas a identificar o nível de concordância do documento de estratégia de país para o Brasil com o PPA, fizemos uma análise desses dois últimos documentos disponibilizados para consulta pelo BID (2000-2003 e 2004-2007)⁷². Levamos em consideração a análise do PPA realizada pelo próprio Banco, com o cuidado de conferir as informações com o documento oficial do PPA e os objetivos e linhas estratégicas definidos pelo BID.

No período compreendido entre 2000-2003, o Plano Plurianual, denominado "Avança Brasil", identifica como os grandes desafios do país: 1) o crescimento sustentado mantendo a estabilidade econômica; 2) o desenvolvimento econômico e social com respeito ao meio ambiente, a justiça social e a democracia; e 3) o investimento maciço em infra-estrutura econômica e nas áreas sociais, assegurando, ao mesmo tempo, que os investimentos se orientem à geração de empregos e renda da população. No Plano, destaca-se claramente a manutenção da estabilidade econômica como requisito para crescer com equidade, sublinhando a conquista do controle da inflação e enfatizando que a estabilidade requer o equilíbrio das finanças públicas. Para superação dos desafios colocados, o Plano estabelece as principais diretrizes, expressas no Quadro 1. Ainda dentro desse "pacote" de prioridades para investimentos públicos, figura com especial importância a necessidade de modernização do Estado, o que inclui privatizações

⁷¹ O Convênio Constitutivo do BID (documento que estabelece as funções, objetivos, formas e possibilidades de sua atuação) não vincula a elaboração dos documentos de país aos planos nacionais de desenvolvimento dos seus países mutuários, o que configura o caso brasileiro como uma exceção dentro do conjunto da sua região de atuação.

⁷² O documento de estratégia de país para o Brasil sofreu uma reformulação a partir de 2008 e, desde então, não está disponível para consulta no site. Esse documento foi solicitado à sede do BID no Brasil para esta pesquisa, porém, sem sucesso.

de empresas públicas.

Prioridade	PPA	Documento de País do BID
1º	Aumento da competitividade.	Reformar e modernizar o Estado no âmbito federal, estadual e municipal.
2º	Melhoria das condições de vida da população.	Melhorar a competitividade e acesso ao mercado de produção brasileira.
3º	Descentralização das decisões.	Reduzir as desigualdades sociais e a pobreza.
4º	Respeito ao meio ambiente.	Atender aos problemas de manejo ambiental e recursos naturais com ênfase na proteção dos ecossistemas vulneráveis.

Fonte: REBOUÇAS, 2011, elaborado a partir de dados do PPA 2000-2003 e BID, 2000.

Quadro 1 – Comparativo entre o PPA 2000-2003 e o Documento de País do BID 2000-2003, por ordem de prioridade

A partir das prioridades estabelecidas no PPA, o BID, afirmando seu compromisso de cooperar com o Governo em seus esforços para obter um crescimento com estabilidade e reduzir as desigualdades e a pobreza, traça seus objetivos e estratégias, para o período de 2000 a 2003, definidos no mesmo Quadro 1, acima. Observa-se, a partir desse comparativo, que existe sim convergência entre as diretrizes traçadas pelo governo federal para o desenvolvimento do país e os objetivos das estratégias adotadas pelo BID. O primeiro e o segundo itens da estratégia de investimentos do Banco (reforma e modernização do Estado e melhoria das condições de competitividade) estariam diretamente relacionados com a primeira diretriz do PPA (aumento da competitividade) e menos diretamente com a terceira (da descentralização das decisões). A redução das desigualdades sociais e da pobreza, que viria a atender à segunda diretriz do PPA (nesse denominada melhoria das condições de vida), no entanto, foi colocado numa posição de prioridade inferior pelo BID. Observa-se, então, que no documento de país do BID para o Brasil, impera a visão de que a criação de condições favoráveis ao desenvolvimento do mercado seria o suficiente para acarretar o desenvolvimento econômico e social, tendo, como estratégia primeira para tal, a realização da reforma do Estado.

O PPA de 2004-2007 assume o compromisso de assegurar a solvência fiscal e

externa do país, com a justificativa de garantir uma maior estabilidade e crescimento. Nele é dada uma ênfase primordial à redução das desigualdades, tendo como programa mais importante desse objetivo o Bolsa Família. A orientação do Plano se articula através de três objetivos, conforme se observa no Quadro 2 abaixo:

Prioridade	PPA	Documento de País do BID
1º	Inclusão social e redução das desigualdades.	Reduzir a pobreza, promover a inclusão social e uma maior igualdade social e regional.
2º	Crescimento com geração de emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor de desigualdades regionais.	Promover o crescimento sustentável, com estabilidade e ambientalmente sustentável.
3º	Promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia.	Apoiar o fortalecimento institucional, promover a democracia e a participação.

Fonte: REBOUÇAS, 2011, elaborado a partir de dados do PPA 2004-2007 e BID, 2004.

Quadro 2 – Comparativo entre o PPA 2004-2007 e o Documento de País do BID para o mesmo período, por ordem de prioridade

Há aqui, notadamente, uma inversão de prioridade dos dois primeiros objetivos definidos pelo PPA, na medida em que a redução da pobreza passa a ser, para o BID, o segundo em importância, o que para o Brasil, no seu planejamento, é a prioridade primeira. Dentre esses objetivos, o BID anuncia que focará seus investimentos em quatro áreas diretamente relacionadas aos objetivos principais, das quais merece destaque o *crescimento*, onde foca na prioridade de Parcerias Público-Privadas, que em nenhum momento aparece na leitura do PPA feita pelo BID, mas que figura como elemento prioritário, com ênfase na área de modernização do Estado e fortalecimento institucional.

A análise dos recursos disponibilizados para empréstimo ao Brasil pelo BID na estratégia de país de 2004-2007⁷³ revela que a quantia disponibilizada para o

⁷³ No documento de país para o período de 2000-2003 esses valores não foram disponibilizados. Fazemos ainda a ressalva de que mesmo no período de 2004-2007 somente foi disponibilizado o Programa Operativo para o período de 2000-2006, não sendo possível, dessa maneira, fazer uma análise da disponibilidade de financiamento para todo o período.

objetivo *crescimento sustentável* corresponde a 53,5% do total de recursos, enquanto que o objetivo *redução da pobreza e formação de capital humano* corresponde a 24,8% dos recursos disponíveis. Ou seja, aqui, o BID deixa claro que, apesar de observar o plano para o desenvolvimento traçado pelo país, não compartilha com a priorização do objetivo da *inclusão social e redução das desigualdades* definida pelo Governo Federal. Ao invés disso, destina mais da metade dos seus investimentos no país para “promover o crescimento sustentável, com estabilidade e ambientalmente sustentável”, a sua aposta (do BID) para o desenvolvimento do país nesse período.

Uma informação presente nos dois documentos merece destaque: no documento de país de 2000-2003, existe um alerta ao país quanto à possibilidade de disponibilização de recursos da ordem de até R\$ 6 bilhões, que pode ser drasticamente reduzida a R\$ 4,5 bilhões, caso não se melhore, como previsto, a situação de restrição do gasto federal e capacidade financeira dos governos subnacionais. Já no documento referente ao período de 2004-2007, essa informação é colocada como um cenário de empréstimos da estratégia compreendido entre R\$ 4,5 e R\$ 6,5 bilhões, sem fazer menção a nenhum tipo de condicionamento para sua liberação parcial ou global. O não condicionamento da liberação de empréstimos ao atendimento de exigências do BID, observado no Documento de País de 2004-2007, pode ser entendido como um indicativo da mudança de postura que tentamos caracterizar mais adiante, com a análise dos discursos do Brasil nas Assembléias do BID.

O Brasil no BID: a influência do governo brasileiro no BID

O BID é dirigido pela Assembléia de Governadores. A cada ano, suas operações são avaliadas e decisões normativas são tomadas nesse fórum de discussões. Cada país membro possui seu próprio representante, que é definido pelo governo central respectivo, e que participa das assembléias com poder de voto, muito embora esse seja proporcional ao capital que o país possui investido no Banco (ver ANEXO F).

Sobre a elaboração das pautas das assembleias anuais do BID, em entrevista com o coordenador-geral de Políticas com Organismos e Negociações Comerciais Bilaterais e Multilaterais do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, este revela que a pauta de cada Assembleia é elaborada pelo próprio BID. Geralmente a pauta compõe-se dos temas discutidos dentro de sua diretoria e apenas as questões de maior relevância são levadas às Assembleias. Muitos dos programas e projetos são aprovados na própria diretoria executiva.

A pauta é definida pela administração do banco e é encaminhada aos governadores e então trabalhamos internamente essas pautas. Na última reunião [2010], o grande tema da Assembleia foi o aumento de capital. Trabalhamos na documentação que nos foi apresentada, formulando propostas de aumento. Para se chegar a um número final têm-se várias alternativas financeiras. Quando os temas discutidos afetam outras áreas setoriais, nós consultamos os outros setores. Pelo fato de sermos um órgão de ligação com outros organismos, nós é que coordenamos todo esse processo⁷⁴.

Para analisarmos a postura do governo brasileiro nas suas relações com o BID (no período histórico que compreende esse trabalho), utilizamos os discursos dos Governadores do Brasil proferidos nas assembleias anuais do BID. Os Governadores dos países são, geralmente, seus Ministros de Planejamento, que têm a responsabilidade de representar seus países nas Assembleias Anuais, para definição da atuação da agência financiadora na América Latina e no Caribe. Nesses discursos observamos que fica claramente demarcada a postura e o posicionamento político adotados pela representação do país, em diferentes momentos. Selecionamos os discursos apresentados nas reuniões durante as duas gestões dos Governos dos presidentes Fernando Henrique Cardoso e Luis Inácio Lula da Silva, ou seja, dezesseis discursos entre 1995 e 2010 (por coincidirem, aproximadamente, com o recorte temporal). Fizemos a análise dos discursos agrupando-os em dois blocos, sendo o primeiro compreendido entre 1995 e 2002 e

⁷⁴ Benvindo Belluco, Coordenador-geral de Políticas com Organismos e Negociações Comerciais Bilaterais e Multilaterais da Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Entrevista concedida à autora em 10 de agosto de 2010, na sede do Ministério do Planejamento, Brasília. Informação entre colchetes acrescentada pela autora.

o segundo de 2003 a 2010.

1995-2002

Na primeira gestão do governo FHC é possível observar, inicialmente, uma postura pouco colaborativa com relação às possibilidades de atuação do BID. O governador pelo Brasil no Banco nos dois primeiros anos analisados [1995 e 1996], o Ministro José Serra, utilizava seu tempo, concedido para apresentar propostas de atuação do Banco na sua região, para fazer um balanço da economia do próprio país e para ressaltar a importância da atuação do Banco em todos os seus anos de existência.

No seu primeiro discurso, no ano de 1995, Serra expõe o que ele considera como proposições ao BID, com o objetivo de minimizar os efeitos da instabilidade financeira da época. Inicialmente, propõe que os países em desenvolvimento “interessados” e, sobretudo, em “condições de estabilidade financeira” sejam envolvidos no processo de “coordenação, cooperação e, se necessário, intervenção conjunta para parar a crise especulativa”⁷⁵. Também sugere que facilidades sejam criadas dentro do FMI para reforçar sua função de contenção dos altos e baixos especulativos. Mais da metade do restante do seu discurso, entretanto, é destinado a destacar a importância do Brasil no cenário econômico regional e as medidas tomadas para dinamizar a economia do país, com destaque para as operações de privatização realizadas e em vias de realização, ressaltando a importância dessas privatizações para o incremento do tesouro nacional.

No ano de 1996, nenhuma proposta é apresentada ao Banco, sendo suas quase seis páginas de discurso destinadas a enaltecer a atuação do Banco em toda sua existência, destacando a importância do seu aumento de capital para o financiamento do desenvolvimento da região, além de uma extensa apresentação sobre o desenvolvimento econômico do Brasil e seus inevitáveis reflexos na esfera social. Aqui, cabe destacar, mais uma vez, a importância que é conferida às privatizações, à reforma do sistema de seguridade social e da redução dos gastos

⁷⁵ Tradução do texto original: “coordination, cooperation, and, if necessary, joint intervention to stop speculative crisis” (trecho extraído do discurso proferido pelo Ministro do Planejamento, José Serra, na Assembléia de Governadores do BID no ano de 1995).

com o enxugamento do quadro do funcionalismo público federal com sendo o tripé para o referido desenvolvimento, o que pode ser entendido como uma demonstração do atendimento dos pressupostos do projeto neoliberal.

Nos dois anos seguintes, o ministro Antônio Kandir prossegue com o discurso neoliberal de desenvolvimento apresentado pelo seu predecessor, porém apresenta algumas propostas para atuação do banco, todas afinadas com seu discurso. Em 1997, destaca a necessidade de atuação do Banco na promoção de uma balança de pagamentos favorável para os países beneficiários, com o objetivo de mantê-los no que ele chama de "caminho do crescimento sustentável". Também sugere ao Banco uma maior flexibilidade às suas regras de empréstimo, especialmente àqueles países comprometidos com a realização do ajuste fiscal de sua economia e da reestruturação do seu setor produtivo, numa tentativa clara de "recompensar" os esforços dos países que vem cumprindo com os pressupostos do projeto neoliberal sugerindo, ainda, que tal flexibilização nas regras de empréstimo sejam proporcionais aos esforços de cada país⁷⁶.

No ano seguinte, em 1998, a tônica do discurso continua sendo a necessidade de realização das reformas estruturais na economia⁷⁷, pelos países associados ao Banco e, entre suas propostas, estão o reforço à proposta anterior de aumento da flexibilidade dos seus instrumentos e procedimentos operacionais de empréstimos. Surge, nesse discurso, uma nova proposta que consiste na valorização dos empréstimos ao setor privado. Aqui há um apelo do ministro Kandir pela mudança da matriz de financiamento de projetos para o setor privado, demonstrando uma clara preocupação em ampliar a atuação do Banco nesse setor⁷⁸. Mais adiante,

⁷⁶ "With fiscal adjustments imposing budget constraints on the one hand, and the re-engineering of productive sectors requiring further investments on the other, it's time to look for mechanisms that allow for flexibility in the Bank's rules on counterpart percentage requirements. Any such arrangements would, obviously, be temporary and would need to be in proportion to the intensity of each specific country's adjustments effort" (Trecho do discurso proferido pelo Ministro do planejamento, Antônio Kandir, na Assembléia de Governadores do BID no ano de 1997.)

⁷⁷ Não foram especificadas quais as reformas estruturais a que se referiu o Ministro Antônio Kandir no seu discurso na Assembléia.

⁷⁸ "El Banco puede otorgar préstamos a empresas privadas, cualquiera sea su forma de constitución, cuando tengan capacidad legal para suscribir contratos de préstamo con el Banco. Dentro de las

nesse mesmo discurso, o Brasil faz questão de enfatizar que o BID não é uma agência de bem-estar, mas sim um banco.

No ano de 1999, já na segunda gestão do governo de Fernando Henrique Cardoso, o país enfrenta os efeitos da crise asiática de 1997 e esse passa a ser o foco do discurso do Brasil. Dessa maneira, foram apresentadas pelo então ministro do planejamento, Paulo Paiva, todas as dificuldades financeiras pelas quais o país vinha passando, com destaque para os agradecimentos ao apoio financeiro do BID e do FMI para a administração da crise. Em razão da comemoração dos quarenta anos do Banco, é apresentado um extenso retrospecto histórico da sua importância na América Latina e, timidamente, são sugeridas 1) a manutenção dos progressos alcançados contra a inflação crônica, considerada um dos principais obstáculos do crescimento e 2) a necessidade de serem empreendidos esforços adicionais para aumentar a competitividade externa das economias dos países da América Latina e do Caribe.

Nos dois anos seguintes, o Brasil foi representado nas assembleias anuais pelo ministro Martus Tavares, que seguiu uma estrutura discursiva similar à dos governadores anteriores, debruçando-se em extensas "prestações de contas" do governo brasileiro e enaltecimento do importante papel do BID para o desenvolvimento da região. Porém, entre as suas propostas, foi possível observar a defesa de iniciativas para auxiliar no ajuste fiscal das economias dos países, a extensão de crédito para as concessões de serviços públicos para o setor privado e a priorização de investimentos em infra-estrutura, com vistas a viabilizar uma maior integração regional na América do Sul. Essa proposta, reforçada pelos representantes do Brasil que o sucederam no cargo e, vale destacar, por outros países membros da região, mais adiante concretizou-se no financiamento da Iniciativa para a Integração da Infra-estrutura Regional Sul-americana (IIRSA), investimento que, até 2009, totalizava a soma de US\$ 68.144 milhões em 510 projetos executados e/ou em execução. A IIRSA se constitui num mecanismo institucional de

posibles empresas del sector privado elegibles para ser prestatarias del Banco, se encuentran las sociedades anónimas, otras sociedades mercantiles, cooperativas, fundaciones, etc". Informação disponível em <<http://www.iadb.org/pt/sobre-o-bid/mutuarios-elegiveis-6709.html>> Acesso em 05 de Janeiro de 2011).

coordenação de ações intergovernamentais de doze países sul-americanos, com o objetivo de construir uma agenda comum para impulsionar projetos de integração de infra-estrutura de transportes, energia e comunicações. Aqui, observa-se por parte da representação do Brasil uma postura mais propositiva que as anteriores, apoiando um projeto de integração para a América do Sul.

No ano seguinte [2002], a assembléia anual ocorreu na cidade de Fortaleza, no Brasil, e o país foi representado pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, que abre seu discurso com uma apresentação do quadro histórico do desenvolvimento econômico do país e critica as ações protecionistas de determinados países e conclama todas as nações a uma maior abertura dos mercados. Enquanto propõe reforçar a necessidade de atenção especial à Argentina, em função da crise econômico-financeira enfrentada por aquele país. Uma passagem se destaca no seu discurso, quando o presidente chama a atenção dos presentes para os limites da utilização de indicadores econômicos como únicas referências para a melhora na qualidade de vida das pessoas. Uma importante variável que deveria ser considerada, segundo o presidente, é a felicidade, pois, nas suas próprias palavras, "*When the people are not happy, we cannot say that there has been substantial progress*"⁷⁹. No entanto, não são sugeridos os indicadores ou metodologia apropriados para a aferição dessa variável.

Em todo o período, compreendido entre 1995 e 2002, observa-se que, apenas a partir de 1998, com a participação do Ministro Antônio Kandir, é lançada a proposta de valorização dos empréstimos diretamente ao setor privado, proposta que, inclusive, permanecerá em quase todas as pautas subsequentes analisadas no período. O destaque desse período pode ser dado ao Ministro Martus Tavares que, em 2000, apresenta a proposta de um projeto de integração regional na América do Sul, ampliando as preocupações do país para além dos seus limites geográficos⁸⁰. No entanto, é imperativa a defesa do papel do BID na região em

⁷⁹ Tradução: "Quando as pessoas não estão felizes, não podemos dizer que tivemos progresso substancial" (trecho extraído do discurso proferido pelo Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na Assembléia de Governadores do BID no ano de 2002).

⁸⁰ Importante contextualizar que esse é o início da implementação do chamado "Estudo dos Eixos" (elaborado em 1998 e 1999), que propunha, preliminarmente, projetos específicos para atender as oportunidades de investimentos públicos e privados no país (ABLAS, 2003). Nesse estudo, a ideia de

torno da promoção de um crescimento sustentável (economicamente), com a garantia de uma balança de pagamentos favorável para os países beneficiários.

2003-2010.

O ano de 2003 é o primeiro ano do Governo Lula e, nesse momento, o então ministro do planejamento do Brasil, Guido Mantega, participa da reunião anual do BID como Presidente do Conselho⁸¹ e dedica boa parte de seu discurso a comentar o cenário econômico internacional e a importância da atuação das instituições multilaterais de financiamento, incluindo o BID. Porém, destaca, com a preocupação de não desqualificar a atuação do banco, a importância das dificuldades financeiras da região como estímulos à flexibilização da utilização de recursos antes não desembolsados para atendimento aos países em crise, através do aumento da capacidade de empréstimos e de doações, no caso dos países mais pobres.

Entre suas observações à atuação do BID, Mantega define o setor privado como o enigma do crescimento econômico, ressalta os investimentos nesse setor como uma das maiores contribuições realizadas por essa agência e comemora o seu papel como a maior fonte de subvenção técnica às pequenas e micro empresas⁸². Também reivindica ao banco prioridade na promoção da IIRSA, entendida como um dos pilares do desenvolvimento comercial da região, cuja discussão começa no governo FHC. Seu discurso é encerrado com uma reflexão acerca do entendimento do livre mercado global como uma política de Estado, que deve ser baseada em contratos (que não expurgam as diferenças, nem negam a diversidade) e não em

eixo "ignora as fronteiras internas e privilegia o processo de integração física como instrumento de desenvolvimento e integração interna" (ABLAS, 2003, p. 173). Esse projeto tronou-se inviável, segundo Coutinho, por que o processo econômico "não permite trajetórias confiáveis e sustentáveis e, portanto, não dá ao setor privado um horizonte com risco toleravelmente baixo para induzi-lo a projetos de investimento de maior envergadura" (COUTINHO, 2003, p. 40).

⁸¹ A cada reunião anual da Assembléia dos Governadores é eleito um governador que irá presidir os trabalhos da assembléia.

⁸² O BID faz empréstimos globais multi-setoriais, respaldados por garantias do governo, a intermediários financeiros para financiar programas de crédito para micro, pequenas e médias empresas.

consensos (cuja busca rapidamente se transforma em um conjunto de prescrições ou ideologia).

No ano seguinte, ainda sob a representação do ministro Mantega, as reivindicações do governo brasileiro centraram seu foco no desenvolvimento das relações do BID com o setor privado, que, segundo ele, exerce um papel fundamental no desenvolvimento da região. Foram estudadas formas para expandir suporte ao setor, tendo o ministro cobrado urgência para a finalização do plano de trabalho para a implementação da “Estratégia para o Setor Privado”.

Nos seis anos seguintes (2005 a 2010), o Brasil foi representado pelo ministro Paulo Bernardo Silva, Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão. Uma marca registrada da sua atuação como representante do governo brasileiro no BID são seus discursos curtos e objetivos, mesmo quando esses foram proferidos enquanto presidente do Conselho dos Governadores (o que aconteceu nos anos de 2003 e 2004). É possível, inclusive, observar uma linha clara na continuidade dos seus discursos, sempre reforçando questões entendidas como fundamentais para o desenvolvimento da região.

Seu entendimento sobre o papel do BID na América Latina e Caribe fica claro já em seus primeiros discursos, quando o define como uma “agência de coesão social, mitigação da pobreza, construção de possibilidades para a maioria dos excluídos da América Latina e Caribe”⁸³. Nesse sentido, defende a idéia do BID ser também um fórum permanente de discussões sobre a América Latina e Caribe que agregue a sociedade civil, técnicos, os diretores e os governadores representantes dos países associados. Expressão desse entendimento é a proposta, por ele apresentada em 2006 e defendida nos anos seguintes, de que fossem realizadas negociações para o cancelamento da dívida dos países mais pobres endividados, sem que haja uma redução no montante de empréstimos a esses países⁸⁴. E reforça que

⁸³ Trecho do discurso proferido pelo Ministro do planejamento, Paulo Bernardo Silva, na Assembléia de Governadores do BID no ano de 2007.

⁸⁴ “Aware of the problems of the development effectiveness and equity in the region, in Belo Horizonte the Board of Governors decided to start negotiations to the cancelation of the debt owed to the IDB by Latin America and Caribbean countries, and to support Manegement in its work of realigning the

“é fundamental não perdermos de vista que esta instituição é, e sempre será, uma cooperativa de créditos entre nações e que sua relevância depende, fundamentalmente, da capacidade de prover recursos ao desenvolvimento dos setores público e privado latino-americanos”. (SILVA, 2008, p. 1)

É também interessante notar sua preocupação com o processo de descentralização do BID, a partir da criação de sedes em outros países e da descentralização do processo de decisão, com o fortalecimento das representações nos países. Defende ainda a criação de uma agenda estratégica para o Banco que compreenda a melhora na qualidade da educação, a redução da informalidade e a garantia de oportunidade para a maioria daqueles excluídos da economia de mercado. As principais linhas de defesa do país no período de atuação do ministro Paulo Bernardo Silva foram:

- 1) O cancelamento da dívida dos países mais pobres endividados, sem a redução do volume de empréstimos a esses países.
- 2) O fortalecimento da carteira de empréstimos ao setor privado, garantindo sua continuidade e também sua ampliação. No seu entendimento, oferta de garantia a longo prazo para o setor privado é um ponto crucial para o desenvolvimento da região. Ainda sobre o aumento do financiamento para o setor privado, destaca a necessidade de direcionar os empréstimos ao setor, priorizando aqueles que podem contribuir para o desenvolvimento da região.

Ressalta a importância da atuação do Banco no setor privado, mas chama a atenção para a necessidade de avaliar uma solução estrutural que evite a

Bank.

The debit cancellation process represent irrefutable evidence of our capacity to abandon preestablished positions in support of a common and higher institutional interest: that of help to improve live conditions in bolivia, Guyana, Haiti, Honduras and Nicarágua." (Trecho do discurso proferido pelo Ministro do planejamento, Paulo Bernardo Silva, na Assembléia de Governadores do BID no ano de 2007)

competição na alocação de recursos entre as carteiras pública e privada.

- 3) A integração física da região, que deve ser vista como a base para a melhoria social, cultural e comercial conjunta da América Latina e do Caribe. Apresenta uma proposta conjunta de empréstimo para os países que planejam investimentos em projetos de infra-estrutura para planejamento regional.
- 4) O aumento das reservas destinadas a empréstimos emergenciais a longo prazo, importantes para assegurar reservas específicas para o atendimento aos países vítimas de desastres naturais, a exemplo do Chile e do Haiti, ou mesmo os que se encontram em crises econômicas e financeiras de alto grau.
- 5) O aumento de capital do banco. Desde o início do governo Lula, o Brasil pressiona a administração do BID pelo início de uma discussão imediata de alternativas financeiras que aumentem a capacidade de intervenção do banco, o que, necessariamente, implica na ampliação do seu capital disponível para empréstimos;
- 6) O apoio ao movimento de descentralização da sede para demais países membros tem que ser acelerado e fortalecido. Ainda nesse sentido, defende que a ação dos especialistas setoriais se dê em estreita coordenação com as autoridades locais e que a alocação dos recursos orçamentários do Banco reflita a prioridade atribuída ao atendimento dos países e às representações de país. Uma medida de extrema importância para a descentralização da atuação do Banco e para o fortalecimento de sua atuação em cada país é que sejam desenvolvidos instrumentos em moeda local com prazos e custos atrativos aos clientes públicos e privados do Banco. (SILVA, 2008).

Em 2010 são concluídas as negociações para o nono aumento de capital do Banco, um dos maiores já realizados. Sobre as prioridades estratégicas do Banco nesse momento, Silva destaca: 1) a necessidade de criação de capacidade de rápida resposta às tragédias de grande magnitude e de mecanismos perenes de mitigação dos efeitos dessas tragédias e 2) entendimento de investimentos em infra-estrutura como alicerce central das ações do Banco. Nessas negociações, mereceu destaque a participação do governador do Brasil no Banco, tal como

observa Belluco:

Não só com o BID, mas em todos os organismos, o Governo Lula, internacionalmente tem tido um impacto grande, não só porque os nossos representantes estão atuando mais e melhor, mas porque estão participando financeiramente dos aumentos. Para se manter uma representação elevada, é necessário participar financeiramente com aporte de capitais. Recentemente houve um aumento no capital do banco, onde o Brasil teve um papel de destaque. As negociações do aumento ficaram por conta do Brasil e dos Estados Unidos, claro que em consulta com outros países, mas o papel de destaque foi do governador brasileiro e do norte-americano, discutindo os parâmetros financeiros e programáticos⁸⁵.

Como resultado dos esforços de mobilização do Brasil no BID pelo cancelamento da dívida dos países mais pobres, está o perdão da dívida do Haiti com o Banco, com a conversão dos empréstimos ainda não desembolsados pelo país em doações para sua reconstrução. A Assembléia de Governadores deliberou ainda o desembolso de US\$2 bilhões para investimentos no Haiti na próxima década, além de trabalhar com o governo desse país e com a comunidade internacional para a implementação de um plano nacional para o seu desenvolvimento.

Em todos os seus discursos nesses seis anos em que foi governador do Brasil no BID, e também nos discursos do seu antecessor (o ministro Guido Mantega), é possível notar uma forte proximidade com o pensamento de Celso Furtado nas suas atuações, sobretudo na utilização da criatividade como estratégia para a redução da dependência pelos países periféricos⁸⁶ (SILVA, 2008). Nos discursos do ministro Paulo Bernardo Silva, é recorrente o incentivo ao desenvolvimento da criatividade

⁸⁵ Trecho da entrevista concedida à autora por Benvindo Belluco, em Brasília, em 10/08/2010.

⁸⁶ "O que vimos chamando de civilização industrial não é senão a resultante de certa orientação da criatividade humana, orientação que favorece a acumulação e conduz à reprodução de certas estruturas sociais. O produto da criatividade assim orientada é a técnica moderna, ingrediente nobre do processo de acumulação. Aqueles que a controlam ocupam posições dominantes na luta pelo excedente. Enfrentar essas posições na esfera internacional, mediante a utilização de combinações adequadas de outros recursos, ou da massa crítica de certos deles, é a essência da luta contra a dependência" (FURTADO, 2008, p. 152)

nas políticas, sobretudo as sociais e tecnológicas, pelos países em desenvolvimento. É freqüente a crítica à implementação da estratégia de ajuste de pagamento como única solução para o desenvolvimento sustentável. O desenvolvimento depende de criatividade de políticas sociais e tecnológicas, afirma recorrentemente o ministro.

Parece-nos evidente, diante da análise realizada, a mudança de postura do Brasil na sua relação com o BID⁸⁷, mudança essa pautada pelos esforços para a superação da dependência, caracterizada pela concentração de renda, dependência tecnológica e desvantagens na inserção na divisão internacional do trabalho (FURTADO, 2008). Tal luta no sentido da superação da dependência implica, necessariamente, como ressaltou Furtado, na articulação dos países periféricos para alterar as relações internacionais. "São essas coalizões que permitem reunir uma constelação de recursos de poder capaz de produzir impactos de efeitos irreversíveis" (2008, p. 160). E o Brasil tem feito sua trajetória recente com base nessas coalizões. Como revela Belluco,

O Brasil tem uma participação grande dentro do BID, dentro do grupo latino-americano. Além do peso específico do Brasil, trabalhamos de perto com a Argentina e com sua contraparte. Não só com a Argentina, mas também com o Paraguai e a Colômbia. Temos a posição de defender interesses comuns dos países que são tomadores de recursos. Nossa intenção é dotar o organismo do maior volume de recursos para depois ter condição de tomar mais também, não só para nós, mas também para os países de menor desenvolvimento que necessitam ainda mais de recursos externos⁸⁸.

Nesse sentido, observam-se os esforços do Brasil em defender o perdão da dívida dos países mais pobres da região sem sua redução na capacidade de empréstimo, a exemplo do ocorrido com o Haiti, bem como sua defesa e criação de reservas especiais para atender países vítimas de tragédias e em sérias crises econômicas. A mudança de postura e de posicionamento político do país, observada

⁸⁷ Para uma leitura mais objetiva da análise dos discursos realizados nesse trabalho, ver ANEXO H – Quadro Comparativo dos Discursos dos Representantes do Brasil no BID (1995-2010)

⁸⁸ Trecho da entrevista concedida à autora por Benvindo Belluco, em Brasília, em 10/08/2010.

principalmente a partir da gestão do Governo Lula, implica, necessariamente, na releitura dos objetivos do BID. Na Gestão FHC, o papel do BID é destacado não como uma agência de bem-estar, mas como uma instituição financeira, enquanto no Governo Lula, o BID passa a ser entendido como uma “agência de coesão social, mitigação da pobreza, construção de possibilidades para a maioria dos excluídos da América Latina e Caribe” (SILVA, 2007, p. 2)⁸⁹.

O BID no campo do desenvolvimento urbano brasileiro

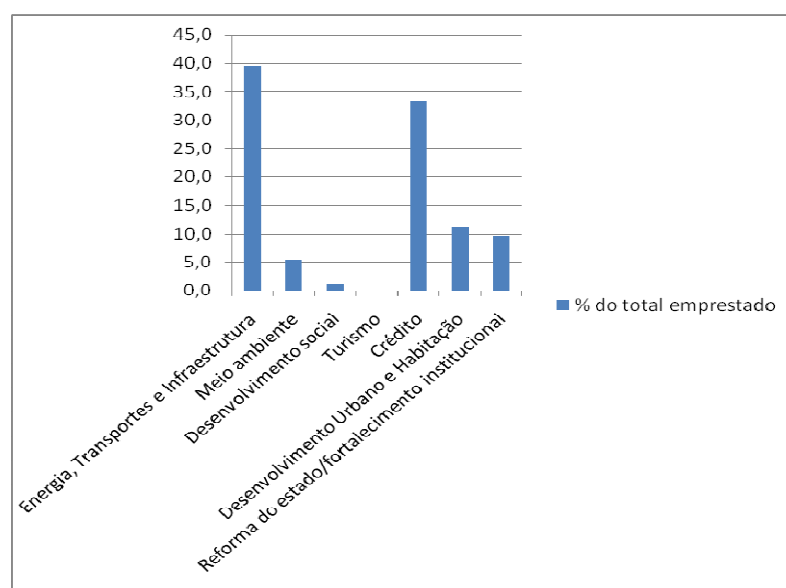
Diversas críticas foram feitas sobre a atuação das instituições financeiras internacionais na área de desenvolvimento urbano (ARANTES, 2004; BARROS, 2001; BORJA, 2004; SILVA JUNIOR, 2006; ZANCHETI, 2007) e muitas delas sobre o modelo de gestão empresarial das cidades implantados por essas instituições. Dentro dessa lógica do modelo de gestão empresarial da cidade, ou melhor, da cidade como uma oportunidade de negócios, BORJA destaca as duas estratégias mais criticadas pelos autores estudados:

- 1) A problemática da “competitividade”, que Harvey afirma ter sido relegada pela crítica (mesmo a marxista), é o nexo central das novas políticas urbanas do Banco Mundial e do BID. A competição interurbana irá operar como um “poder coercitivo externo”
- 2) A doutrina da *recuperação plena de custos* passou a nortear as políticas urbanas dentro de um modelo “auto-sustentável”, baseado em receitas tarifárias não-subsidiadas. O ônus da escolha por serviços piores e mais baratos foi transferido aos usuários (que passaram a se “autofocalizar” de acordo com sua capacidade de pagamento) – até o limite de não ter serviço algum, caso não possam pagar. (...)

⁸⁹ Trecho do discurso proferido pelo Ministro do planejamento, Paulo Bernardo Silva, na Assembléia de Governadores do BID no ano de 2007.

Para as instituições internacionais, os crescentes problemas urbanos do chamado Terceiro Mundo deveriam ser equacionados pela auto-responsabilização por parte da população. A partir desse princípio, foram elaborados programas de desenvolvimento urbano que estimulavam a autoconstrução para resolver o problema da habitação popular, sob o argumento de redução dos investimentos estatais. (2004, p. 97)

A atuação do BID no campo do desenvolvimento urbano vem ascendendo em razão do processo acelerado da urbanização da América Latina e Caribe a partir da década de 1980, muito embora este não seja o setor de atividade que mobilize o maior número de recursos dentro do banco – apenas 5,3% dos investimentos do Banco no país foram destinados ao desenvolvimento urbano no período de 1961 a 2008 (BID, 2009). Em 2010 esse percentual foi de 3,6% (Us\$ 451,2 milhões) para toda a América Latina e Caribe e de 11,1% para o Brasil. Abaixo, a distribuição percentual dos recursos de 2010 para o Brasil no Gráfico 2⁹⁰.



Fonte: REBOUÇAS, 2011. Dados gerados pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Gráfico 2 – Percentual dos recursos contratados do BID pelo Brasil em 2010.

Os objetivos do BID para o desenvolvimento urbano são 1) promover o incremento

⁹⁰ Para dados mais precisos, ver ANEXO H – Recursos contratados do BID pelo Brasil em 2010

das condições socioeconômicas da população, 2) fortalecer o sistema nacional urbano e melhorar o funcionamento interno das cidades e 3) aumentar a eficácia das instituições de formulação e administração de políticas e programas de desenvolvimento urbano. Segundo enunciados do próprio BID, todos esses objetivos viabilizar-se-ão mediante a geração de emprego e renda para a população de mais baixos ingressos, melhoria dos serviços e da infraestrutura urbanos, incremento da capacidade da gestão pública para formular, executar e avaliar planos e projetos e fortalecer a solvência financeira e a iniciativa de gestão dos governos locais. O apoio é oferecido aos países tomadores através de operações de empréstimo e de cooperação técnica. Os projetos considerados elegíveis para empréstimo e cooperação técnica, na área de desenvolvimento urbano e habitação podem ser de caráter setorial e multi-setorial nos seguintes campos de atividades: 1) dotação de infraestrutura e serviços, 2) geração de emprego e renda e 3) fortalecimento de instituições e instrumentos de desenvolvimento urbano. Também é oferecido financiamento para programas e projetos que melhorem diretamente as condições de habitação da população de baixa renda (incluindo subsídios à produção de habitação, desde que comprovada a incapacidade de pagamento dos beneficiários)⁹¹.

O BID estabelece, junto com o governo brasileiro, suas áreas prioritárias de atuação no país, mas é o Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão que avalia todos os empréstimos realizados em todas as instâncias públicas. Assim, qualquer municipalidade ou Estado que tenha interesse em solicitar empréstimo ao BID ou a qualquer outra agência internacional de financiamento, a despeito de sua autonomia, deve, primeiro, enviar sua solicitação ao referido ministério que encaminha, ou não, as solicitações para as agências. Todas as solicitações são analisadas pela Secretaria de Assuntos Internacionais que, encaminha às agências apenas aquelas em conformidade com as prioridades de investimento do país, de acordo com o estabelecido pelo seu planejamento plurianual, após avaliada sua viabilidade. Benvindo Belluco explica o procedimento para solicitação de empréstimos ao Banco. Segundo ele, as solicitações são encaminhadas ao Banco pelos governos subnacionais (Municípios e Estados) e é a partir dessas demandas

⁹¹ Informação disponível em <<http://www.iadb.org/pt/sobre-o-bid/desenvolvimento-urbano-e-moradia,6228.html>> Acesso em: 05 de Janeiro de 2011.

que são definidas as programações. Segundo Belluco, a programação de solicitações é realizada

com base nos projetos que as entidades dos estados e municípios apresentam, solicitando empréstimo ao BID, para determinada área. Nessas discussões de programação participam o Governo Federal, o Ministério do Planejamento, juntamente com outros ministérios e só então são encaminhadas ao banco as áreas onde se quer atuar e quais as prioridades. Atualmente, o enfoque no desenvolvimento urbano está muito grande, com os investimentos no PAC 1 e 2, para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016⁹².

Entre 1995 e 2010, foram encaminhadas à Secretaria de Assuntos Internacionais (SEAIN) 401 solicitações de empréstimo, que representariam, caso fossem todas aprovadas, a quantia de US\$ 43.885.102.570 em empréstimos. Dessas, 85 encontravam-se nas temáticas do desenvolvimento urbano e de habitação⁹³, correspondendo a 20,9% do total das solicitações para o período e a apenas 9,65% do valor total solicitado (US\$ 4.377.769.200). Dentre as solicitações realizadas nas temáticas foco desse estudo, observamos uma predominância dos programas e projetos de desenvolvimento urbano e urbanização de áreas precárias (53%) em detrimento das demais áreas identificadas (melhoria de infraestrutura, 10,8%; apoio ao desenvolvimento regional, 7,2% e revitalização socioespacial, 4,9%). O que se destaca, nessa análise, é a proporção entre as solicitações contratadas e as arquivadas (ou seja, que não foram sequer encaminhadas ao BID para contratação) pela SEAIN⁹⁴. As solicitações arquivadas (46) ultrapassaram a metade do total realizado, perfazendo o percentual de 54,8% em número de projetos. Foram contratados apenas 25,9% dos projetos solicitados (22 projetos, que somam

⁹² Trecho da entrevista concedida à autora por Benvindo Belluco, em Brasília, em 10/08/2010.

⁹³ Incluímos nos projetos analisados as duas solicitações para financiamento do Programa Monumenta, que se encontram no setor de Cultura, por entendermos que este também se enquadra na temática do desenvolvimento urbano e contém produção e reforma/recuperação de habitações no seu escopo.

⁹⁴ Aqui, foram analisadas apenas as solicitações realizadas nas carteiras Desenvolvimento Urbano e Habitação.

US\$ 1.773.751.000 em empréstimos) e os demais ainda estavam em análise na COFLEX⁹⁵, em preparação, em negociação do contrato ou para assinatura.

Nome da Fase	Nº de projetos	%	Valor em US\$	%
Arquivado	46	54,1	1.749.890.000	40,0
Contratado	22	25,9	1.773.751.000	40,5
Em trâmite	17	20,0	854.128.200	19,5
Total solicitado	85	100,0	4.377.769.200	100,0

Fonte: elaborado pela autora, utilizando dados do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão em 2011.

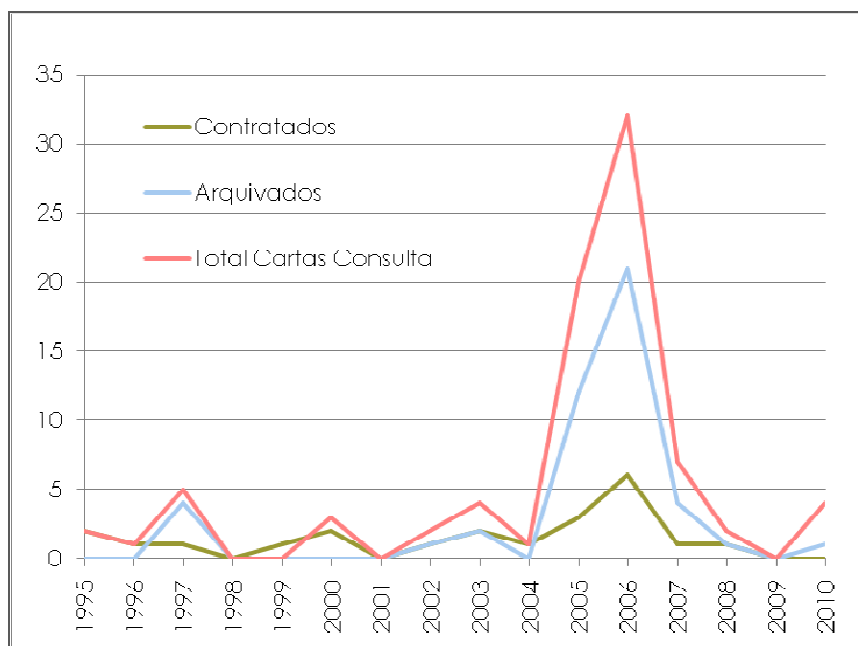
Quadro 3 – Resumo das solicitações de empréstimo ao BID na área de Desenvolvimento Urbano e Habitação (1995-2010).

O Gráfico 3 nos permite notar um grande salto nas solicitações de financiamentos, sobretudo nos anos de 2004 a 2007, com uma relevante taxa de Cartas Consulta arquivadas. Nesse mesmo período, é possível notar uma enorme diferença entre o total de Cartas Consulta solicitadas e as efetivamente contratadas. O que se observa ainda no Gráfico 3, é que muito poucas foram as solicitações contratadas por ano. Os dois anos que registraram o maior número de contratações foram 2005 e 2006 e, ainda assim, apresentaram números bastante baixos, (apenas 9 dos projetos nos dois anos). Nesses mesmos anos foram negadas 33 solicitações, o que significou os maiores números de arquivamentos dos 16 anos analisados.

Ainda observando o Gráfico 3, e sobretudo a partir da Tabela 1 abaixo, vemos que o número de contratos assinados no período de 2003-2010 (15) é mais que o dobro do período de 1995-2002 (7), lembrando que esses são os períodos das gestões dos governos Lula e Fernando Henrique Cardoso, respectivamente, nos quais analisamos mudanças de posturas na relação com o BID. No entanto, se somamos os valores dos empréstimos nesses dois períodos, vemos que a quantia contraída em empréstimos no segundo período (US\$ 807.751.000) é inferior ao primeiro (US\$ 966.000.000).⁹⁶

⁹⁵ Comissão de Financiamentos Externos, seção integrante da SEAIN.

⁹⁶ Para mais informações sobre as Cartas Consulta enviadas ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para contratação de empréstimo junto ao BID nos temas Desenvolvimento



Fonte: elaborado pela autora, utilizando dados do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão em 2011.

Gráfico 3 – Cartas Consulta enviadas ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para contratação de empréstimo junto ao BID nos temas Desenvolvimento Urbano e Habitação (1995-2010)

Isso demonstra que o governo brasileiro, nesse segundo período (2003-2010), tem avalizado mais projetos, porém, com quantias de financiamento menores. Nesse período, os beneficiários desses empréstimos foram apenas os chamados entes subnacionais (municípios e estados). As únicas exceções nesse sentido foram do Programa Monumenta o Habitar Brasil, ambos programas federais contratados no ano de 1999. O fato dos projetos contratados terem sido quase na sua totalidade beneficiado os governos subnacionais, apenas reforça o que afirmaram Zancheti (2007) e Arantes (2004), quanto à priorização de financiamentos a esses entes a partir da década 1990.

Ano	Nº de Contratos assinados	Valor do(s) empréstimo(s) em US\$
1995	0	0
1996	1	249.000.000
1997	0	0
1998	1	76.500.000
1999	2	312.500.000
2000	1	180.000.000
2001	0	0
2002	2	148.000.000
Subtotal	7	966.000.000
2003	0	0
2004	1	100.400.000
2005	0	0
2006	0	0
2007	0	0
2008	4	233.104.000
2009	2	139.970.000
2010	8	334.277.000
Subtotal	15	807.751.000
Total	22	1.773.751.000

Fonte: elaborado pela autora, utilizando dados do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão em 2011.

Tabela 1 – Contratos assinados como BID nos temas Desenvolvimento Urbano e Habitação (1995-2010)

A análise dos dados acima apresentados nos permite observar que não existe por parte do BID uma política voltada ao desenvolvimento urbano ou para o patrimônio cultural na América Latina e no Caribe, uma vez que seu objetivo é eliminar a pobreza e a desigualdade e promover o crescimento econômico sustentável. Dessa maneira, essas temáticas são apenas tangenciadas pelo Banco. No caso do Brasil, os baixos índices de investimento identificados nesse setor podem estar relacionados com a pouca prioridade dada a ele pelo próprio governo. O debate sobre o papel do Banco enquanto instituição de caráter público (com a finalidade de cooperação financeira ao desenvolvimento dos seus países membros) e de sua importância enquanto instituição promotora de justiça social, trazido pela mudança de governo em 2003, não se traduziu em números de investimento para esse setor. Os principais setores de investimento do Banco no país têm sido energia, transporte e infraestrutura, nos quais os grandes eventos como a Copa de 2014 e os jogos olímpicos de 2016 no Brasil têm sido protagonistas,

conforme nos apontou Belluco⁹⁷.

No entanto, as mudanças de postura do governo brasileiro na sua relação com o BID e com as políticas públicas no país possibilitaram, como reforça Luiz Fernando de Almeida, o aumento da capacidade de investimento do Estado Brasileiro em políticas públicas, o que lhe deu autonomia para realizá-las.

“Foi essa maior capacidade de investimento do Estado que nos deu a autonomia para fazer essas mudanças. A isso se soma o fato de que, a partir do ajuste das contas públicas no começo do Governo Lula, ele passou a ser menos dependente dos empréstimos externos para a execução das políticas públicas. E esse é um processo que aconteceu não só no Brasil, mas em vários outros países, o que levou, inclusive, a um processo de revisão da atuação das próprias agências de financiamento na América Latina”⁹⁸

No caso do Programa Monumenta, além da preocupação com o fortalecimento das políticas públicas no âmbito do governo federal, também é preciso destacar a influência dos pressupostos da reforma urbana, consolidados após décadas de luta com a aprovação da Lei do Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001), a criação do Ministério das Cidades e da elaboração de suas políticas. O próprio presidente do IPHAN, Luiz Fernando de Almeida, destaca a importância da sua

⁹⁷ Entrevista concedida à autora por Benvindo Belluco, em Brasília, em 10/08/2010.

⁹⁸ Luiz Fernando de Almeida, presidente do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN e coordenador geral do Monumenta. Entrevista concedida à autora em 5 de maio de 2011, na sede do IPHAN, Brasília-DF.

formação e da sua equipe com base nesse movimento⁹⁹. Assim, o que para o BID não se configurou como referência de procedimento, dados os seus entraves e complexidades, para o Brasil, o Monumenta constituiu-se na primeira experiência de monta no setor de patrimônio, fundamental para a constituição das bases para o PAC das Cidades Históricas. Esse Programa, lançado em 2009, prevê um investimento de cerca de R\$ 250 milhões por ano para a recuperação de 173 cidades históricas em todas as unidades da federação¹⁰⁰ e pleiteia a contratação de um empréstimo junto ao BID da ordem de US\$ 80 milhões.

⁹⁹ Dessa maneira, não é difícil encontrar semelhanças entre esses referidos pressupostos e algumas das frentes de defesa do Monumenta na sua última gestão. A partir da plataforma do FNRU (2010) e das análises de Maricato (1997), Ribeiro (1997) e Saule Júnior (2010), são os seguintes os principais pontos defendidos em prol da realização da reforma urbana no Brasil:

1. o direito à cidade, que, segundo o FNRU, deve compreender: a implementação do Estatuto da Cidade; a gestão democrática e participativa; o desenvolvimento urbano sustentável; habitação de qualidade para todos; saneamento ambiental para todos; prioridade ao transporte público; segurança pública democrática, baseada nos direitos humanos; trabalho e distribuição de renda; apoio à reforma agrária; prioridade de aplicação dos recursos para os setores populares.
2. o cumprimento da função social da cidade e da propriedade urbana. Aqui, a propriedade passa a ter seu uso condicionado ao bem-estar social e, portanto, a ter uma função social e ambiental, devendo ser aplicadas sanções pelo poder público aos proprietários descumpridores desse princípio.
3. a gestão democrática da cidade, com a garantia da participação da população e de suas representações na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano.

¹⁰⁰ O PAC Cidades Históricas faz parte das prioridades articuladas pela Casa Civil da Presidência da República, e é coordenado pelo Ministério da Cultura – MinC, por meio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan. Tem como base políticas intersetoriais e parcerias estratégicas, com destaque para os Ministérios do Turismo, Educação e Cidades, Petrobras, Eletrobrás, Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, Caixa Econômica Federal e Banco do Nordeste do Brasil – BNB. Disponível em <<http://www.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=14926&retorno=paginalphan>>. Acesso em 2 de Agosto de 2011.

Conclusões

No lugar – um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas e instituições – cooperação e conflito são a base da vida em comum. Porque cada qual exerce uma função própria, a vida social se individualiza; e porque a contigüidade é criadora de comunhão, a política se territorializa, com o confronto entre organização e espontaneidade. O lugar é o quadro de uma referência pragmática ao mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordem precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade. (SANTOS, 2004, p. 322)

Um projeto de recuperação da importância da 7ª Etapa no Centro Histórico de Salvador ganha ainda mais complexidade quando analisado em suas diferentes escalas e temporalidades. Acontecimentos e ações desencadeadas numa determinada escala ou temporalidade se inter relacionam e acabam por impactar, em diferentes níveis, as distintas escalas do real. A contratação de um empréstimo internacional, no que pese toda a carga ideológica neoliberal presente desde a concepção dessas agências, não implica necessariamente na constituição ou implementação dessas lógicas. O estudo de caso do Programa Monumenta nos permitiu observar que, diferentes lógicas se contrapõem e interagem quando da sua execução.

Mas esses conflitos somente se realizam quando ações são iniciadas. Seja qual for o seu conteúdo específico, a ação sempre estabelece relações, e tem, portanto, a tendência inerente de violar todos os limites e transpor todas as fronteiras (ARENDE, 2007, p. 203). Para que fosse possível o enfrentamento, nas proporções em que podemos observar no Projeto de Recuperação da 7ª Etapa do CHS e para que esse conflito se desenrolasse da maneira como se vê hoje, todos esses agentes e acontecimentos históricos precisariam ter ocorrido e interagido tal como ocorreram.

Guardada a crítica à agenda neoliberal do BID, os gestores do Monumenta são consonantes quando afirmam que foi somente por meio do financiamento internacional que o Programa Monumenta, há muitos anos idealizado pelo IPHAN, pôde se tornar uma realidade. Segundo Luiz Fernando de Almeida, presidente do IPHAN e coordenador do Programa, é preciso reconhecer a importância do Programa, pois, somente a partir da sua realização, pela primeira vez no campo do patrimônio se estabeleceu uma idéia mais ampla de planejamento, com uma diversificação dos instrumentos e também com a parceria com Estados e Municípios

fundamentais para o enfrentamento da questão da preservação do patrimônio. Segundo ele, “o Monumenta ofereceu ao governo brasileiro uma atualização também no campo das políticas públicas”. Uma representação disso é que muitos dos pressupostos do Programa servirão de base para a implementação do PAC das Cidades Históricas.

Na escala local dos acontecimentos, pudemos observar muito mais subversões à lógica do BID e do próprio Monumenta, devido às especificidades locais. O estudo da 7ª Etapa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador é um exemplo disso. A articulação dos seus moradores com o Centro de Estudos e Ação Social (CEAS) e com a Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), no nível local, foi fundamental à sua organização e institucionalização para enfrentar o processo de expulsão que vinham sofrendo. Essa mesma articulação com o CEAS foi responsável pela ponte construída entre a Associação dos Moradores e amigos do Centro Histórico (AMACH) e as instâncias de defesa do direito à moradia nos escalas nacional (Relatoria Nacional do Direito Humano à Moradia Adequada e à Terra Urbana) e internacional (através da visita do Relator Especial de Direitos Humanos das Nações Unidas), que imprimiu grande destaque para as violações ao direito à moradia que a CONDER vinha cometendo.

Todas essas ações visavam fortalecer as ações locais, às quais Santos chama de forças de transformação e de resistência. Santos afirma que no local é que “forças de transformação e forças de resistência entram em luta e dão como resultado seja a criação de uma paisagem inteiramente nova, seja a transformação ou adaptação da paisagem antiga” (2008, p. 30). Aqui, apenas teríamos o cuidado de ampliar o espectro de transformação das forças citadas para a categoria conceitual do espaço, onde também é possível observar transformações no âmbito das relações políticas.

As ações da população historicamente excluída do processo de recuperação do Centro Histórico de Salvador, organizadas através da AMACH e com o apoio de diversos outros agentes, foram responsáveis por importantes rupturas nos pensamentos de viés neoliberal do BID no Programa, dentre as quais, destacamos:

- 1) A diminuição do papel do Estado na sua responsabilidade social para

equacionar o problema da produção de habitação de interesse social, nesse caso específico, no Centro Histórico de Salvador e na sua 7ª Etapa de recuperação. Diante da ação contestatória da sua população moradora, o Governo do Estado e o Governo Federal tiveram que mobilizar uma quantia ainda maior de recursos técnicos e financeiros para sua viabilização, dadas as necessidades de negociação e articulação que o projeto requeria.

- 2) A premissa da “sustentabilidade econômica”, garantida pelo retorno financeiro dos custos de execução do projeto e de gestão dos centros históricos. Essa foi contrariada durante a execução do Programa, que não pôde cumprir seu cronograma financeiro, nem no nível local nem no nacional, sendo necessário, para sua viabilização um aporte de recursos ainda maior por parte do poder público. Ressaltamos aqui a declaração de Luiz Fernando de Almeida de que o governo brasileiro acabou investindo muito mais recursos federais do que previa o seu escopo inicial, com vistas a viabilizar a implementação da política pública.
- 3) A introdução das parcerias público-privadas na execução e na gestão dos projetos, que foi descartada já no início das negociações do Programa.

Também na sua relação com o governo do Estado e com a cidade, as ações da 7ª Etapa rompem com a “lógica simbólica unitária na construção do Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador – a associação entre patrimônio e baianidade” que, “apesar de ainda manter hegemonia na condução do processo, se vê complexificada por outras lógicas de apropriação e de valoração do espaço construídas no processo de reprodução urbana” (FERNANDES, 2006, p. 64).

Muito embora o contrato de empréstimo com o BID tenha se mantido inalterado durante a sua implementação, seu regulamento operativo e, também, muito da sua lógica foram alterados. Na escala nacional, o Monumenta já interferiu em algumas das lógicas do projeto neoliberal do BID, como por exemplo, a flexibilização da posse da propriedade privada, a não realização das parcerias público-privadas na execução da sua gestão e a relativização da lógica da “sustentabilidade econômica”. Então, se um dos objetivos do BID, no início da sua proposta de financiamento, era desonerar e diminuir a participação financeira do Estado na política de preservação dos centros históricos brasileiros, ela foi desmontada à medida em que o Programa foi se aproximando da escala local.

Como nos disse Santos, ainda que a ordem global busque impor uma única racionalidade, os “lugares respondem ao Mundo segundo os diversos modos de sua própria racionalidade” (2008, p. 38).

Também é necessário atentar ao fato de que, na implementação do Monumenta, muitas das suas mudanças só foram possíveis também pela mudança de postura do governo federal no tocante à concepção e implementação das políticas públicas, assim como no seu entendimento quanto ao papel do BID e do financiamento internacional. Quando o atual Secretário de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento afirma que “o projeto é do país e você busca o financiador externo apenas para executá-lo”, fica claro que o projeto ganhará os contornos desejados pelo país, a despeito de toda a carga ideológica apresentada pelas agências internacionais de financiamento – ainda que ela também seja implementada.

Analisar as mudanças nos termos de operação do empréstimo do Programa Monumenta com o BID e, ainda, as mudanças na gestão desse Programa, nos permitiu perceber que existe campo para mudanças nas relações, mesmo nessa escala, como pudemos observar nas alterações dos Regulamentos Operativos e nas suplementações de recursos realizadas pelo IPHAN para possibilitar sua implementação, garantindo o direito à cidade aos seus beneficiários. Embora reconheçamos o que afirmou Zancheti, de que “os impactos dos projetos financiados pelo BID são variados, não se restringindo a um aporte financeiro para viabilizar os empreendimentos” e que a “estrutura operativa e de avaliação dos projetos utilizada pelo Banco leva a um direcionamento dos objetivos e das formas de gestão dos projetos” (ZANCHETI, 2007, p. 16), esse estudo de caso nos possibilitou perceber as possibilidades de subversão, em alguns aspectos, da lógica excludente de algum deles.

Assim, concluímos que as ações no nível local possibilitam a geração e a contraposição do poder e que é somente no local que todas as escalas se encontram. Ajudam nessa compreensão os dizeres de Arendt, de que “o único fator material indispensável para a geração do poder é a convivência entre os homens. Estes só retêm poder quando vivem tão próximos uns aos outros que as potencialidades da ação estão sempre presentes” (2007, p. 213).

Uma última observação, nessa que parece ser a última página deste trabalho, é que as ações realizadas em outras escalas, especialmente se articuladas entre elas, podem conferir ainda mais possibilidades de transformação aos lugares. E, assim como as ações dos alfaiates desencadearam uma série de outras ações no Centro Histórico de Salvador, o que esperamos das conquistas da 7ª Etapa, mais do que a plena realização dos direitos daqueles moradores que ali conseguiram permanecer, é que elas se prolonguem para além do tempo presente e que jamais conheçam o seu fim.

ABLAS, Luiz. O “Estudo dos Eixos” como instrumento de planejamento regional. In: GONÇALVES, M. F.; BRANDÃO, C. A.; GALVÃO, A. C. F. (orgs.). **Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional**. São Paulo: Editora UNESP: ANPUR, 2003.

ARANTES, Otilia “Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas” in ARANTES, Otilia, VAINER, Carlos, MARICATO, Ermínia. **A Cidade do Pensamento Único. Desmanchando Consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. **Urbanismo em fim de linha**. 2ª Ed. São Paulo: Edusp, 2001.

ARANTES, Pedro Fiori. **O ajuste urbano**. As políticas do Banco Mundial e do BID para as cidades latino-americanas. Dissertação de Mestrado. FAUUSP, 2004.

ARAÚJO, Ubiratan Castro de (org.). **Salvador era assim: memórias da cidade**. Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 1999.

ARRAES, Virgílio. O Brasil e a ONU, 1990 a nossos dias: das grandes conferências às grandes pretensões. In: OLIVEIRA, Henrique Altemani de, LESSA, Antônio Carlos (orgs.). **Relações internacionais do Brasil: temas e agendas**. V. 2. São Paulo: Saraiva, 2006. 7-41p.

ARREGUI, Edmundo. El programa de rehabilitación del centro histórico de Quito. In: CARRON, Fernando (editor). **Financiamiento de los centros históricos de América Latina y El Caribe**. Quito, Série FLASCO, 2007.

AVERBUG, Marcelo. **Implantação da Estratégia do BID no Brasil: 1994 - 2002**. Documento destinado ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – Washington. Abril de 2003.

AZEVEDO, Paulo Ormino de. La lenta construcción de modelos de intervención em centros históricos americanos. In: Carrion F. (org.). **Centros históricos de América Latina y el Caribe**. Quito: FLACSO/BID/Ministerio de Cultura y Comunicación de Francia, 2001.

AZEVEDO, Paulo Ormino. O caso do Pelourinho. In: ARANTES, Antonio Augusto (Org.) **Produzindo o passado: estratégias de construção do patrimônio cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

AZEVEDO, R.M. DE. “SERÁ O NOVO PELOURINHO UM ENGANO?” IN: **REVISTA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL**, Nº 23, 1994.

BAHIA. Governo do Estado. **Centro Histórico de Salvador**. Salvador: IPAC/SEPLAM, 1984.

BAHIA. Governo do Estado. **Plano de Ação Integrada do Centro Histórico de Salvador**: Termo de Referência, Salvador: IPAC, 1991.

BAHIA. Governo do Estado. **Plano de Ação Integrada do Centro Histórico de Salvador**: Termo de Referência. Salvador: IPAC, 1991.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (BID). **Celebrar el pasado, construir el futuro**. Cincuenta años de desarrollo en América Latina y el Caribe. Washington, DC: BID, 2009.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (BID). **Contrato de empréstimo N. 1200/OC-BR entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento**. Programa de Preservação do Patrimônio Histórico Urbano (Monumenta). Brasília, 4 de Dezembro de 1999.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (BID). **Convênio Constitutivo do Banco Interamericano de Desenvolvimento** (Reedição de janeiro de 1996). Disponível em <<http://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=555878>> Acesso em 05 de Janeiro de 2011.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (BID). **Documento de país**. Julho de 2000.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (BID). **Estrategia del Banco con Brasil**. (2004-2007). 2004 a)

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (BID). **Evaluación del programa de país de Brasil, 1993-2003** New York: BID, 2004.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (BID). **Informações básicas**. Disponível em <<http://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=1790016>> Acesso em 05 de Janeiro de 2011a.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (BID). **Informe sobre la Evaluabilidad de las Estrategias de País del Banco**. Cincuenta años de desarrollo en América Latina y el Caribe. Washington, DC: BID, 2005.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (BID). **Relatório Anual 2010**. Resenha do Ano. Disponível em <<http://www.iadb.org/es/reunion-anual/2011/informe-anual-2011,2674.html?arlang=pt>> Acesso em 15 de Setembro de 2011.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (BID). **Relatório de Avaliação de Projeto. Programa de Preservação de Patrimônio Histórico Urbano (Monumenta) 2010**. Versão digital encaminhada por e-mail pela gestora do Monumenta no BID em 8 de Fevereiro de 2011. Data de publicação do documento, Novembro de 2010.

BARBOSA, Benedito Roberto; PITA, Sidnei Eusébio. **A trajetória das lutas do centro: das ocupações e resistência às conquistas**. Material do Curso de Capacitação – Programas de reabilitação de áreas urbanas centrais realizado em junho de 2006. Disponível em <http://www.cidades.gov.br/secretarias-nacionais/programas-urbanos/biblioteca/reabilitacao-de-areas-urbanas-centrais/materiais-de-capacitacao/>. Acesso em 02 de maio de 2009.

BARROS, Flávia (org.). **As estratégias dos bancos multilaterais para o Brasil**. Brasília: Rede Brasil, 2001.

BARROS, Juliana Neves; PUGLIESE, Vanessa Souza. **Desapropriação das Memórias indesejáveis: Opressão e resistência no Centro Histórico de Salvador**. Disponível em <ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/direito/article/download/7022/4998> Acesso em 15/02/2011.

BATISTA Jr., Paulo Nogueira. **Mitos da “Globalização”**. Estudos Avançados, nº 12 (32), 1996.

BAUMANN, Renato. O Brasil e três instituições financeiras internacionais nos anos 1990. In: OLIVEIRA, Henrique Altemani de, LESSA, Antônio Carlos (orgs.). **Relações internacionais do Brasil: temas e agendas**. V. 2. São Paulo: Saraiva, 2006. 195-216p.

BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine (Org.). **De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos**. São Paulo: Annablume, 2006.

BOMFIM, Juarez Duarte. **Políticas Públicas para o Centro Histórico de Salvador: O caso do Parque Histórico do Pelourinho**, Investigação de originalidade numa ação do governo local. Dissertação apresentada ao Núcleo de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal da Bahia, 1996.

BORJA, Patrícia Campos. **Política de saneamento, instituições financeiras internacionais e mega-projetos: um olhar através do Programa Bahia Azul Salvador: PPG-AU/FAUFBa**, 2004, tese de doutoramento.

BRAGA, P. M. Requalificação urbana: Novos caminhos para o centro histórico de Salvador. In: **Arquimemória – 3º Encontro Nacional de Arquitetos sobre Preservação do Patrimônio Edificado: Função Social, Integração e Participação**. Salvador, 2008.

BRAGA, Paula Marques. **Requalificação Urbana: novos caminhos para o centro histórico de Salvador**. Dissertação de mestrado, PUCCampinas, 2008.

BRANDÃO, M. A. O Último Dia da Criação: mercado, propriedade e uso do solo em Salvador. In: VALLADARES, L. P. (org) **Habitação em Questão**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA. **Programa Monumenta**. Informações acessadas no sítio <http://www.monumenta.gov.br/site> em 03 de maio de 2009.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS CIDADES, Secretaria Nacional de Programas Urbanos, **Reabilitação de Centros Urbanos**, Brasília, Caderno 3, dezembro de 2005.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Reabilitação de Centros Urbanos**. Salvador: SNPU, 2005.

BRASIL. MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. **Plano Plurianual (PPA) 2000-2003**. Informações acessadas no sítio <http://www.abrasil.gov.br/> em 15 de dezembro de 2009

BRASIL. MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. **Plano Plurianual (PPA) 2004-2007**. Informações acessadas no sítio <http://www.planobrasil.gov.br/texto.asp?cod=51> em 16 de dezembro 2009

BRASIL. MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. Secretaria de Assuntos Internacionais. Informações acessadas no sítio http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/seain/downloads/DOWN_estatisticas.pdf em 12 de junho de 2009 a).

CARLOS. Ana Fani Alessandri. **O espaço urbano**: novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2004.

CARRIÓN, Fernando. Dime quién financia el centro histórico y te diré qué centro histórico es. In: CARRON, Fernando (editor). **Financiamiento de los centros históricos de América Latina y El Caribe**, 25-58. Quito, Série FLASCO, 2007.

CARRIÓN, Fernando. El financiamiento de la centralidad urbana: el inicio de un debate necesario. In: CARRON, Fernando (editor). **Financiamiento de los centros históricos de América Latina y El Caribe**, 9-24. Quito, Série FLASCO, 2007.

CERVO, Amado Luiz. A ação internacional do Brasil em um mundo em transformação: conceitos, objetivos e resultados (1900-2005). OLIVEIRA, Henrique Altemani de, LESSA, Antônio Carlos (orgs.). **Relações internacionais do Brasil**: temas e agendas. V. 1. São Paulo: Saraiva, 2006.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. Brasiliense, São Paulo, 1979.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. 3.ed. – São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.

Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia – CONDER/MONUMENTA-BID. **Diagnóstico Sócio-Econômico e Ambiental**. 7ª Etapa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador. Dezembro de 2005.

Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia – CONDER/MONUMENTA-BID. **Perfil do Projeto de Recuperação da 7ª Etapa do Centro Histórico de Salvador**. Volume 3, 2002.

Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia – CONDER/MONUMENTA-BID. **Resumo Executivo do Projeto de Recuperação da 7ª Etapa do Centro Histórico de Salvador**, 2002b.

COUTINHO, Luciano. O desafio urbano-regional na construção de um projeto de nação. In: GONÇALVES, M. F.; BRANDÃO, C. A.; GALVÃO, A. C. F. (orgs.). **Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional**. São Paulo: Editora UNESP: ANPUR, 2003.

CREA-BA. Sétima etapa de revitalização é marcada pela polêmica retirada dos moradores do Pelourinho. Revista CREA-BA. Nº .7, abr/mai/jun de 2004. Disponível em:http://www.creaba.org.br/Revista/Edicao_07/longe_dos_olhos_Pelourinho.asp. Acessado em março de 2009.

Governo do estado da Bahia e Ministério da cultura, **Convênio nº394/2002**, Salvador, 2002.

ESPINHEIRA, Carlos Geraldo D'Andréia; e DUPLAT, Isabele Costa. **Requalificação urbana: estabelecidos e desafortunados do Centro Histórico de Salvador**. Disponível em:
<http://www.gestaoeinovacao.com.br/downloads/cienciassociaisaplicadas/artigos/requalificacaourbana.pdf>. Acesso em março de 2009.

ESPINHEIRA, Gey. **Pelourinho: a hora e a vez do centro histórico**. Cadernos do CEAS, nº 119, 1989.

FERNANDES, Ana e GOMES, Marco Aurélio A. F. Operação Pelourinho: o que há de novo, além das cores. In: **Estratégias de intervenção em áreas históricas** (S. Zanchett et al., orgs.). Recife: MDU/UFPE, 1995.

FERNANDES, Ana. **Projeto Pelourinho: operação deportação x ampliação do direito**. Material do Curso de Capacitação – Programas de reabilitação de áreas urbanas centrais realizado em junho de 2006. Disponível em <http://www.cidades.gov.br/secretarias-nacionais/programas-urbanos/biblioteca/reabilitacao-de-areas-urbanas-centrais/materiais-de-capacitacao/>. Acesso em 02 de maio de 2009.

_____. **Grandes projetos urbanos: o que se pode aprender com a experiência brasileira?** Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador (Bahia, Brasil), Ana Fernandes (coord), PPG-AU Faculdade de Arquitetura, UFBA, Lincoln Institute of Land Policy, Salvador, 2006.

_____. Cidades e Cultura: rompimento e promessa. In: JEUDY, H. P.; JACQUES, P. B. **Corpos e cenários urbanos: territórios urbanos e políticas culturais**. Salvador: EDUFBA: PPG-AU/FAUFBA, 2006^a.

_____. **Duas estórias e a cidade brasileira: entre o direito e o negócio**. 2nd World Planning Schools Congress. Cidade do México, julho 2006b.

FÓRUM NACIONAL DE REFORMA URBANA (FNUR). **Plataforma FNUR**. Disponível em: <<http://www.forumreformaurbana.org.br/index.php/plataforma-fnru.html>>. Acessado em: 18 de outubro de 2010.

FURTADO, Celso. **A economia latinoamericana**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

FURTADO, Celso. **Criatividade e dependência na civilização industrial**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

GOMES Marco Aurélio A. de Filgueiras; FERNANDES, Ana. Idealizações urbanas e a construção de Salvador moderna: 1850-1920. In, FERNANDES e GOMES (org.). Cidade, História, Modernização das cidades Brasileiras nos séculos XIX e XX. Salvador: UFBA, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, ANPUR, 1992.

GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras (Org.). **Pelo Pelô: História, Cultura e Cidade**. Salvador: EDUFBA, 1995.

GORDILHO-SOUZA, A. M.. **Limites do Habitar: segregação e exclusão na configuração urbana contemporânea de Salvador e perspectivas no final do século XX**. 2. Ed. rev. e ampl. Salvador: EDUFBA, 2008.

GORDILHO-SOUZA, ANGELA MARIA (COORD.) **OCUPAÇÃO URBANA E AMBIENTE. RELATÓRIO DA 2ª ETAPA, CARACTERIZAÇÃO FÍSICO-TERRITORIAL E URBANÍSTICA, CONSULTORIA UNESCO/SECULT, SALVADOR, BAHIA, 2009**.

GOTTSCHALL, Carlota de Sousa; SANTANA, Maryeli Cabral de (Orgs.). **Centro da Cultura de Salvador**. Salvador: EDUFBA: SEI, 2006.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 15 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

_____. **O neoliberalismo**. História e implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

_____. "A Teoria Revolucionária e a Contra-Revolucionária em Geografia e o problema da formação do Gueto" In A justiça social e a cidade, São Paulo, Hucitec, 1980.

HASBAERT, Rogério. **Territórios alternativos**. Niterói: EdUFF; São Paulo: CONTEXTO, 2002, pp. 111-115.

Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia. IPAC. **Centro Histórico de Salvador, Programa de Recuperação** = Salvador's Historic District, Recovery Program. Salvador: Curropio, 1995.

IPHAN. Programa de Preservação do Patrimônio Histórico Urbano – Monumenta. **Regulamento Operativo do Contrato de empréstimo N. 1200/OC-BR** (versão de 12 de janeiro de 2000). Brasília, 2000.

IPHAN. Programa de Preservação do Patrimônio Histórico Urbano – Monumenta. **Regulamento Operativo do Contrato de empréstimo N. 1200/OC-BR** (versão de setembro de 2003). Brasília, 2003.

IPHAN. Programa de Preservação do Patrimônio Histórico Urbano – Monumenta. **Regulamento Operativo do Contrato de empréstimo N. 1200/OC-BR** (versão de setembro de 2006). Brasília, 2006.

LÉFÈBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo, Editora Moraes, 1991.

_____. **Espaço e política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008

MARICATO, Ermínia. Reforma Urbana: limites e possibilidades. Uma trajetória incompleta. In: RIBEIRO, Luis Cesar de Queiroz, SANTOS JR., Orlando Alves dos (orgs.). **Globalização, fragmentação e reforma urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Assuntos Internacionais. SEAIN/MP. **Manual de Financiamentos Externos do Setor Público com Organismos Multilaterais e Agências Bilaterais de Crédito**. Brasília, 2005.

MOURAD, Laila Nazem e BALTRUSIS Nelson. Lutas pela conquista do direito à moradia no Centro Histórico de Salvador. In: **Revisitando o instituto do tombamento** (coords) Edésio Fernandes e Betânia Alfonsin, Ef. Editora: Fórum, 2010.

MOURAD, Laila Nazem. **Direito à moradia digna no centro histórico**. Salvador, 20p. Trabalho não publicado, apresentado à disciplina Teorias da Cidade, no doutorado em Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal da Bahia, 2007.

_____. **O processo de Gentrificação do Centro Antigo de Salvador 2000 a 2010**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

NOBRE, Eduardo A C. **Intervenções urbanas em Salvador: turismo e "gentrificação"** no processo de renovação urbana do Pelourinho. In: X Encontro Nacional da ANPUR, 2003, Belo Horizonte. Encruzilhadas do planejamento: repensando teorias e práticas: Anais do X Encontro Nacional da ANPUR. Belo Horizonte: ANPUR, 2003.

NOBRE, Eduardo A. C. Intervenções urbanas em Salvador: Turismo e gentrificação no processo de renovação urbana do Pelourinho. In: X Encontro Nacional da ANPUR, 2003, Belo Horizonte. Encruzilhadas do planejamento: repensando teorias e práticas: Anais do X Encontro Nacional da ANPUR. Belo Horizonte : ANPUR, 2003.

NOBRE, Maria Ivanilde Ferreira. **No reino de pedra e cal:** o centro histórico e o patrimônio de Salvador em época pós-moderna, Salvador, Faculdade Baiana de Direito, 2010.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. **Política Externa Brasileira.** São Paulo: Saraiva, 2005.

ORTEGA, Monica Moreira. El Centro Histórico de Quito: un modelo mixto de gestión. In: CARRON, Fernando (editor). **Centros históricos de América Latina y El Caribe,** 253-273. Quito, Série FLASCO, 2001.

PONCE, Pablo Samaniego. Financiamento de centros históricos: el caso del centro histórico de Quito. : CARRON, Fernando (editor). **Financiamiento de los centros históricos de América Latina y El Caribe,** 203-243. Quito, Série FLASCO, 2007.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. A acumulação primitiva do capital simbólico. In: JEUDY, H. P.; JACQUES, P. B. **Corpos e cenários urbanos:** territórios urbanos e políticas culturais. Salvador: EDUFBA: PPG-AU/FAUFBA, 2006.

_____. Presenças recusadas: territórios populares em metrópoles brasileiras. In: NUNES, Brasilmar Ferreira (org). **Sociologia das capitais brasileiras:** participação e planejamento urbano, Brasília: Liber Livro Editora, 2006.

_____. **A cidade neoliberal:** crise societária e caminhos da ação. In: Revista do Observatório Social da América Latina (OSAL), CLACSO, Ano VII, N. 21, setembro – dezembro, 2006.

_____. **Sociabilidade, hoje:** leitura da experiência urbana. In: Cadernos CRH, Vol. 18, N.45,2005.

RIBEIRO, Luis Cesar de Queiroz. Reforma Urbana na cidade da crise: balanço teórico e desafios. In: RIBEIRO, Luis Cesar de Queiroz, SANTOS JR., Orlando Alves dos (orgs.). **Globalização, fragmentação e reforma urbana:** o futuro das cidades brasileiras na crise. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz e CARDOSO, Adauto Lucio (orgs.). **Reforma urbana e gestão democrática:** promessas e desafios do Estatuto da Cidade. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

ROJAS, Eduardo. Financiando la conservación del patrimonio urbano en America Latina y el Caribe: la acción del Banco Inter-Americano de Desarrollo. In: Carrion F. (org.). **Centros históricos de América Latina y el Caribe.** Quito: FLACSO/BID/Ministerio de Cultura y Comunicación de Francia, 2001, pp 15-22.

ROLNIK, Raquel. A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: Studio Nobel: Fapesp, 1997.

SALVADOR, Prefeitura Municipal. **Decreto 3.289/1983**. Área de Proteção ao Patrimônio Cultural e Paisagístico de Salvador, 1983.

SANT'ANNA, Márcia. **A cidade-atração**: a norma de preservação dos centros urbanos no Brasil dos anos 90. Tese (doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Arquitetura, 2004.

_____. A Recuperação do Centro Histórico de Salvador: origens, sentidos e resultados, **Revista RUA** nº 8, Salvador, 2003.

_____. El Centro Histórico de Salvador de Bahía paisaje, espacio urbano y patrimonio. In: Carrion, F. (org.). **Centros históricos de América Latina y el Caribe**. Quito: FLACSO/BID/Ministerio de Cultura y Comunicación de Francia, 2001.

SAULE JÚNIOR, Nelson; CARDOSO, Patrícia de Menezes **O direito à moradia no Brasil**. Relatório da Missão Conjunta da Relatoria Nacional e da ONU 29 de maio a 12 de junho de 2004 – Violações, Práticas positivas e Recomendações ao Governo Brasileiro São Paulo: Instituto Pólis, 2005

SECULT/ Escritório de Referência do Centro Antigo. Plano de Reabilitação do Centro Antigo de Salvador. Diagnóstico da Economia do Turismo no Centro Antigo de Salvador, elaborado por LÚCIA AQUINO QUEIROZ, julho de 2009.

SECULT/ Escritório de Referência do Centro Antigo. Publicação do Centro Antigo de Salvador: Plano de Reabilitação Participativo. Centro Antigo de Salvador, Contexto atual e seus desafios. "História, Ocupação e Delimitação do CAS, texto de Luiz Antonio Fernandes Cardoso, julho. 2010.

SECULT/ Escritório de Referência do Centro Antigo. Publicação do Centro Antigo de Salvador: Plano de Reabilitação Participativo. Ocupação Urbana e Ambiente Construído, consultoria UNESCO/SECULT, coord. Ângela Gordilho, set. 2009.

SETEPLA/TECNOMETAL. **Relatório do Projeto de Recuperação do Centro Histórico de Salvador, UEP-Salvador, Perfil do Projeto**, Volumes 1, 2, e 3, apresentado para o Ministério da Cultura/ Programa Monumenta. Elaborado pela empresa SETEPLA TECNOMETAL ENGENHARIA, consultoria – projeto- gerenciamento – contratada pela Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia, 2002.

SILVA JUNIOR, Luís Régis Coli. **O Programa Favela-Bairro e as políticas habitacionais do Banco Interamericano de Desenvolvimento**. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

SILVA, Helena M. Menna Barreto. "**Agenda de Estratégia da Cidade de Salvador**", Ministério das Cidades, Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento – PNUD, Produto 4.1 (parte 1), Brasília, 2005.

SILVA, Helena M. Menna Barreto. "Agenda de Estratégia da Cidade de Salvador", Ministério das Cidades, Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento – PNUD, Produto 4.1 (parte 2), Brasília, 2005.

SMITH, Neil. A gentrificação generalizada: de uma anomalia local à "regeneração" urbana como estratégia global. In: BIDOUC-ZACHARIASEN. Catherine (Org.). **De volta à cidade**: dos processos de gentrificação às políticas de "revitalização" dos centros urbanos. São Paulo: Annablume, 2006.

TADDEI NETO, Pedro. **Conferência de Imprensa de Lançamento Oficial do Programa Monumenta**. (Ministério da Cultura, Brasília, 08/12/99). Disponível em: <<http://www.archi.fr/SIRCHAL/seminair/sirchal4/TaddeiVPT.htm>> Acessado em: 18 de maio de 2009.

TC/BR (2001) **Plano de Reassentamento** – Centro Histórico de Salvador, Projetos 7ª etapa e Barroquinha, formulado pela CONDER, junho de 2001.

TOZI, Desireé Ramos. **Primavera de Estações**: O Programa Monumenta e as Políticas Públicas de Preservação do Patrimônio Cultural na região do bairro da Luz/São Paulo, dissertação defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em História Social, Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade São Paulo, 2007.

UNESCO/SECULT/ Escritório de Referência do Centro Antigo. Diagnóstico da Economia do Turismo no Centro Antigo de Salvador, elaborado por LÚCIA AQUINO QUEIROZ, In: **Plano de Reabilitação do Centro Antigo de Salvador**, julho de 2009.

UNESCO/SECULT/ Escritório de Referência do Centro Antigo. 2º relatório sobre Ocupação Urbana e Ambiente Construído, caracterização físico-territorial e urbanística, documento elaborado por Angela Gordilho de Souza, In: **Plano de Reabilitação do Centro Antigo de Salvador**, de 2009.

UNESCO/SECULT/ Escritório de Referência do Centro Antigo. Mapa 1- Centro Histórico e Centro Antigo de Salvador, Localização e poligonais de delimitação, 1983 e 1984, elaborado por Angela Gordilho de Souza, In: **Plano de Reabilitação do Centro Antigo de Salvador**, 2009.

UNESCO/SECULT/ Escritório de Referência do Centro Antigo. Plano de comunicação social elaborado pela Empresa Capital Branding, In: Plano de Reabilitação do Centro Antigo de Salvador, 2008.

VAINER, Carlos. "Prós e contras da revitalização de centros urbanos", 2002. Texto disponível em: <http://www.comciência.br/cidades>. Acesso em: abril 2010.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida, "A cidade Alta de Salvador: de cidade colonial a "centro histórico pós-moderno", in: **Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade**, Ana Fani Alessandri Carlos e Amália Inês Geraiges Lemos (orgs), São Paulo, Contexto, 2003.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. **Salvador: transformações e permanências (1549-1999)**. Ilhéus: Editus, 2002.

VAZ, Alcides Costa. O Brasil e o sistema interamericano. In: OLIVEIRA, Henrique Altemani de, LESSA, Antônio Carlos (orgs.). **Relações internacionais do Brasil: temas e agendas**. V. 2. São Paulo: Saraiva, 2006. 43-73p.

VEIGA, Daniela A. Monteiro. **Domicílios sem moradores, moradores sem domicílios**. Dissertação Mestrado em Arquitetura e Urbanismo. PPGAU/Faculdade de Arquitetura UFBA, Salvador, 2008.

VILLAÇA, Flavio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo, Studio Nobel/ FAPESP/ Lincoln Institute, 1998.

WIPFLI, Mônica. "**Intervenções Urbanas em Centros Históricos estudo de caso: Cidade de Salvador**". Dissertação de Mestrado – Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2001.

ZANCHETI, Silvio e LACERDA, Norma, A Revitalização de Áreas Históricas como Estratégia de Desenvolvimento Local: Avaliação do caso do Bairro do Recife. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza. V.30, n 1, p 8-24, jan-mar, 1999.

ZANCHETI, Silvio Mendes. Modelos recentes de financiamento da revitalização urbana no Brasil e na América Latina. **Anais XII ENANPUR**. Belém, maio de 2007.

_____. Regeneração urbana na América Latina: os caminhos do financiamento dos projetos. Rio de Janeiro: **I Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo**, 2010.

ZANIRATO, Silvia Helena. O que que o Pelô tem? A restauração do Pelourinho, em Salvador, priorizou a recuperação da Arquitetura, desalojando centenas de famílias e marginalizando a história de seus próprios moradores. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, edição nº 32, maio de 2006.

ANEXO A – Mapa de localização: Centro Antigo, Iguatemi, CAB.



Fonte: elaborado por Gabriel Schvasberg em 22 de Agosto de 2011. Foto: Google Earth.

ANEXO B - Mudanças de gestão nos governos Federal e Estadual (1996-2010)

PERÍODO	ESTADUAL			FEDERAL		
	UEP Salvador	Presidência CONDER	Governo do Estado	Coordenação do Monumenta	Presidência do IPHAN	Presidência da República
1996	Luiz Augusto Serrano Ailton Andrade	Mário de Paula Guimarães Gordilho	César Borges (PFL)	Pedro Taddei Neto		Fernando Henrique Cardoso (PSDB)
1997						Fernando Henrique Cardoso (PSDB)
1998						
1999						
2000 2001						
2002		Otto Alencar assume com a saída do titular (abril) (PL)				
2003	Paulo Canuto		Paulo Souto (PFL)	Marcelo Carvalho Ferraz	Maria Elisa Costa	Luis Inácio Lula da Silva (PT)
2004					Antonio Augusto Arantes Neto	
2005				Luiz Fernando de Almeida		
2006	Valfredo Ribeiro				Luiz Fernando de Almeida	
2007	Laila Mourad	Maria Del Carmen	Jaques Wagner (PT)			Luis Inácio Lula da Silva (PT)
2008						
2009		Milton Villas-Bôas				
2010	Tânia Regina Silvia Barros					

ANEXO C – Cidades e Atuação do Programa Monumenta (monumentos e áreas públicas)

	Cidade	UF	Área do Projeto
1	Alcântara	MA	Centro de Pesquisa e Documentação da Imagem e do Som, Receptivo Turístico, Terminal de Passageiros, Mercado de Peixes, Centro de Artesanato, antigo Matadouro, Casa de Cultura, Centro de Pesquisa e Experimentação de História Natural, Museu Histórico, Pousada do Imperador, Sobrado Cavallo de Tróia, Sobrado Tito Soares, Igreja do Rosário, Pousada do Pelourinho, Porto do Jacaré, Centro Cultural Netto Guterres, urbanização do Calçadão do Bananal, Memorial Ruínas Clóvis Bevilacqua, Barão de Mearim (Franco de Sá), Ruína São Francisco, Ruína Nossa Senhora do Carmo.
2	Belém	PA	Mercado de Carne Francisco Bolonha, Igreja de Santana, Instituto Histórico e Geográfico do Pará, Praça Maranhão e Praça Frei Caetano Brandão.
3	Cachoeira	BA	Capela Nossa Senhora D'Ajuda, Conjunto do Carmo – Ordem Primeira - Igreja, Conjunto do Carmo - Ordem Terceira e Casa de Oração, Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário, Paço Municipal (Casa de Câmara e Cadeia), casa natal de Ana Nery – Rua Ana Nery nº 07, imóvel da rua Benjamin Constant nº 17, imóvel da Rua Ana Nery nº 02, imóvel da Rua Sete de Setembro nº 34, imóvel da Rua 13 de Maio nº 13, imóvel da Rua Ana Nery nº 25, imóvel da Praça da Aclamação nº 04, Igreja do Rosarinho e Cemitério dos Pretos, Igreja Nossa Senhora do Monte, Quarteirão Leite Alves, nova sede da Fundação Hansen (Quarteirão Leite Alves), Logradores de Cachoeira, Orla de São Félix.
4	Congonhas	MG	Capelas dos Passos da Paixão, Praça São José, Ladeira do Bom Jesus (calçamento/passeio, desvio pluvial, rebaixamento do calçamento das Praças Dom Helvécio e Portugal, rede elétrica – subterrânea e rede telefônica – subterrânea).
5	Corumbá	MS	Escadaria e Praça General Rondon. Porto Geral, Praça Generoso Ponce, Praça do Beco da Calendária, Travessa do Mercúrio, e estacionamento da rua Domingos Sahid, Casa Vanderley Baís e Casa Vasquez (Museu do Homem do Pantanal).
6	Diamantina	MG	Mercado Velho; Sobrado do Intendente, restauração arquitetônica, elementos artísticos integrados e paisagismo; Museu do Diamante; paisagismo; Cadeia Velha e Igreja São Francisco; elementos artísticos integrados; Praça Juscelino Kubitschek, Praça Barão de Guaicuí, Praça Monsenhor Neves – revitalização de ruas e calçadas: Rua Antônio Pádua Oliveira, Rua Campos de Carvalho, Rua da Quitanda, Beco da Tecla, Beco da Pena, Beco do Mota e Beco do Alecrim.
7	Goiás	GO	Quartel XX, Museu das Bandeiras, Chafariz da Boa Morte, Mercado Municipal, Praças da Bandeira, Liberdade e Dom Francisco.
8	Icó	CE	Teatro da Ribeira dos Icós, Sobrado do Canela Preta, Casa de Câmara e Cadeia, Urbanização do Largo do Theberge.

9	Laranjeiras	SE	Igreja Matriz Sagrado Coração de Jesus, Quarteirão dos Trapiches, Casarão dos Rollemberg e Sobrado ao lado, Casarão de Oitão da Praça da República, Praça Samuel de Oliveira, Calçadão Getúlio Vargas, Praça Cel. José de Faro, Av. Municipal, Praça Sagrado Coração de Jesus, Praça da República, Praça do Trapiche Santo Antônio.
10	Lençóis	BA	Mercado Público Municipal, ponte sobre o Rio Lençóis, Prefeitura Municipal, imóvel da sede do Iphan, nova sede da Prefeitura, antigo Posto de Saúde, Teatro de Arena, Igreja Nossa Senhora do Rosário, Igreja de Nosso Senhor dos Passos, Casa de Cultura Afrânio Peixoto e anfiteatro, imóvel da Biblioteca Pública, imóvel do Arquivo Público.
11	Manaus	AM	Restauração do Paço da Liberdade (Museu da Cidade), restauração do Mercado Adolpho Lisboa, imóvel da Rua Bernardo Ramos nº 69 e nº 77, Coreto e Chafariz da Praça Dom Pedro II, Praça IX de Novembro, estacionamento rotativo do Museu da Cidade e Praça IX de Novembro (em andamento) fase de homologação.
12	Mariana	MG	Igreja da Nossa Senhora Rainha dos Anjos, Casa da Rua Direita, Casa do Conde de Assumar, Casarão dos Moraes, Centro Cultural no Seminário Menor, Praça São Pedro, Praça Minas Gerais, Praça Santo Antônio, Praça Tancredo Neves, Praça Barão de Camargo, Praça Dom Silvério, Sinalização Interpretativa e Vias de Área de Projetos.
13	Natividade	TO	Igreja Nossa Senhora da Natividade, Centro de Artesanato e Apoio Turístico, Casa de Cultura Amália Hermano Teixeira, Praça do Largo da Matriz, Praça das Bandeiras, Praça das Ruínas, Praça Leopoldo de Bulhões, Praça da Igreja São Benedito, Arruamento.
14	Oeiras	PI	Ponte Grande Zacarias de Góis, Igreja Nossa Senhora das Vitórias, Museu de Arte Sacra (Paço Episcopal), Sobrado dos Ferraz, Sobrado Major Selemérico, Cine Teatro, Café Oeiras, Capela dos Passos da Paixão, Mercado Público, Praças O. de Carvalho, Mafrense e M. Deodoro.
15	Olinda	PE	Igreja do Carmo, Igreja de Nossa Senhora do Rosário, Observatório da Sé, Museu Regional, Parque do Carmo, Estacionamento da Conceição, reurbanização e estacionamento do Fortim, estacionamento do Varadouro, estacionamento do Rosário, requalificação de calçadas, Beco Bajado, Largo do Cruzeiro, requalificação do Largo do Varadouro.
16	Ouro Preto	MG	Casa da Baronesa, Casa do Gonzaga, Casa do Folclore, Igreja do Antônio Dias, Ponte do Antônio Dias, Teatro Municipal (Casa da Ópera), Capela das Dores, Palácio Velho, Terminal de Integração, Restauração da Casa dos Inconfidentes, Restauração casarão Rocha Lagoa e Restauração do Solar Baeta Neves, Mobiliário Urbano, recuperação e tratamento paisagístico do Horto Botânico e Vale dos Contos, mudança da rede de fiação aérea aparente para subterrânea, Ponte do Rosário, Ponte Seca, sinalização interpretativa.
17	Pelotas	RS	Casa nº 02, Teatro 7 de Abril, Biblioteca, Paço Municipal, Grande Hotel, Mercado Municipal, CASA 06 e Secretaria de finanças, Fonte das Nereidas, Praça Cel. Osório, Largo do Mercado, Beco das Artes, Beco dos Doces e das Frutas.

18	Penedo	AL	Igreja Nossa Senhora da Corrente, Mercado Público, Pavilhão da Farinha, Casa da Aposentadoria, Igreja de São Gonçalo Garcia, Praça Barão de Penedo, Praça Padre Veríssimo, Praça Rui Barbosa, Rua Dâmaso do Monte, Av. Floriano Peixoto, Adro da Igreja Corrente/prolongamento da Rua 7 de setembro, Praça Costa e Silva, Rua Dom Jonas Batinga, Rua São Miguel, Orla de Penedo.
19	Porto Alegre	RS	Palácio Piratini, Pinacoteca, de Porto Alegre, Biblioteca Pública do Estado, Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, Museu de Arte do Rio Grande do Sul, Memorial do Rio Grande do Sul, Pórtico Central do Cais do Porto, Igreja Nossa Senhora das Dores, Praça da Matriz, Praça da Alfândega, vias da área do projeto.
20	Recife	PE	Restauração da Igreja Madre de Deus e após desapropriação, Restauração do Edifício Chantecler, Recuperação da Rua do Cais da Alfândega, Rua da Igreja Madre de Deus, recuperação da Rua da Moeda/Alfredo Lisboa, estacionamento/ sinalização/mobiliário urbano na área do projeto, recuperação de pavimentos.
21	Rio de Janeiro	RJ	Praça Tiradentes e seu entorno; Rua do Lavradio; Solar Visconde do Rio Seco; Igreja Santíssimo Sacramento; Casa de Bidú Sayão; Anexo Centro de Arte Hélio Oiticica (CAHO); Conjunto Escultório de Dom Pedro I e as 4 alegorias; Teatro Carlos Gomes; Imóvel à Praça Tiradentes nº 71 e Imóvel à Rua Goncalves Lêdo, nº 11.
22	Salvador	BA	Casa dos Santos da Ordem Terceira de São Francisco, Seminário São Damasco, Igreja Nossa Senhora da Ajuda, Tesouro 1, Tesouro 2, Liceu, Casa dos 7 Candeeiros, ADBB, Circulação viária, sinalização, drenagem, pavimentação, paisagismo/iluminação pública.
23	São Cristóvão	SE	Convento e Igreja de Santa Cruz, Lar Imaculada Conceição, Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, Sobrado da Antiga Ouvidoria, Museu Histórico do Estado de Sergipe, Praça da Bandeira e fachada da Capela dos Capuchinhos, Praça São Francisco, Praça Senhor dos Passos (Largo do Carmo), Ladeira de Epaminondas (Beco da Poesia), Ladeira do Porto da Banca, Ladeira do Açougue, Beco do Amparo, Largo do Rosário.
24	São Francisco do Sul	SC	Igreja Matriz Nossa Senhora das Graças, Terminal Marítimo (Portal do Turismo), Mercado Público Municipal, Museu Nacional do Mar, Museu Histórico, Estacionamento, Orla Marítima - vias e logradouros, mobiliário urbano, Trapiche e Deck's da Orla Marítima, Morro do Hospício e Urbanização do Centro Histórico.
25	São Paulo	SP	Ponto de Bondes, prédio do "Ponto Chic", Casa da Administração, Coreto nº 2, Edifício Paula Souza (antigo Laboratório Politécnica), Edifício Ramos de Azevedo, Museu de Arte Sacra, Chaminé (próximo ao Quartel), Conjunto do Jardim da Luz, Praça Coronel Fernando Prestes.

26	Serro	MG	Restauração da Chácara e Casa do Barão do Serro, restauração da Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição, restauração dos bens artísticos integrados da Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição, restauração da Igreja do Bom Jesus de Matozinhos, restauração dos bens artísticos da Igreja do Bom Jesus de Matozinhos, Revitalização da Praça João Pinheiro e do adro da Igreja Santa Rita, restauração do eixo Matriz/Matozinhos/Córrego 4 vinténs.
----	-------	----	---

Fonte: <http://www.monumenta.gov.br/site/>

ANEXO D - Quadro de investimentos do BID na área de Patrimônio Histórico (1961-2012).

	País	Cidade	Ano de aprovação	Nº e nome do projeto	Elementos	Valor total (US\$)	Valor do empréstimo (US\$)
1	Brasil	São Luís	2012	BR-L1117 : PROGRAMA DE REVITALIZACIÓN DEL CENTRO HISTÓRICO de São Luís	Proyectos Estratégicos, Mejorías Habitacionales y Fortalecimiento institucional.	27.183.200	13.590.000
2	Brasil	Manaus	2009	BR-L1088 : Programa de Desarrollo Urbano e Inclusión Socio-ambiental de Manaus	Urbanización Integrada, Movilidad y Transporte, Revitalización del Centro y Fortalecimiento institucional.	100.000.000	50.000.000
3	Brasil	Aracaju	2009	BR-L1084 : Programa Integrado de Desarrollo Urbano e Inclusión Social de Aracaju	obras de infraestructura vial para mejorar o corredor Sul-Centro; mejoramiento urbano de barrios "favela"; y revitalización do Centro.	60.500.000	30.250.000
4	Bolivia	La Paz	2009	BO-T1127 : Fortalecimiento Institucional para la Revitalización y Desarrollo Urbano de La Paz	pasajes aéreos y gastos relacionados de tres funcionarios clave del GMLP para que visiten el Programa en Quito, Ecuador.	7.650	7.653
5	Bolivia	La Paz	2009	BO-T1099 : Preparación Rehabilitación Centro La Paz II	La TC servirá para preparar la segunda fase del proyecto y posible préstamo del BID para la rehabilitación del centro de La Paz.	320.000	260.000
6	Brasil	Vitória	2008	BR-L1057 : PROCIDADES - Programa de Desarrollo Urbano e Inclusión Social de Vitoria	urbanización integrada de favelas; movilidad urbana; inundaciones críticas; revitalización del centro y; inclusión digital y social.	65.200.000	39.100.000
7	Brasil	Campo Grande	2008	BR-L1104 : PROCIDADES - Campo Grande - Programa de Desarrollo Integrado	Revitalización del Centro, Terminal de Carga, Movilidad Urbana y Fortalecimiento institucional.	38.764.000	19.382.000

8	Uruguay	Montevideo	2008	UR-T1050 : Revitalización Ciudad Vieja de Montevideo	validación y actualización de las propuestas contenidas en el Plan Especial de la Ciudad Vieja de Montevideo elaborado el año 1999.	931.250	745.000
9	Chile	-	2008	CH-L1032 : Programa de Puesta en Valor del Patrimonio (CCLIP)	Incorporar la protección y puesta en valor del patrimonio como una componente del proceso de desarrollo de las regiones.	100.000.000	80.000.000
10	Brasil	Niterói	2007	BR-L1055 : PROCIDADES - Programa de Desarrollo Urbano e Inclusión Social de Niterói	mejoría de favelas; movilidad urbana y; revitalización del centro.	44.130.000	26.470.000
11	Brasil	Rio de Janeiro	2007	BR-T1037 : Rehabilitación Centro Histórico Río de Janeiro	consultoría para fortalecer la capacidad de la municipalidad en planeamiento estratégico de la renovación urbana del centro histórico	486.000	350.000
12	México	Veracruz	2007	ME-T1028 : Plan Estratégico para la Revitalización del Centro Histórico de Veracruz	formular un plan maestro para implementar un proyecto futuro de revitalización integral, con la promoción del turismo, estimulando el crecimiento económico y la mejoraría de las condiciones de vida de la población.	1.650.000	1.320.000
13	Colômbia	Cartegena de las Índias	2007	CO-T1047 : Revitalización del Centro Histórico Cartagena de Indias	contratación de una firma consultora, a la Alcaldía y Cámara de Comercio de Cartagena en la preparación de su Plan para la Revitalización del Centro Histórico.	322.000	252.000
14	Colômbia	Bogotá	2005	CO-T1023 : Apoyo para Preparación Proyecto de Revitalización del Centro de Bogotá	La cooperación técnica financiará el apoyo para la preparación del proyecto de Revitalización del Centro de Bogotá.	351.400	231.400

15	Chile	Valparaíso	2005	CH-L1004 : Recuperación y Desarrollo Urbano de Valparaíso	apoyar la reactivación económica de la ciudad a través de la restauración y preservación del patrimonio urbano y cultural y de otras actividades que aprovechen las características ventajosas de la ciudad.	73.000.000	25.000.000
16	Haiti	Puerto Príncipe	2005	HA-T1022 : Apoyo a la Evaluación del Programa de Rehabilitación Urbana	servicios de consultoría para el fortalecimiento institucional de la Agencia Ejecutora del Programa de Rehabilitación Urbana de Puerto Príncipe.	135.000	130.000
17	Ecuador	Quito	2005	EC-L1006 : Rehabilitación del Centro Histórico de Quito, Segunda Etapa	actividades o inversiones en el CH en las áreas sociales, de tráfico, provisión de servicios básicos en barrios pobres, desarrollo institucional, infraestructura urbana y promoción de las inversiones privadas.	10.000.000	8.000.000
18	Chile	Valparaíso	2004	CH-L1010 : FEP:CH-L1004 Programa de Recuperación y Desarrollo Urbano de Valparaíso	apoyar el Gobierno de Chile en la preparación del Programa de Recuperación y Desarrollo Urbano de Valparaíso (CH-L1004).	180.000	180.000
19	Chile	Valparaíso	2004	CH-T1001 : Recuperación y Desarrollo Urbano de Valparaíso	Apoyar al Gobierno de Chile en su propuesta de recuperación y desarrollo urbano de la ciudad de Valparaíso.	175.000	150.000
20	Bolivia	La Paz	2004	BO0216 : Revitalización del Centro de La Paz	promover el desarrollo urbano, social y económico mediante la reversión del proceso de deterioro físico y social de su centro.	34.100.000	28.500.000

21	Equador	Quito	2004	TC0301023 : Rehabilitación Area Centro Histórico de Quito	evaluación del proyecto de rehabilitación del centro histórico de Quito y prestación de asistencia técnica en la preparación de la segunda fase del proyecto.	236.000	146.000
22	Brasil	São Paulo	2003	BR0391 : Rehabilitación Centro de Sao Paulo Procentro	reversión de la desvalorización inmobiliaria, transformación del perfil económico, recuperación del ambiente urbano y mejora del transporte urbano y circulación	167.400.000	66.600.000
23	Equador	Quito	2003	EC-T1003 : Experiencias sobre Rehabilitación de Areas Urbanas Centrales	intercambio de experiencias en rehabilitación de centros históricos entre Quito y Bogotá	5.000	5.000
24	Regional	-	2003	TC0306041 : Asociaciones Tripartitas para Proyectos de Revitalización Urbana	Desarrollar y diseminar un manual a los "task managers" del Banco sobre asociaciones tripartitas y sus beneficios y costos aplicados a proyectos, lecciones aprendidas, mejores prácticas y su aplicación en América Central.	134.640	134.640
25	Bolivia	La Paz	2003	TC0210059 : Diagnóstico y Estrategia Programa Revitalización y Desarrollo Urbano: La Paz	Apoyar la preparación del Programa de Revitalización y Desarrollo Urbano de La Paz (BO-0216)	145.000	145.000
26	Bolivia	La Paz	2002	BO0218 : FEP:BO0216 Revitalización y Desarrollo Urbano de la Paz	contatación de consultorías y estudios para diseñar los proyectos de recalificación urbana para mejorar las condiciones urbanas, ambientales, de infraestructura y para reducción de la pobreza del centro.	750.000	750.000

27	Panamá	Ciudad de Panamá	2002	TC0112029 : Revitalización Económica del Casco Viejo de la Ciudad de Panamá	Establecer una estrategia y plan de acción para la revitalización económica del casco viejo del distrito de Panamá	90.000	90.000
28	Colômbia	-	2001	TC0011049 : Recuperacion Centros Historicos	Generar capacidad técnica local para el diseño e implementación de proyectos que garanticen la preservación de centros históricos su integración al desarrollo	161.000	161.000
29	Regional	-	2002	TC0110012 : Mecanismos Participación Privada Preservación Patrimonio Histórico	Evaluar la experiencia de los Fondos del Reino Unido en la preservación del patrimonio histórico, y ver los mecanismos para la participación privada en la misma.	26.960	26.960
30	Colômbia	-	2001	TC0105030 : Recuperacion Integral Centros Historicos	FINANCIAR LOS SERVICIOS DE CONSULTORES INTERNACIONALES PARA ASISTIR A LA DIRECCION DE PATRIMONIO DEL MINISTERIO DE CULTURA EN LA CONSOLIDACION DEL PNRCH	147.000	147.000
31	Peru	Lima	2001	TC0103041 : Recuperación Centro Histórico de Lima	SERVICIOS DE CONSULTORES INTERNACIONALES PARA ASISTIR AL EQUIPO TECNICO DE LA MUNICIPALIDAD DE LIMA EN LA DEFINICION DE LOS MECANISMOS Y DE LOS INSTRUMENTOS IDONEOS PARA EL PLAN DE RECUPERACION DEL CENTRO HISTORICO DE LA CIUDAD.	45.420	45.420

32	Brasil	Brasil	1999	BR0261 : Recuperación Patrimonio Cultural - Programa Monumenta	COMPRENDE OBRAS EN VARIAS CIUDADES INCLUYENDO:REPARACIONES DE EMERGENCIA, RESTAURACIONES DE EDIFICIOS Y MONUMENTOS, REHABILITACION DE AREAS PUBLICAS, INCENTIVO PARA TRABAJOS DE RESTAURACION PRIVADOS, INFRAESTRUC URBANA EN AREAS HISTORICAS, ENTRENAMIENTO DE RESTAURACION A ESPECIALISTAS Y FORTALEC.INSTITUCIONAL.	125.000.000	62.500.000
33	República Dominicana	Sto. Domingo	1999	TC9902027 : Revitaliz. Ciudad Colonial Sto. Domingo	ASISTIR EN LA EVALUACION DE LAS PROPUESTAS DE INVERSION CONTENIDAS EN EL PLAN CUNA DE AMERICA Y SU CONTRIBUCION A ELIMINAR LAS RESTRICCIONES QUE LIMITAN LA PARTICIPACION DEL SECTOR PRIVADO	130.000	130.000
34	Brasil	Brasil	1998	TC9711426 : Mejoras del Acceso a Áreas Históricas	EXAMINAR ALTERNATIVAS PARA MEJORAR EL ACCESO A AREAS HISTORICAS	59.000	59.000
35	Brasil	Brasil/Ministério da Cultura	1998	TC9712581 : Conservación Sitios Históricos-Cultural	APOYAR AL MINISTERIO DE CULTURA EN LAS PRIORIDADES DE PRESERVACION DE SITIOS HISTORICOS CULTURALES DE SU JURISDICCION	65.000	65.000

36	Uruguay	Montevideo	1998	UR0112 : Programa de Recuperación Urbana	RECUPERACION DE LOS ESPACIOS URBANOS EN MONTEVIDEO, MEDIANTE LA REHABILITACION EDIFICILICIA de BIENES PATRIMONIALES DE INTERES CULTURAL Y MEJORAMIENTO DE SU ENTORNO URBANO CIRCUNDANTE.	40.000.000	40.000.000
37	Argentina	-	1998	TC9711434 : Preservación de Areas Históricas	APOYAR A LA COMISION NACIONAL DE MUSEOS, MONUMENTOS Y LUGARES HISTORICOS A DEFINAR PRIORIDADES DE CONSERVACION, CON LA PARTICIPACION DEL SECTOR PRIVADO, NGOS Y RESIDENTES, PARA PRESERVAR AREAS HISTORICAS	47.960	47.960
38	Regional	-	1997	TC9706162 : Conservacion Patrimonial Urbana	EXPLORAR LA POSIBILIDAD DE TRANSFERIR LA EXPERIENCIA DE FERRARA/BOLOGNA, ITALIA, A AMERICA LATINA, EN PARTICULAR A PROYECTOS DEL BANCO EN ECUADOR Y BRASIL	20.582	20.582
39	Regional	-	1996	TC9610305 : Revitalizacion Urbana y Patrimonial	APOYAR EN LA PREPARACION DE ESTRATEGIA QUE PRESENTARA RECOMENDACIONES PARA GUIAR LA SELECCION Y EL DISENO DE LOS PROYECTOS DE REVITALIZACION URBANA	11.600	11.600

40	Equador	Quito	1994	EC0169 : Rehabilitación Centro Histórico de Quito	INVERSIONES PARA MEJORAR LA INFRAESTRUCTURA Y ADECUAR ESPACIO PUBLICO; REHABILITAR UN CONJUNTO DE EDIFICIOS SELECCIONADOS; Y COOP.TECNICA PARA FORTALECER EL FONDO DE SALVAMENTO DEL PATRIMONIO CULTURAL.	51.300.000	41.000.000
41	Equador	Quito	1992	TC9112103 : Ppf: Rehabilitacion Centro de Quito	DEVOLVER AL CENTRO HISTORICO SU IMPORTANCIA FUNCIONAL, REVITALIZANDO LAS ACTIVIDADES COMERCIALES Y DE SERVICIOS TRADICIONALES. MEJORAR LA INFRAESTRUCTURA Y ADECUAR EL ESPACIO PUBLICO DEL CENTRO HISTORICO; REHABILITAR Y RECICLAR UN CONJUNTO SELECCIONADO DE EDIFICIOS	150.000	150.000
42	Guyana	-	1991	TC9004037 : Factibilidad Rehabilitacion Urbana	ASISTIR AL GOBIERNO DE GUYANA A REALIZAR LOS ESTUDIOS TECNICOS, ECONOMICOS, FINANCIEROS E INSTITUCIONALES NECESARIOS PARA IDENTIFICAR LOS COMPONENTES DE UN PROGRAMA DE REHABILITACION URBANA	1.600.000	1.600.000
43	Equador	Quito	1990	TC9006281 : Rehabilitación Centro Historico Quito	EVALUAR ESTADO DE PREPARACION DEL PROYECTO DE REHABILITACION DEL CENTRO HISTORICO DE QUITO	30.000	30.000
44	Equador	Quito	1973	EC0021 : Inversiones Infraestructura Urbana-Quito	Obras en Infraestructura y Preservación Histórica	19.753.000	19.753.000
Total						964.743.662	557.536.215

Fonte: elaborado pela autora, a partir dos dados disponibilizados pela Secretaria de Assuntos internacionais em 2011.

ANEXO E – Informações adicionais sobre o BID.

<i>Presidente Luis</i>	Alberto Moreno (diplomata e empresário colombiano. Exerce a função de presidente BID desde 2005)
<i>Empréstimos e operações de cooperação técnica não-reembolsáveis</i>	Aprovados no ano de 2009: US\$15.5 bilhões
<i>Pessoal</i>	Aproximadamente 2,000 funcionários
<i>Escritórios</i>	Sede em Washington, DC, com representações em 26 países mutuários, além de um escritório regional em Tokio e outro em Paris
<i>Clientes</i>	Governos centrais, províncias, estados, municípios, empresas privadas e organizações não-governamentais

Fonte: BID, 2011. Disponível em <<http://www.iadb.org/pt/sobre-o-bid/sobre-o-banco-interamericano-de-desenvolvimento-5995.html>> Acesso em 05 de Janeiro de 2011.

ANEXO F - Quadro com o poder de voto dos países membros do BID.

Países membros mutuários	Ações	Votos	% total de votos (1)
Argentina	900.154	900.289	10,751
Bahamas	17.398	17.533	0,209
Barbados	10.767	10.902	0,13
Belize	9.178	9.313	0,111
Bolívia	72.258	72.393	0,865
Brasil	900.154	900.289	10,751
Chile	247.163	247.298	2,953
Colômbia	247.163	247.298	2,953
Costa Rica	36.121	36.256	0,433
El Salvador	36.121	36.256	0,433
Equador	48.220	48.355	0,577
Guatemala	48.220	48.355	0,577
Guiana	13.393	13.528	0,162
Haiti	36.121	36.256	0,433
Honduras	36.121	36.256	0,433
Jamaica	48.220	48.355	0,577
México	578.632	578.767	6,912
Nicarágua	36.121	36.256	0,433
Panamá	36.121	36.256	0,433
Paraguai	36.121	36.256	0,433
Peru	120.445	120.580	1,44
República Dominicana	48.220	48.355	0,577
Suriname	7.342	7.477	0,089
Trinidad e Tobago	36.121	36.256	0,433
Uruguai	96.507	96.642	1,154
Venezuela	482.267	482.402	5,761
Subtotal países membros mutuários	4.184.669	4.188.179	50,015

Países regionais não mutuários	Ações	Votos	% total de votos (1)
Canadá	334.887	335.022	4,001
Estados Unidos	2.512.529	2.512.664	30,006
Subtotal	2.847.416	2.847.686	34,007

Países não regionais não mutuários	Ações	Votos	% total de votos (1)
Alemanha	158.638	158.773	1,896
Áustria	13.312	13.447	0,161
Bélgica	27.438	27.573	0,329
República Popular da China	184	319	0,004
República da Coreia	184	319	0,004
Croácia	4.018	4.153	0,05
Dinamarca	14.157	14.292	0,171

Eslovênia	2.434	2.569	0,031
Espanha	158.638	158.773	1,896
Finlândia	13.312	13.447	0,161
França	158.638	158.773	1,896
Israel	13.126	13.261	0,158
Itália	158.638	158.773	1,896
Japão	418.642	418.777	5,001
Noruega	14.157	14.292	0,171
Países Baixos	28.207	28.342	0,338
Portugal	4.474	4.609	0,055
Reino Unido	80.551	80.686	0,964
Suécia	27.268	27.403	0,327
Suíça	39.347	39.482	0,471
Subtotal países não regionais não mutuários	1.335.363	1.338.063	15,979

(1) Dados arredondados; devido ao arredondamento, a soma das parcelas pode diferir do total geral. Última atualização em fevereiro de 2009, depois que a República Popular da China ingressou no BID.

Fonte: <http://www.iadb.org/pt/sobre-o-bid/capital-social-e-poder-de-voto,1352.html>. Acesso em 20 de Janeiro de 2011.

ANEXO G – Quadro Comparativo dos Discursos dos Representantes do Brasil no BID (1995-2010)

Representante	Período	Proposições
José Serra	1995 e 1996	Que os países em desenvolvimento "interessados" e, sobretudo, em "condições de estabilidade financeira" sejam envolvidos no processo de "coordenação, cooperação e, se necessário, intervenção conjunta para parar a crise especulativa
		Facilidades sejam criadas dentro do FMI para reforçar sua função de contenção dos altos e baixos especulativos.
		Privatizações, reforma do sistema de seguridade social e redução dos gastos com o enxugamento do quadro do funcionalismo público federal com o tripé para o desenvolvimento.
Antônio Kandir	1997 e 1998	Necessidade de atuação do Banco na promoção de uma balança de pagamentos favorável para os países beneficiários, com o objetivo de mantê-los no que ele chama de "caminho do crescimento sustentável".
		Maior flexibilidade às suas regras de empréstimo, especialmente àqueles países comprometidos com a realização do ajuste fiscal de sua economia e da reestruturação do seu setor produtivo
		Valorização dos empréstimos ao setor privado.
Paulo Paiva	1999	Manutenção dos progressos alcançados contra a inflação crônica, considerada um dos principais obstáculos do crescimento
		Necessidade de serem empreendidos esforços adicionais para aumentar a competitividade externa das economias dos países
Martus Tavares	2000 e 2001	Defesa de iniciativas para auxiliar no ajuste fiscal das economias dos países
		Extensão de crédito para as concessões de serviços públicos ao setor privado
		Priorização de investimentos em infra-estrutura, com vistas a viabilizar uma maior integração regional na América do Sul.
Fernando Henrique Cardoso	2002	Atenção especial à Argentina, em função da crise econômico-financeira enfrentada por aquele país.
		Uma importante variável que deveria ser considerada na avaliação do "progresso" da região é a felicidade, pois, se as pessoas não estão felizes, não é possível dizer que tivemos progresso substancial.

Guido Mantega	2003 e 2004	Prioridade na promoção da IIRSA
		Urgência para a finalização do plano de trabalho para a implementação da "Estratégia para o Setor Privado".
Paulo Bernardo Silva	2005 a 2010	Cancelamento da dívida dos países mais pobres endividados, sem a redução do volume de empréstimos a esses países.
		Fortalecimento da carteira de empréstimos ao setor privado, garantindo sua continuidade e também sua ampliação.
		Avaliar uma solução estrutural que evite a competição na alocação de recursos entre as carteiras pública e privada.
		Integração física da América Latina e do Caribe a partir da criação de uma proposta conjunta de empréstimo para os países que planejam investimentos em projetos de infra-estrutura para planejamento regional.
		Aumento das reservas destinadas a empréstimos emergenciais a longo prazo, para o atendimento aos países vítimas de desastres naturais, ou que se encontram em crises econômicas e financeiras de alto grau.
		Aumento de capital do banco.
		Fortalecimento do movimento de descentralização da sede para demais países membros, com a coordenação entre a ação dos especialistas setoriais e das autoridades locais e que a alocação dos recursos orçamentários do Banco reflita a prioridade atribuída ao atendimento dos países e às representações de país.

Fonte: REBOUÇAS, 2011, a partir da análise dos discursos dos representantes do Brasil no BID

ANEXO H – Recursos contratados do BID pelo Brasil em 2010.

Beneficiários	Setores	Nº de Projetos	Valor emprestado em R\$	%
Estados de Minas Gerais, Santa Catarina e São Paulo	Energia, Transportes e Infraestrutura	5	1.190.958.000	39,6
Estado de São Paulo	Meio ambiente	1	162.454.000	5,4
Município de Fortaleza	Desenvolvimento social	1	33.066.000	1,1
Estados de Pernambuco e Ceará e Ministério do Turismo	Turismo	3	240.000	0,0
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	Crédito	1	1.000.000.000	33,2
Estado de Minas Gerais e Municípios de Fortaleza-CE, Catanduva-SP, Curitiba_PR, Manaus-AM, Maringá_PR, Passo Fundo-RS e Ponta Grossa-RS	Desenvolvimento Urbano e Habitação	8	334.277.000	11,1
Estados do Rio de Janeiro, Piauí, Mato Grosso do Sul, Maranhão, Espírito Santo, São Paulo, Santa Catarina, Pernambuco, Minas Gerais,	Reforma do estado/fortalecimento institucional	9	288.902.050	9,6
Total		28	3.009.897.050	100,0

Fonte: REBOUÇAS, 2011. Dados gerados pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

ANEXO I – Cartas Consulta enviadas ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para contratação de empréstimo junto ao BID nos temas Desenvolvimento Urbano e Habitação no períodos entre 1995 e 2010

Nome do Projeto	Beneficiário	Empréstimo	Contrapartida	Nome do Setor	Nome da Fase	Data CC	Data da Aprovação COFIEX	Data de Assinatura
Programa de Infraestrutura e Saneamento Básico em Áreas de Expansão Urbana - Distrito Federal	Distrito Federal	50.000.000	21.430.000	Desenvolvimento urbano	Em análise COFIEX	16/11/2005	05/05/2006	
Programa de Parceria para o Desenvolvimento de Minas Gerais III	Estado de Minas Gerais	137.000.000	400.000.000	Desenvolvimento urbano	Contratado	05/09/2008	24/04/2009	08/07/2010
Programa de Apoio ao Desenvolvimento Regional e Municipal - PRODEM - SC	Estado de Santa Catarina	25.000.000	16.660.000	Desenvolvimento urbano	Arquivado	27/04/2006		
Programa Sergipe Cidades	Estado de Sergipe	140.000.000	93.333.000	Desenvolvimento urbano	Arquivado	13/08/2008		
Programa de Urbanização, Saneamento Básico e Ambiental de Igarapés	Estado do Amazonas	50.000.000	50.000.000	Desenvolvimento urbano	Arquivado	23/04/1997	05/03/1998	
Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus - PROSAMIM III - 1ª Fase	Estado do Amazonas	140.000.000	60.000.000	Desenvolvimento urbano	Em preparação	17/06/2010	10/12/2010	
Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus - PROSAMIM III - 2ª Fase	Estado do Amazonas	140.000.000	60.000.000	Desenvolvimento urbano	Em preparação	17/06/2010		
Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus - Fase II	Estado do Amazonas	154.000.000	66.000.000	Desenvolvimento urbano	Contratado	11/05/2007	31/07/2007	10/11/2008
Programa de Apoio ao Desenvolvimento Urbano e Melhoria da Infra-Estrutura Regional do Estado do Pará - 2ª Fase	Estado do Pará	50.000.000	30.000.000	Desenvolvimento urbano	Em preparação	31/03/2000	04/12/2000	
Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal e Melhoria da Infra-Estrutura Regional do Estado do Pará - 1ª Fase	Estado do Pará	48.000.000	32.000.000	Desenvolvimento urbano	Contratado	31/03/2000	04/12/2000	03/07/2002
Programa de Apoio ao Desenvolvimento Urbano do Estado do Paraná - 1ª fase	Estado do Paraná	249.000.000	166.000.000	Desenvolvimento urbano	Contratado	10/03/1995	02/06/1995	23/05/1996

Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano e Melhorias da Infra-Estrutura Municipal - Fase II	Estado do Paraná	100.000.000	66.700.000	Desenvolvimento urbano	Contratado	28/04/2000	18/12/2001	03/07/2002
Programa de Melhoramento de Bairros - Habitar Brasil	Ministério das Cidades	250.000.000	233.812.000	Habitação	Contratado	15/01/1997	05/02/1997	13/09/1999
Projeto Integrado de Desenvolvimento Urbano do Município da Serra-ES	Município da Serra - ES	22.830.000	22.830.000	Desenvolvimento urbano	Arquivado	01/12/2005	07/12/2006	
Programa de Desenvolvimento Municipal e Urbano da Bacia do Rio Gravataí - Alvorada/RS	Município de Alvorada - RS	8.570.000	8.570.000	Desenvolvimento urbano	Arquivado	24/04/2007	28/09/2007	
Programa Integrado de Desenvolvimento Urbano e Inclusão Social de Aracaju - 1ª Fase	Município de Aracaju - SE	30.250.000	30.250.000	Desenvolvimento urbano	Assinatura	10/11/2005	06/06/2006	
Programa de Desenvolvimento Urbano e Ambiental do Município de Araucária - PR	Município de Araucária - PR	20.000.000	20.000.000	Desenvolvimento urbano	Em preparação	10/02/2006	04/09/2006	
Programa de Desenvolvimento Urbano Inclusivo e Sustentável de Barra Mansa - RJ	Município de Barra Mansa - RJ	12.485.000	12.485.000	Desenvolvimento urbano	Arquivado	10/02/2006	07/12/2006	
Programa de Desenvolvimento Municipal Integrado no Estado do Rio Grande do Sul - Bento Gonçalves	Município de Bento Gonçalves - RS	9.246.000	3.082.000	Desenvolvimento urbano	Arquivado	13/01/2006		
Programa de Melhoria de Infra-Estrutura e Gestão de Serviços de Blumenau	Município de Blumenau - SC	10.000.000	10.000.000	Desenvolvimento urbano	Arquivado	26/06/2007		
Programa Urbanístico Integrado e Social de Cajamar - SP	Município de Cajamar - SP	0	16.668.000	Desenvolvimento urbano	Arquivado	26/06/2006		
Programa Urbanístico Integrado e Social de Cajamar - SP	Município de Cajamar - SP	17.777.000	16.668.000	Desenvolvimento urbano	Arquivado	26/06/2006		
Programa de Renovação Socioespacial de Camaçari - BA	Município de Camaçari - BA	25.750.000	25.750.000	Desenvolvimento urbano	Arquivado	03/10/2006		
Programa Integrado de Desenvolvimento Urbano e Inclusão Social de Campina Grande	Município de Campina Grande - PB	18.000.000	12.000.000	Desenvolvimento urbano	Arquivado	26/10/2005		

Programa de Inclusão Social da População Residente na Região do Aeroporto Internacional de Viracopos no Município de Campinas - SP - 1ª Fase	Município de Campinas - SP	35.182.000	16.054.000	Desenvolvimento urbano	Arquivado	24/02/2006		
Programa de Desenvolvimento Integrado e Qualificação Urbana de Campo Grande - Viva Campo Grande - 2ª etapa	Município de Campo Grande - MS	50.000.000	50.000.000	Desenvolvimento urbano	Arquivado	01/02/2010		
Programa de Desenvolvimento Urbano Integrado de Catanduva - SP	Município de Catanduva - SP	8.439.000	8.439.000	Desenvolvimento urbano	Contratado	10/10/2006	18/05/2007	21/12/2010
Programa de Desenvolvimento Urbano e Saneamento Ambiental de Colatina - ES	Município de Colatina - ES	10.000.000	10.000.000	Desenvolvimento urbano	Em preparação	24/11/2006	28/09/2007	
Programa Integrado de Desenvolvimento Social e Urbano do Município de Curitiba - PR	Município de Curitiba - PR	50.000.000	50.000.000	Desenvolvimento urbano	Contratado	20/01/2006	04/09/2006	10/09/2010
Programa de Saneamento Ambiental e Desenvolvimento Econômico e Social do Município de Duque de Caxias - RJ	Município de Duque de Caxias - RJ	43.380.000	43.380.000	Desenvolvimento urbano	Em preparação	09/11/2005	05/05/2006	
Programa de Desenvolvimento Municipal Integrado do Município de Erechim - RS	Município de Erechim - RS	4.652.000	4.652.000	Desenvolvimento urbano	Arquivado	13/01/2006		
Programa de Requalificação de Espaços Urbanos e da Circulação de Pedestres de Florianópolis	Município de Florianópolis - SC	12.000.000	8.000.000	Desenvolvimento urbano	Arquivado	10/10/2005		
Programa de Requalificação Urbana com Inclusão Social - PREURBIS	Município de Fortaleza - CE	59.400.000	39.600.000	Habitação	Contratado	04/08/2005	13/12/2005	03/09/2010
Programa Urbano Ambiental Macambira Anicuns	Município de Goiânia - GO	56.700.000	37.800.000	Desenvolvimento urbano	Contratado	21/03/2003	10/09/2003	16/09/2009
Programa de Consolidação e Melhorias de Infra-estrutura Municipal de Guarapuava/PR	Município de Guarapuava - PR	11.000.000	13.000.000	Desenvolvimento urbano	Arquivado	19/08/2005	07/12/2006	
Projeto Cinguaru	Município de Guarulhos - SP	60.000.000	40.000.000	Desenvolvimento urbano	Arquivado	27/08/1997		
PROGRAMA DE ACESSO À INFRA-ESTRUTURA - MUNICÍPIO DE GUARULHOS (SP)	Município de Guarulhos - SP	103.200.000	68.800.000	Desenvolvimento urbano	Arquivado	31/07/2002		

Programa Integrado de Desenvolvimento Urbano e Inclusão Social de Itaguaí	Município de Itaguaí - RJ	15.000.000	15.000.000	Desenvolvimento urbano	Arquivado	14/09/2007	03/04/2008	
Programa de Infra-Estrutura Urbana e Desenvolvimento Social e Ambiental do Município de Itapevi	Município de Itapevi - SP	25.590.000	17.052.000	Desenvolvimento urbano	Arquivado	24/04/2006		
Programa Integrado de Desenvolvimento Urbano e Inclusão Social de Itu - SP	Município de Itu - SP	14.000.000	14.000.000	Desenvolvimento urbano	Em preparação	02/04/2007	28/09/2007	
Programa de Desenvolvimento Urbano e Inclusão Social de João Pessoa - Fase I	Município de João Pessoa - PB	25.000.000	25.000.000	Desenvolvimento urbano	Arquivado	26/09/2005	05/05/2006	
Projeto de Revitalização Ambiental e Qualificação Urbana em Áreas das Bacias Elementares dos Rios Cachoeira, Cubatão e Pirai	Município de Joinville - SC	32.670.000	22.533.412	Desenvolvimento urbano	Contratado	19/01/2004	04/03/2005	29/01/2008
Projeto de Revitalização Urbana e Recuperação Ambiental do Eixo Paraibuna - MG	Município de Juiz de Fora - MG	10.000.000	27.789.000	Desenvolvimento urbano	Arquivado	27/11/2006		
Programa Integrado de Desenvolvimento Urbano e Inclusão Social de Jundiá/SP - 1ª Fase	Município de Jundiá - SP	24.250.000	24.250.000	Desenvolvimento urbano	Em preparação	04/05/2006	28/09/2007	
Programa Integrado de Desenvolvimento Urbano e Inclusão Social de Lages - SC	Município de Lages - SC	12.150.000	12.150.000	Desenvolvimento urbano	Arquivado	22/12/2006	28/09/2007	
Programa de Mobilidade Ambiental e Infra-Estrutura Social - 1ª Fase	Município de Londrina - PR	21.450.000	21.450.000	Desenvolvimento urbano	Em preparação	06/10/2005	05/05/2006	
Programa Integrado de Infra-Estrutura Urbana e Social de Macaé - RJ	Município de Macaé - RJ	50.000.000	50.000.000	Desenvolvimento urbano	Arquivado	01/12/2006		
Programa de Desenvolvimento Urbano Integrado de Maceió - AL	Município de Maceió - AL	31.122.000	20.748.000	Desenvolvimento urbano	Arquivado	28/11/2006		
Programa de Desenvolvimento Urbano e Inclusão Sócio-Ambiental de Manaus - AM - 1ª Fase	Município de Manaus - AM	50.000.000	50.000.000	Desenvolvimento urbano	Contratado	24/01/2006	04/09/2006	28/05/2010
Programa de Mobilidade Urbana do Município de Maringá - PR - 1ª Etapa	Município de Maringá - PR	13.000.000	13.000.000	Desenvolvimento urbano	Contratado	19/01/2006	04/09/2006	22/09/2010

Programa de Saneamento de Maués	Município de Maués - AM	24.500.000	10.500.000	Desenvolvimento urbano	Em preparação	15/06/2010	10/12/2010	
Programa Integrado de Desenvolvimento Urbano e Inclusão Social de Natal - Fase 1	Município de Natal - RN	33.780.000	22.520.000	Desenvolvimento urbano	Arquivado	21/09/2005	13/12/2005	
Programa Integrado de Desenvolvimento Urbano e Inclusão Social de Nilópolis - RJ	Município de Nilópolis - RJ	6.900.000	6.900.000	Desenvolvimento urbano	Arquivado	09/03/2006		
Programa de Desenvolvimento Urbano e Inclusão Social de Niterói - 1ª Fase	Município de Niterói - RJ	31.614.000	21.076.000	Desenvolvimento urbano	Arquivado	27/07/2005	08/11/2005	
Programa de Desenvolvimento Municipal Integrado do Município de Novo Hamburgo - RS	Município de Novo Hamburgo - RS	21.739.000	21.739.000	Desenvolvimento urbano	Em preparação	13/01/2006	29/09/2007	
Programa de Desenvolvimento Urbano Integrado e Sustentável de Paracambi - RJ	Município de Paracambi - RJ	13.466.000	8.975.000	Desenvolvimento urbano	Arquivado	24/03/2006		
Programa de Desenvolvimento Integrado do Município de Passo Fundo	Município de Passo Fundo - RS	8.938.000	8.938.000	Desenvolvimento urbano	Contratado	13/01/2006	18/05/2007	16/07/2010
Programa de Consolidação e Melhoria de Infra-Estrutura Municipal - Paulínia Cidade Feliz	Município de Paulínia - SP	24.300.000	10.410.000	Desenvolvimento urbano	Arquivado	20/06/2003	25/06/2004	
Programa Integrado de Desenvolvimento Social e Urbano do Município de Piracicaba - SP	Município de Piracicaba - SP	16.000.000	16.000.000	Desenvolvimento urbano	Arquivado	06/03/2006	04/09/2006	
Programa de Melhoramento de Infra-estrutura em Bairros - Município de Ponta Grossa/PR	Município de Ponta Grossa - PR	7.500.000	7.500.000	Desenvolvimento urbano	Contratado	07/05/2003	04/09/2006	17/09/2010
Programa de Desenvolvimento Municipal de Porto Alegre - 3ª Perimetral	Município de Porto Alegre - RS	76.500.000	76.500.000	Desenvolvimento urbano	Contratado	05/07/1996	25/03/1996	28/07/1998
Programa Integrado Socioambiental de Porto Alegre - RS	Município de Porto Alegre - RS	83.270.000	85.804.000	Desenvolvimento urbano	Contratado	04/12/2006	18/05/2007	20/05/2009
Modernização da Infra-estrutura do Município de Porto Velho	Município de Porto Velho - RO	20.000.000	20.000.000	Desenvolvimento urbano	Arquivado	23/01/2007		

Implantação de Sistema de Microdrenagem Urbana em Diversos Bairros do Município de Pouso Alegre - MG	Município de Pouso Alegre - MG	3.969.000	2.646.000	Desenvolvimento urbano	Arquivado	02/02/2006		
Programa de Investimentos para o Desenvolvimento Urbano Integrado e Sustentável de Queimados - RJ	Município de Queimados - RJ	8.148.000	8.148.000	Desenvolvimento urbano	Arquivado	12/07/2006		
Programa de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais do Recife	Município de Recife - PE	20.968.200	21.342.000	Desenvolvimento urbano	Negociação do Contrato	09/11/2005	07/12/2006	
Programa de Desenvolvimento Municipal Integrado do Município de Santa Cruz do Sul	Município de Santa Cruz do Sul - RS	6.386.000	6.386.000	Desenvolvimento urbano	Arquivado	13/01/2006		
Programa Integrado de Qualificação Social, Urbana e Ambiental de Santa Maria - 1ª Fase	Município de Santa Maria - RS	8.408.000	8.408.000	Desenvolvimento urbano	Arquivado	24/02/2006	04/09/2006	
Programa de Saneamento Ambiental e Desenvolvimento Urbano de São Gonçalo - RJ	Município de São Gonçalo - RJ	10.000.000	10.000.000	Desenvolvimento urbano	Arquivado	16/08/2005	06/06/2006	
Projeto de Melhoria e Ampliação da Infra-estrutura Urbana de São João de Meriti/RJ	Município de São João de Meriti - RJ	16.500.000	16.500.000	Desenvolvimento urbano	Arquivado	07/10/2005	04/09/2006	
Programa de Revitalização do Centro Histórico de São Luís - MA - 1ª Fase	Município de São Luís - MA	13.591.000	13.591.000	Desenvolvimento urbano	Negociação do Contrato	22/03/2006	07/12/2006	
DRENUS/SP - Drenagem Urbana e Resgate Social de Fundos de Vale do Mun. de SP	Município de São Paulo - SP	458.154.000	157.509.000	Desenvolvimento urbano	Arquivado	25/07/2003		
Programa de Reabilitação da Área Central da Cidade de São Paulo	Município de São Paulo - SP	100.400.000	67.000.000	Desenvolvimento urbano	Contratado	13/02/2002	27/03/2002	02/06/2004
Programa Integrado de Desenvolvimento Urbano e Inclusão Social de Sete Lagoas - MG	Município de Sete Lagoas - MG	14.550.000	14.680.000	Desenvolvimento urbano	Arquivado	16/12/2005		
Programa Urbanístico Integrado e Social de Taboão da Serra - SP	Município de Taboão da Serra - SP	6.322.000	6.322.000	Desenvolvimento urbano	Arquivado	10/11/2006		
Programa de Atuação Integrada para o Desenvolvimento de Teresina	Município de Teresina - PI	18.400.000	7.900.000	Desenvolvimento urbano	Arquivado	16/12/2005		

Projeto Vila-Bairro Teresina	Município de Teresina - PI	42.065.000	4.206.000	Desenvolvimento urbano	Arquivado	09/04/1997		
Programa de Desenvolvimento Sócio-Econômico Sustentável de Toledo - 1ª Fase	Município de Toledo - PR	7.334.000	6.667.000	Desenvolvimento urbano	Contratado	03/11/2005	08/06/2006	23/07/2008
PROJETO TERRA - Mun. Vitória (ES) - Desenv. Urbano e Preservação Ambiental	Município de Vitória - ES	46.374.000	19.876.000	Desenvolvimento urbano	Arquivado	06/03/1997	30/06/1997	
Programa de Preservação do Patrimônio Cultural Urbano Nacional - MONUMENTA II	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN	80.000.000	120.000.000	Cultura	Em preparação	05/11/2008	12/04/2010	
Programa de Preservação do Patrimônio Histórico Urbano - MONUMENTA	Ministério da Cultura - MC	62.500.000	62.500.000	Cultura	Contratado	19/06/1996	15/05/1998	04/12/1999
Programa de Desenvolvimento Urbano e Inclusão Social de Vitória	Município de Vitória - ES	39.100.000	38.262.046	Desenvolvimento urbano	Contratado	02/09/2005	13/12/2005	14/08/2008
Programa de Urbanização de Assentamentos Populares do Rio de Janeiro III - Favela Bairro	Município do Rio de Janeiro - RJ	180.000.000	120.000.000	Habitação	Arquivado	04/08/2005		
Programa de Urbanização de Assentamentos Populares para o Município do Rio de Janeiro - PROAP-RIO - ETAPA III	Município do Rio de Janeiro - RJ	150.000.000	150.000.000	Desenvolvimento urbano	Assinatura	11/06/2007	28/09/2007	
Programa de Urbanização de Assentamentos Populares do Rio de Janeiro II - Favela Bairro - PROAP II	Município do Rio de Janeiro - RJ	180.000.000	120.000.000	Habitação	Contratado	16/05/1995	20/12/1999	29/03/2000

Fonte: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, maio de 2011. (Dados disponibilizados especificamente para esta pesquisa).

ANEXO J – Discursos dos Representantes do Brasil no BID (1995-2010)